

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE/CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO**

LAURA FREIRE

**RETOMANDO A CONSCIÊNCIA: REAÇÕES CONSERVADORAS A PARTIR DO DEBATE
SOBRE FAMÍLIA E GÊNERO.**

**TOLEDO
2018**

LAURA FREIRE

**RETOMANDO A CONSCIÊNCIA: REAÇÕES CONSERVADORAS A PARTIR DO
DEBATE SOBRE FAMÍLIA E GÊNERO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais,
do Centro de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
campus de Toledo

Orientador: Profa. Dra. Andréia Vicente da Silva

**TOLEDO
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Freire, Laura

Retomando a consciência: reações conservadoras a partir do debate sobre família e gênero / Laura Freire; orientador(a), Andréia Vicente da Silva, 2018. 140 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

1. Família. 2. Conservadorismo. 3. Espaço público. I. Vicente da Silva, Andréia. II. Título.

LAURA FREIRE

**RETOMANDO A CONSCIÊNCIA: Reações conservadoras a partir do debate
sobre família e gênero**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo.

Professora Orientadora: Prof^a. Dra. Andréia Vicente da Silva

Toledo, 26 de Setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientadora Dra. Andréia Vicente da Silva (UNIOESTE)

Prof. Dra. Glauca da Silva Destro de Oliveira (UNICAMP)

Prof. Dr. Osmir Dombrowski (UNIOESTE)

Suplentes:

Prof. Dr. Asher Grochowalski Brum Pereira (UFMS)

Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani (UNIOESTE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora Andreia Vicente por todas as orientações, conversas, conselhos, indicações de leituras, compartilhamentos e por me guiar pelos caminhos, às vezes pedregosos, da alteridade. Meu muito obrigada!

Agradeço ao professor Osmir Dombrowski por ter aceito fazer parte desta banca e por me apresentar tão lindamente as Ciências Sociais desde meu primeiro ano de graduação. Agradeço também a professora Glaucia Destro tanto por ter aceito compor a banca, quanto pelas empoderadoras aulas durante o ano de 2016, além das considerações objetivas durante a banca de qualificação.

Agradeço aos professores do PPG-CS por me fazerem através das leituras e discussões das Ciências Sociais “ver o mundo com olhos livres”.

Agradeço a CAPES e a Fundação Araucária pelas bolsas concedidas durante a realização do mestrado.

Agradeço aos meus pais, Neiva Holsbach Foletto Freire e Valmir Freire, por sempre apoiarem minhas decisões, projetos e vontade de ir além. Agradeço ao meu irmão, Daniel Freire, por sempre estar me esperando com um abraço apertado quando mais preciso.

Agradeço a Fran pela amizade ao longo dos anos de graduação e mestrado.

Agradeço ao meu companheiro Julio Cesar da Rosa por todo apoio e carinho. Obrigada por estar ao meu lado.

Só a ANTROPOFAGIA nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz. Tupi, or not tupi that is the question. Contra todas as catequese. (...) Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud - a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama. (Oswald de Andrade, Manifesto Antropófago, 1928).

FREIRE, Laura. **Retomando a consciência:** reações conservadoras a partir do debate sobre família e gênero. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2018.

RESUMO

A presente dissertação apresenta a atuação política de um grupo de conservadores religiosos no espaço público. Para tanto, articula dois campos empíricos distintos: os debates e votação do Plano Municipal de Educação (PME) em Toledo, no Paraná, e os encontros para estudos da Ordem. O objetivo principal é compreender a cosmologia desse grupo, sua atuação no espaço público e as significações e circulação das categorias por eles debatidas. O processo de votação do PME é tratado como um evento, um acontecimento paradigmático que ocasionou uma reação a partir da qual institucionalizou-se a Associação Cristã Conservadora que busca legitimar no espaço público uma representação social de família e gênero baseada em uma concepção divino-natural. Através de análise bibliográfica, especialmente os debates antropológicos sobre feminismo e pós-estruturalismo, trabalho de campo com entrevistas e observação direta nos encontros da Ordem e do levantamento de documentação específica produzida e disponibilizada por eles, procuramos evidenciar como é estabelecida a cosmologia conservadora desse grupo e como a atuação destes agentes impacta na realidade social limitando o avanço da democracia.

Palavras-chave: família; conservadorismo; espaço público.

FREIRE, Laura. **Returning to consciousness:** conservative reactions in the public sphere from the debate on family and gender. 2018. Dissertation (Master's degree in Social Sciences). Postgraduate Program in Social Sciences, Western Paraná State University, Toledo-PR, 2018.

ABSTRACT

The present dissertation exposes the political performance of a group of religious conservatives in the public sphere. Therefore, it articulates two distinct empirical fields: the debates and voting of the Municipal Plan of Education (PME) in Toledo-Paraná, and the meetings for studies of the Order. The main objective is to understand the cosmology of this group, its performance in the public sphere and the meanings and circulation of the categories debated by them. The PME voting process is treated as an event, a paradigmatic episode that provoked a reaction from which the Conservative Christian Association was institutionalized, seeking to legitimize in the public space a social representation of family and gender based on a divine-natural conception. Through bibliographic analysis, especially the anthropological debates about feminism and poststructuralism, fieldwork with interviews and direct observation in meetings of the Order and the data collection of specific documentation produced and available by them, I try to show how the conservative cosmology of this group is established and how the actions of these agents impact on social reality by limiting the advance of democracy.

Palavras-chave: family; conservatism; public sphere.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto dos cartazes da sessão do dia 19 de junho de 2015.....	12
Figura 2 – Convite para a reunião da ORDEM do dia 20 de junho de 2016	15
Figura 3 – Foto da câmara na sessão do dia 19 de junho de 2015	44
Figura 4 – Banner do evento “Doutrinação: A educação que os pais não veem”.....	63
Figura 5 – Banner sobre as qualidades de um bom político	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	20
2.1	PME TOLEDO	26
2.1.1	Da audiência pública	30
2.1.1.1	Contra a inserção	34
2.1.1.2	A favor da inserção	38
2.1.2	Sessão de Votação	43
2.1.2.1	Primeiro sentido de fala na sessão de votação	46
2.1.2.2	Segundo sentido de fala na sessão de votação	51
2.2	Categorias repetidas, sentidos borrados	55
3.	A ORDEM	58
3.1	A entrada em campo	58
3.2	O surgimento da ordem	61
3.2.1	O estatuto	64
3.3	Cosmologia	69
3.3.1	O que é ser conservador	70
3.3.2	A militância	74
3.3.3	Família	76
3.3.4	Gênero	80
3.3.5	A escola é o lugar do saber?	84
3.3.6	A tomada de consciência e a democracia	89
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
6.	ANEXOS	106

1. INTRODUÇÃO.

Na conjuntura atual há um cenário de disputas político-culturais no qual segmentos fundamentalistas estão articulados em ações e defesa de bandeiras que têm como consequência a restrição de direitos de uma parcela da população. Um exemplo disto, é a constante ameaça a conquistas importantes para a ampliação da cidadania, principalmente de LBGTs¹, mulheres e negros. Este movimento está sendo chamado de “onda conservadora”. Esta onda é ampla sendo constituída por religiões, religiosos, mas também por não religiosos, embora o estigma de “conservadorismo” recaia no eixo religioso do movimento.

Segundo Machado (2012), nas últimas duas décadas ocorreram transformações culturais importantes no Brasil. Neste período houve a aproximação dos movimentos sociais feministas e LBGT² com o Estado, influenciando a produção de políticas públicas específicas além de fomentar debates a respeito de reivindicações desses movimentos tais como a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a descriminalização do aborto, etc. No entanto,

as propostas de revisão da legislação existente no campo do aborto e a criação de novos direitos para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais amplificaram a tensão já existente entre os coletivos religiosos tradicionalistas e o governo (MACHADO, 2012, p. 33)

A partir de 2010 os conflitos e embates entre religiosos e movimentos sociais se intensificam na esfera pública brasileira com a retomada da agenda política de grupos religiosos. Estes trouxeram novamente questões morais e privadas para os debates do espaço público, evidenciando assim um reavivamento de um ativismo religioso-conservador. (MACHADO, 2012). Anteriormente vigorava uma aliança entre grupos religiosos e o governo Lula (PT) que fez com que certas agendas destes grupos ficassem em segundo plano.

A partir desse cenário que teve repercussão em âmbito nacional, propus em um primeiro momento como projeto para o mestrado analisar os embates entre diferentes atores sociais durante o processo de construção e votação do Plano

¹ LBGT neste trabalho é utilizado como categoria êmica sendo esta a sigla utilizada para designar o movimento social composto por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e demais sexualidades fora do padrão heteronormativo.

Municipal de Educação (doravante PME) que resultaram na exclusão das categorias gênero e diversidade sexual deste documento.

A votação do Plano Municipal de Educação de Toledo ocorreu durante os dias 16, 19 e 23 do mês de junho de 2015 na Câmara de Vereadores. Este plano tem como objetivo orientar as políticas educacionais para o município durante os dez anos de sua vigência. Este é uma exigência prevista na Lei Federal nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

A versão do documento que chegou na Câmara de Toledo para debate e posterior votação foi redigida através de grupos de trabalhos compostos por profissionais da educação, vereadores e comunidade em geral, sendo esta primeira versão do plano resultado destas discussões. Este primeiro documento contemplava como estratégias dos itens de “diversidade”, “educação superior”, “educação a distância” os debates sobre gênero, diversidade sexual e outras categorias que estão vinculadas a estas.

Um dia antes da audiência pública, no dia 15 de junho de 2015, fui avisada por colegas da universidade que o Plano Municipal de Educação seria discutido e que havia a ameaça da retirada das categorias gênero e diversidade sexual do plano. Desta maneira, no dia 16 de junho de 2015 me dirigi à Câmara Municipal de Toledo, para apoiar, junto aos meus colegas, à manutenção dessas categorias.

A minha presença na sessão tanto de audiência pública, quanto de votação não era como pesquisadora, mas sim como aluna universitária e feminista. Naquela ocasião eu defendia a manutenção das categorias gênero e diversidade sexual no PME. As discussões que ali ouvi me afetaram, me incomodaram e me instigaram a pensar sobre o que havia acontecido.

Desta forma, quando comecei a pensar sobre um tema para o projeto do mestrado, esta inquietação sobre o que ocorreu durante as sessões me motivou a sair do lugar de militante e entender aquele evento como pesquisadora. Precisei a partir daquele momento exercitar a minha compreensão da alteridade, a partir das categorias e significados do outro. Exigindo assim que eu construísse um olhar que relativizasse tanto a minha vivência naquele local, quanto as falas que ali presenciei. Embora eu esteja refletindo a respeito das diferentes concepções de mundo em questão, não se pode esquecer que existe a defesa de um projeto político (com ares religiosos) que objetiva a manutenção, ampliação e a hegemonia do poder no país. E que o discurso por ele produzido deslegitima e exclui a vivência de outros indivíduos.

Durante a audiência pública realizada no dia 16 de junho de 2015, através das manifestações pessoais realizadas, pude perceber a presença expressiva de professores, alunos universitários, integrantes que se autodeclaravam dos movimentos LGBT, negro e feminista locais e uma minoria de pais e pessoas (muitas das quais se apresentavam como religiosas).

Desta maneira, para fins metodológicos, categorizarei os presentes nas audiências da câmara durante aqueles dias em ‘movimentos sociais’ e ‘religiosos’. Movimentos sociais seriam então, nesta situação, as pessoas que fazem parte do Coletivo LGBT Espaço da Diversidade, da Marcha Mundial das Mulheres, do Coletivo Nacional da Juventude Negra e da APP sindicato, os quais defendiam a manutenção das categorias gênero e diversidade sexual no PME. Os compreendidos como religiosos seriam aqueles que se mobilizaram para defender naquela situação específica a retirada dos debates de gênero e diversidade do PME. Minha opção por esta categorização se deu baseada em minha experiência, já que estive lá e vi essa movimentação acontecendo. Ao mesmo tempo, ela também pode ser reforçada através dos registros nas páginas pessoais de alguns participantes do processo de votação que reforçavam a sua identificação com segmentos religiosos. Por exemplo, segundo Silvia³ em sua página pessoal no dia da votação do PME-Toledo:

Hoje as 14:00 horas convido toda sociedade, especialmente os pais e mães, que tem o dever de acompanhar a votação do plano municipal de educação de Toledo! Esperamos contar com nossos padres hoje por lá! Porque na sexta tínhamos nossos freis! E uns 5 pastores! Mas não vi nenhum padre por lá! Afinal estamos lá em defesa da família!⁴

Retornando a sessão de audiência pública, naquele primeiro momento de discussão percebi pelas falas destinadas à comunidade que a maioria da plateia presente era a favor da inclusão dos debates sobre gênero e diversidade sexual. Os termos de defesa acionados pela manutenção dessas categorias eram “diversidade”, “democracia” e “Estado laico”. Já os termos de defesa da exclusão das categorias de gênero e diversidade sexual eram “ideologia de gênero”, “família”, “Deus”/”cristo”/”cristã”.

³ Todos os nomes de interlocutores foram modificados para preservar a identidade.

⁴ Utilizarei o recurso do itálico para a identificação das falas de meus interlocutores.

No entanto, durante a votação do projeto houve uma mudança na composição dos presentes na plateia. Grupos religiosos se articularam e compuseram a maioria das pessoas presentes na sessão. Durante a votação a população não teve direito à fala, sendo utilizado desta maneira cartazes para expressar as posições defendidas por ambos os grupos, como podemos ver abaixo na foto retirada do Facebook do vereador Edinaldo Santos.



Figura 1: Foto dos cartazes da sessão do dia 19 de junho de 2015. Fotografia: Edinaldo Santos

No fim do processo de votação, as categorias gêneros e diversidade sexual foram retiradas do Plano Municipal de Educação, como podemos ver na tabela abaixo.

Texto original	Texto modificado
ESTRATÉGIA 15.1: Realizar práticas educacionais de superação do racismo, machismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, xenofobia, etnocentrismo, outrofobia, transfobia	ESTRATÉGIA 15.1 – Realizar práticas educacionais de superação e erradicação de todas as formas de preconceito e discriminação.

<p>para a efetivação de uma educação antirracista, e não homo/lesbo/transfóbica.</p>	
<p>ESTRATÉGIA 15.2: Fomentar a produção de material didático específico para cada território etnoeducacional, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da diversidade na educação.</p>	<p>ESTRATÉGIA 15.2 – Fomentar a produção de material didático específico para cada território etnoeducacional, bem como desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o respeito à diversidade na educação.</p>
<p>ESTRATÉGIA 16.1: Implementar a política de valorização e formação dos/as profissionais da educação; a discussão de raça, etnia, gênero e diversidade sexual, na perspectiva dos direitos humanos.</p>	<p>ESTRATÉGIA 16.1 – Implementar a política de valorização e formação dos/as profissionais da educação, a discussão de raça e etnia, na perspectiva dos direitos humanos.</p>
<p>ESTRATÉGIA 16.2: Prever no Projeto Político Pedagógico - PPP, atividades que discutam os movimentos feministas e de afirmação da diversidade sexual nas áreas do conhecimento.</p>	<p>ESTRATÉGIA 16.2 – suprimida.</p>
<p>ESTRATÉGIA 28.4: Fomentar o estudo de temas relacionados à questão de gênero, étnico-racial, educação sexual, educação inclusiva, ética, diversidade cultural, meio ambiente, direitos humanos, saúde e outros temas locais, de modo a promover a renovação pedagógica dos cursos de licenciatura.</p>	<p>ESTRATÉGIA 28.4 – Fomentar o estudo de temas relacionados à questão étnico-racial, educação inclusiva, ética, diversidade cultural, meio ambiente, direitos humanos, saúde e outros temas locais, de modo a promover a renovação pedagógica dos cursos de licenciatura</p>

<p>ESTRATÉGIA 29.3: Implementar e manter as políticas nacionais e locais de assistência estudantil, da diversidade, de gênero e da inclusão no ensino a distância conforme política nacional.</p>	<p>ESTRATÉGIA 29.3 – Implementar e manter as políticas nacionais e locais de assistência estudantil, da diversidade e da inclusão no ensino a distância conforme política nacional.</p>
<p>ESTRATÉGIA 30.5: Garantir na formação docente, estudos, pesquisas e divulgação de resultados relacionados à questão de gênero, étnico-racial, educação sexual, ética, diversidade cultural, meio ambiente, direitos humanos, saúde entre outros temas locais.</p>	<p>ESTRATÉGIA 30.5 – Garantir na formação docente, estudos, pesquisas e divulgação de resultados relacionados à questão étnico-racial, ética, diversidade cultural, meio ambiente, direitos humanos, saúde entre outros temas locais.</p>
<p>ESTRATÉGIA 34.2: Estabelecer estratégias para cumprir os 33,33% de hora-atividade e seu progressivo aumento.</p>	<p>ESTRATÉGIA 34.2 – Estabelecer estratégias para cumprir os 33,33% de hora-atividade.</p>

Depois de iniciada a pesquisa do mestrado, comecei a circular pela câmara de vereadores e a conversar com assessores de parlamentares e com pessoas diretamente envolvidas na votação do Plano Municipal de Educação. A partir destas interações, tomei conhecimento da existência da ORDEM⁵. Utilizarei ORDEM para designar essa associação, pois esta foi uma das palavras que mais ouvi durante as idas a campo, já que os interlocutores desse espaço buscam a manutenção da ordem, ideia que aprofundarei no capítulo 2. Após o contato com esta associação o contexto da minha análise inicial se ampliou.

A ORDEM foi constituída, segundo seus integrantes, após as discussões do Plano Municipal de Educação de Toledo. Esta associação realiza encontros semanais. Estes são como aulas onde o professor do grupo traz um tema que é exposto dentro

⁵ Todos os dados que identifiquem a ORDEM ou as pessoas envolvidas durante a pesquisa de campo não serão aqui divulgados, estando estes em posse somente da pesquisadora envolvida. Com isso pretende-se manter a ética de pesquisa frente ao objeto de estudo.

da perspectiva que foi denominada por eles como pertencendo a teoria conservadora. No primeiro dia que fui em um destes encontros, o primeiro secretário me disse que o foco destes encontros é principalmente a revolução cultural e os valores conservadores e seus significados. Segundo ele, para defender os valores conservadores é preciso entendê-los e ter clareza, pois “são estes os valores que construíram nossa civilização”.

Soube que eles tinham um grupo no Facebook e entrei neste grupo. Criei um segundo perfil nesta rede social, para que minhas posições políticas não me impedissem de manter contato com esse grupo. Ao entrar, soube através de uma publicação que eles faziam reuniões semanais na segunda-feira à noite, e que o próximo encontro seria dia 20 de junho de 2016. Abaixo a imagem mostra o convite para a reunião.

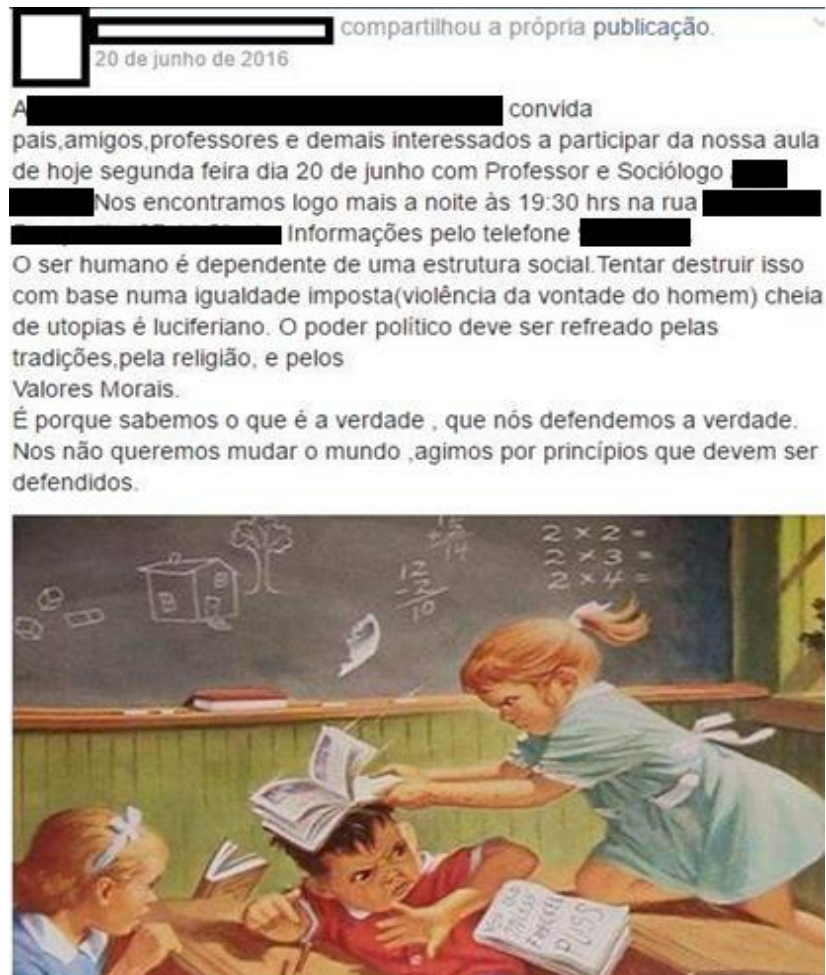


Figura 2: Convite para a reunião da ORDEM do dia 20 de junho de 2016

Foi após o contato com a ORDEM que o contexto e objeto da minha análise inicial se ampliou e se consolidou. A partir da articulação destes dois espaços – as

sessões da câmara municipal de Toledo sobre o PME e as aulas da ORDEM - pretendo compreender como a atuação política desses atores intervém nos processos democráticos buscando perceber como estes processos podem limitar o exercício da democracia, ao restringir a ampliação dos direitos de cidadania para certos grupos, como por exemplo, mulheres e pessoas LGBTs. As principais categorias de análise para compreender essa atuação política são gênero e família, pois entendo que estas são as categorias em disputa durante as sessões sobre o PME e são categorias defendidas pela ORDEM.

Para fins teóricos, denomino o processo de votação do Plano Municipal de Educação como um evento. A categoria evento foi cunhada e é utilizada na literatura antropológica por autores como Clifford Geertz e Marshall Sahlins. De acordo com este último, um evento é um acontecimento paradigmático que tem desdobramentos no plano da ação individual e como representação coletiva. No evento é possível reconhecer uma “certa ordem cultural” ou o embate de ordens culturais distintas (SAHLINS, 1999, p.143 e 144).

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo que visa através da “obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto” (GODOY, 1995, p. 58) compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos interlocutores. Considerando isto, as metodologias utilizadas neste trabalho serão 1) a etnografia e 2) a análise do discurso:

1) A etnografia não será aqui entendida como uma mera descrição, mas sim como uma teoria da descrição (NADER, 2011). Como Nader (2011) nos aponta, o fazer etnográfico historicamente está relacionado à observação participante, ao estar lá falando e vivendo com pessoas, sendo um esforço de compreender as categorias, os significados, os sentidos que estas pessoas estudadas dão ao mundo.

No entanto, é necessário recordar algo central à etnografia, essas pessoas estudadas, os interlocutores, não são abstratos, são pessoas concretas e particulares, são agentes. Deste modo, o pesquisador ao fazer etnografia pretende dar voz ao que estas pessoas dizem sobre o mundo. Não de uma maneira monológica, mas sim dialógica. Afinal, os dados se *fazem* deste exercício de diálogo entre pesquisador e interlocutor, possibilitando ao pesquisador familiaridade, uma fusão de horizontes. E é neste diálogo, neste trabalhar com pessoas e sobre pessoas que o método etnográfico se evidencia. (URIARTE,2012; NADER,2011; GOLDMAN,2003).

Desta maneira, compreendemos que a descrição obtida deste fazer etnográfico resulta no que Geertz (2008) definiu como uma descrição densa. Ou seja, uma descrição que vá além da simples descrição do ocorrido e tente revelar os significados dos gestos, dos símbolos, das falas, dos conflitos ali ocorridos. Nosso objetivo central é compreender os interlocutores. (CARDOSO DE OLIVEIRA 2000).

Sobre esta particularidade da pesquisa de campo, Clifford Geertz acrescenta que

Para descobrir quem as pessoas pensam que são, o que pensam que estão fazendo e com que finalidade pensam que estão fazendo, é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significado em meio aos quais elas levam suas vidas. Isso não requer sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é uma ideia impraticável e inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente. (GEERTZ, 2001, p. 26)

A respeito desta compreensão, Marisa Peirano (2008) explicou que é necessário que o fazer etnográfico seja perpassado pela teoria. O olhar do pesquisador é moldado pela teoria. Assim sendo, quando retorna do campo o antropólogo busca traduzir os dados das relações dialógicas estabelecidas construindo uma teoria interpretativa.

Uriarte (2011) nos lembra que o nosso olhar está moldado, disciplinado pela teoria. Ele não quer dizer que estamos submetidos a esta última já que o campo nos surpreende. Por isso, é necessário ao antropólogo abrir-se à esta desestabilização, “agitar, fazer pulsar as teorias reconhecidas por meio de dados novos, essa é a tradição da antropologia” (PEIRANO, 2008, p. 4).

Para realizarmos a etnografia, Cardoso de Oliveira (2000) nos coloca as três faculdades do trabalho do antropólogo: o olhar, o ouvir e o escrever. Na ida a campo, o pesquisador utiliza seu olhar domesticado teoricamente, apreendendo desta forma o objeto pelos conceitos da teoria antropológica. O ouvir possibilita ao pesquisador, através do contato com o pesquisado e em dependência com o olhar, perceber as estruturas das relações sociais ali presentes. O escrever se faz no retorno do campo, que é, como já mencionado, a construção de uma teoria interpretativa; é o momento que Uriarte descreve como a fase da “sacada”, de perceber uma ordem nos dados do material coletado.

Desta forma, compreendo que a etnografia é esta teoria vivida (Peirano, 2008). Isto é, uma maneira de tentar compreender o mundo através da teoria, mas também descentrar-se para a realidade apresentada, procurando analisar através dos diálogos diacrônicos com os interlocutores como essas pessoas entendem o mundo, levando a sério suas palavras e significações. Ao mesmo tempo, buscando ordenar e construir uma interpretação, em conjunto com a teoria, sobre as vivências e performances destas pessoas.

2) A análise do discurso será utilizada na análise da transcrição das sessões e do material coletado sobre a ORDEM

Entendendo aqui que a linguagem tanto constitui a sociedade, como é constituída por ela. Deste modo, as práticas sociais são naturalizadas, reforçadas e legitimadas pelo discurso, mas também podem ser contestadas através deste. Em vista disso, as práticas discursivas e as práticas sociais se inter-relacionam, se influenciam. (MEURER; DELLAGNELO, 2008)

A análise do discurso, deste modo, é entendida não como transmissão de informação, mas como um processo que busca compreender a produção de sentidos, de argumentação, de subjetivação, de identificação do sujeito e de construção da realidade. (ORLANDI, 2001)

Isto posto, a análise do discurso propõe-se a compreender o funcionamento da linguagem; seus sentidos. No entanto, é através da teoria que podemos compreender esses sentidos, pois estes não são revelados através somente da leitura. O sentido é compreendido em relação a algo, não como algo em si mesmo. (ORLANDI, 2001; FONSÊCA, 2014)

Através da análise do discurso, utilizada como uma das metodologias de análise neste trabalho, podemos compreender que as práticas discursivas e os significados nelas contidos naturalizam as convenções sociais de determinado contexto e tempo histórico, perpetuando nestas relações de poder. A linguagem desta maneira é social e os significados de uma palavra não são inerentes a elas, mas seus sentidos dependem do contexto e do falante/escritor. (MEURER; DELLAGNELO, 2008)

Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos através de documentos oficiais, vídeos das sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Toledo, diário de campo e textos extraídos do Facebook. Os documentos oficiais foram obtidos por e-mail e disponibilizados pelos integrantes da ORDEM. Utilizei marcações em itálico-12

para localizar as falas de meus interlocutores de ambos os campos. As sessões sobre o PME-Toledo estão disponibilizadas no canal do Youtube da Câmara de Vereadores de Toledo. Acessei o canal e transcrevi as falas dos agentes que participaram das sessões. Estas intervenções são públicas já que estão registradas em instituições públicas e foram citadas nesta dissertação como foram enunciadas, assim como foram mantidos os nomes dos falantes nas sessões.

Por outro lado, durante a observação direta nos encontros da ORDEM e nas posteriores entrevistas com alguns de seus membros utilizei o diário de campo para registrar o que vi e ouvi. Como não tive autorização dos interlocutores para gravar áudio nestes locais, utilizo minhas anotações como citação da forma que anotei durante os momentos em que os observava ou entrevistava. Optei por não identificar os participantes do grupo de interlocutores e mudei de maneira respeitosa o nome da instituição para preservar a identidade das pessoas que lá se reúnem.

No primeiro capítulo, analisarei os embates discursivos realizados nas sessões de votação do PME-Toledo, buscando compreender a partir destes os significados e a circulação das categorias família e gênero. Buscarei demonstrar que as sessões podem ser compreendidas como um evento, já que havia ali um embate entre diferentes ordens culturais. Deste modo, viso demonstrar, através desse exemplo – as sessões do PME - como as defesas de representações no espaço público impactam nos processos democráticos.

Buscarei no segundo capítulo, articular como os argumentos que estavam presentes nas votações se desdobram na fala dos integrantes da ORDEM. Minha intenção com este segundo exercício é compreender os significados expressos por estas categorias para os atores religiosos. Importante salientar, como procurarei explicar com mais profundidade que eles se auto identificam como conservadores e se dizem agentes para a manutenção de uma moral divina.

A fim de compreender a ação destes agentes, procuro debater como algumas categorias destes embates públicos são significadas na construção de sua cosmovisão. Através dos discursos, buscarei evidenciar os processos de legitimação e produções de verdades e como eles agem para reafirmá-la publicamente em reação ao processo democrático.

2. O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Segundo Stuart Hall (2003) há cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas após a segunda metade do século XX: as tradições do pensamento marxista; a descoberta do inconsciente por Freud; o trabalho de Saussure na linguística; o conceito de poder de Michel Foucault; o feminismo tanto como movimento social, quanto como teoria social. O mesmo autor argumenta também que as sociedades contemporâneas passam por uma mudança estrutural. Essa mudança está ocorrendo devido a fragmentação dos conceitos anteriormente sólidos que garantiam uma localização estável aos indivíduos sociais⁶. A partir destes processos, começamos a perceber “fraturas” na paisagem do ser. As identidades antes pensadas como fixas e estáveis foram descentradas, sendo estas, na atualidade, abertas, contraditórias, fragmentadas⁷.

Do ponto de vista do debate de gênero, a estabilidade que anteriormente era sustentada por um sistema de dominação patriarcal que garantia o controle dos corpos⁸ começou a ruir paulatinamente. Embora possamos perceber essas rupturas e descentramentos das identidades nos sujeitos específicos, notamos que, as mudanças não chegaram no espaço público com efetividade. Este espaço ainda é marcado por exclusões e se organiza para atender um modelo de identidades específico, aquele pensado anteriormente como fixo. Por exemplo, o mundo burguês estabeleceu uma divisão moral do trabalho, ainda vigente, na qual a razão é identificada com a masculinidade, ao passo que os sentimentos e desejos são ligados a feminilidade. Esta noção, filha do iluminismo, impõe uma homogeneidade do espaço público. Afinal, este é concebido como local da razão, local da masculinidade. No espaço público masculino, aqueles comportamentos e ideias associados às emoções e aos corpos são excluídos (YOUNG, 2012).

No espaço público brasileiro, percebemos como este contexto de exclusão se evidencia em todas as esferas desde a federal, estadual e municipal. Por exemplo,

⁶ Este debate sobre a estabilidade do sujeito será abordado de maneira aprofundada no segundo capítulo.

⁷ Por exemplo, hoje há o questionamento sobre as noções de feminino e masculino, compreendidas anteriormente como fixas e estáveis.

⁸ O controle dos corpos neste caso remete-se a dominação, repressão e domesticação do feminino ao longo da história, (Emmerick, 2007) o qual é confrontado a partir da fragmentação e desestabilização das identidades, ocasionando reações, como as que veremos neste capítulo.

em 2014, um ano antes da votação do PME-Toledo, havia na Câmara dos deputados federais em Brasília, 51 deputadas contra 462 deputados. No senado a situação não era diferente. Havia na mesma época 13 senadoras e 68 senadores. Na época da votação do PME, em 2015, havia em Toledo 19 cargos de vereador e apenas um era preenchido por uma mulher.

A exclusão de gênero não é a única que ocorre no espaço público brasileiro. Somam-se também as exclusões de cor, de classe social e a religiosa. Inclusive, como é um aspecto central para esta pesquisa, sabemos que existe, no Brasil, uma forte participação da religião cristã como legitimadora de ações e significações no espaço público. Essa predominância religiosa tende a impor a moral desta religião à todos os cidadãos brasileiros. Há uma

Forte tendência dos estudiosos interpretarem a participação desses religiosos no cenário político não como elemento extemporâneo que teima em resgatar formas pré-modernas de organização social, mas sim como um elemento constitutivo da própria esfera pública brasileira (MACHADO, 2015, p. 46)

Ainda no fim do século XX, já passado período importante do processo de redemocratização no Brasil, a Igreja Católica mantinha seu domínio na esfera pública recebendo tratamento privilegiado do Estado (MACHADO, 2015). Esta constatação se deve também ao fato de que esta instituição religiosa se colocou como importante ator na esfera política nas conquistas de direitos, inclusive na caracterização do direito à liberdade religiosa na Constituição de 1981 (Montero, 2012).

De toda forma, embora o predomínio discursivo da Igreja Católica na esfera pública tenha se mantido, contemporaneamente percebe-se o crescimento de grupos protestantes ampliando sua participação neste mesmo espaço. Essa nova adesão, fez com que estes últimos passassem “a ter um novo e significativo papel na formação da cidadania brasileira, na condução da atividade parlamentar e na produção de novas leis” (MONTERO, 2012, p. 173).

Para fins de delimitação conceitual, o espaço público aqui será compreendido como local de enfrentamento, realizado através de fluxos discursivos, entre diferentes atores sociais. Estes agentes possuem diferentes valores morais e interesses por vezes divergentes. Disputam, através da criação de leis, a regulamentação do uso dos corpos e a legitimidade da produção de verdades sobre determinadas categorias,

estabelecendo assim padrões normativos de condutas. (GOMES; NATIVIDADE; MENEZES, 2009, p. 192).

É necessário lembrar que, embora sejam atores importantes nas disputas de poder no espaço público, não são apenas os católicos e protestantes que se enfrentam neste local. Essas disputas são múltiplas e são protagonizadas também por agentes e movimentos sociais simpatizantes de agendas consideradas progressistas, por buscarem a ampliação e consolidação de direitos civis e sociais (CORROCHANO et al, 2018).

Sobre este último tipo de enfrentamento podemos citar como exemplo, alguns debates sobre a liberação dos corpos tais como a legalização do aborto, a legalização do casamento homoafetivo e a utilização de células troncos em pesquisas científicas. Nestes episódios há embates que envolvem a produção da verdade sobre determinadas categorias tais como família, gênero, sexualidades e aborto.

A respeito das disputas que ocorrem pelas pautas trazidas pelos movimentos sociais podemos observar que a presença de parlamentares religiosos marca uma tensão, já que estes podem levar a ações políticas contrárias às reivindicações de alguns movimentos sociais. Inclusive, muitas vezes sua atuação parlamentar deslegitima ou criminaliza determinadas práticas e ações destas minorias, principalmente quanto ao uso de seus corpos, como, por exemplo, a já citada legalização do aborto. (GOMES, NATIVIDADE E MENEZES, 2009)

Desta maneira, dependendo das discussões colocadas em pauta, esses atores políticos religiosos se organizam e se articulam para barrar projetos de lei que envolvem políticas progressistas. Mas porquê? Machado (2015) nos ajuda a compreender o motivo desta articulação. Esses atores religiosos buscam através de suas ações políticas lutar por uma “‘espécie de missão evangelizadora’ com o propósito de ‘santificar o mundo’” (MACHADO, 2015, p. 50). Eles se articulam tanto no legislativo, quanto no executivo, em defesa dos valores cristãos⁹.

Saliento que para os atores políticos religiosos a inserção dos cristãos na política é legítima. Analisando a noção de batalha, podemos compreender o sistema cosmológico que estrutura este pensamento e as ações políticas dele consequentes.

⁹ Valores cristãos são princípios morais e espirituais, advindos da bíblia, que normatizam como os seres humanos devem viver sua vida terrena. Esses valores estabelecem, por consequência, como os indivíduos têm que pensar, sentir, se expressar, amar, como será sua família, suas atitudes na sociedade, no trabalho, etc. Estabelecendo e naturalizando esses valores como norma.

A noção de batalha, ou guerra espiritual, pode ser compreendida no léxico cristão como uma forma de lutar, através da evangelização, contra o demônio que poderia estar presente em práticas ou situações nas quais se experimenta do mal, ou em religiões não cristãs (MARIZ, 1999). A batalha espiritual resulta, reitera e marca o dualismo entre o “bem” e o “mal”.

Diante desta crença, a ação dos atores religiosos no espaço público é marcada pela defesa da moral cristã, que se encontraria contraposta às agendas progressistas identificadas com o campo simbólico do mal/demônio. Sendo assim, toda e qualquer prática que não segue o cristianismo deve ser combatida” (MACHADO, 2015, p. 66), predominando um discurso de guerra ao mal.

No texto “os Deuses do Parlamento”, Ronaldo Almeida (2017) analisa a votação de admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016. O autor utiliza a noção de “enquadramentos”¹⁰ de Judith Butler, em Quadros de Guerra, para entender o cenário de embates político-culturais. Estes enquadramentos, na perspectiva de Almeida nos ajudariam a compreender polarizações e o processo de naturalização de identidades. Na política brasileira atual o enquadramento é de polarização entre conservadores/direita e esquerda/progressistas.

Almeida entende conservadorismo, direita e fundamentalista como categorias construídas no debate público. Ele nos apresenta a amplitude do movimento conservador que é constituído por religiões, religiosos, mas também por não religiosos. Embora evidencie que o estigma de “conservadorismo” recaia no eixo religioso do movimento.

Sendo assim, mesmo que nos anos iniciais do surgimento do protestantismo houvesse muitos embates com o catolicismo (MAFRA, 2012), hoje com a consolidação do pluralismo religioso, católicos e evangélicos passaram a compartilhar certas pautas políticas. A partir do propósito de santificar o mundo, estes se unem em um “bloco cristão” transformando as casas de leis em uma arena de luta. Uma arena de luta tanto simbólica, quando pensamos nas significações que estão em disputa, quanto física, através da formulação de leis.

¹⁰ Enquadramento está relacionado a questão de identificação e reconhecimento de um sujeito resultando em uma determinada apreensão sobre este.

Os parlamentares cristãos formaram a “frente cristã” que fortalece e sustenta uma visão conservadora e fundamentalista de mundo no cenário legislativo. Eles agem de maneira assumida e propositiva contra a conquista e a ampliação de certos direitos reivindicados por algumas minorias sociais. Andreia Vicente da Silva (2018) acrescenta que há, neste cenário, tonalidades de fundamentalismo, não sendo este um movimento homogêneo.

Desta maneira, as ações dos agentes religiosos na esfera pública, geram discursos moralizantes, que “em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38). Do ponto de vista do debate de gênero, estas relações produzem discursos que impõe normas heterossexuais e masculinas. Elas se limitam a uma noção binária da sexualidade na qual a compreensão de sexo (homem e mulher) é refletida de forma a limitar outras expressões de gênero, impondo o padrão: homem-masculino e mulher-feminina. Munindo estes atores de um discurso que estigmatiza e torna patológico o que não se enquadra na matriz binária de sexo-gênero, a noção binária considera “natural” somente a vivência heterossexual. A sua produção discursiva sobre o que é sexualmente verdadeiro torna o padrão hétero-cisgênero como a única possibilidade de classificação e enquadramento.

Alguns desses significados hegemônicos são contestados e postos em disputa durante a votação do Plano Municipal de Educação de Toledo. Neste trabalho, diante do contexto de embates ocorridos na Câmara Municipal toledana, optei por utilizar a categoria “evento”, desenvolvida por Marshall Sahlins para analisar as sessões de votação em questão. A partir desta categoria procuro discorrer acerca da cosmologia e das significações relacionadas aos conceitos de gênero e de família para os atores ali presentes.

Marshall Sahlins ao desenvolver a categoria “evento” explicou que um evento é um acontecimento paradigmático que tem desdobramentos no plano da ação individual e, também como representação coletiva. No evento, é possível reconhecer uma “certa ordem cultural” ou o embate de ordens culturais distintas (Sahlins, 1999, p.143 e 144) que são postas em ação em um contexto específico. Neste caso, o evento só pode ser compreendido através da análise da “estrutura da conjuntura”. Por estrutura da conjuntura entendo as relações históricas que reproduzem as ordens culturais atribuindo-lhes novos significados.

Deste modo, a partir dos dados das sessões do PME-Toledo realizarei a análise da estrutura da conjuntura do evento que foi o PME. Já que neste acontecimento pode-se notar o embate de ordens culturais distintas, evidenciando assim as reproduções das ordens culturais e suas novas interpretações.

Sahlins explicita que um evento não tem uma significância histórica a priori. É ao longo do seu desenrolar que ele é interpretado ou apropriado por e em um esquema cultural adquirindo neste processo a sua significância histórica. Como se verá no capítulo dois, o evento de votação foi tomado como limite por parte daqueles atores que se denominam conservadores para que uma articulação efetiva e duradoura surgisse. No entanto, é necessário atentar-se ao fato de que “os significados são colocados em risco na ação” (SAHLINS, 1999, p.9). Afinal, eles são reavaliados quando realizados na prática. Logo, é a ação que provoca mudança e desestabilizações nos sentidos dados pela cultura, ou seja, dados pelos símbolos e significados organizados na ação humana (SAHLINS, 1999).

Sendo assim, antes de entrarmos efetivamente na descrição do evento é necessário compreender que as coisas não possuem “uma razão de ser”. Elas são contextuais. Há, por assim dizer, uma guerra simbólica na qual os signos estão colocados em um jogo de poder, entre dominantes e dominados. A partir de diferentes perspectivas “as pessoas chegam a diferentes conclusões e as sociedades elaboram os consensos, cada qual a sua maneira” (SAHLINS, 1999, p.10).

A categoria gênero é um exemplo de como as categorias podem entrar em um embate estrutural. Entendo que, os discursos de muitos dos parlamentares religiosos legitimam a vivência da sexualidade baseada na lógica reprodutiva, excluindo desta maneira outras possibilidades de vivenciá-la. No entanto, quando estes parlamentares são contestados, a categoria gênero é colocada em uma situação de reavaliação funcional, entrando em um embate estrutural.

As rupturas das identidades, descritas por Hall (2003) e a fragmentação das mesmas geraram riscos à esta estrutura normativa sobre a sexualidade. Como sabemos, há pessoas que questionam a norma: “à medida que [as pessoas] se tornam socialmente capazes deixam de ser escravos de seus conceitos para se tornarem seus senhores” (SAHLINS, 1999, p.11). Ou seja, quando a luta dos movimentos identitários traz as pessoas para a política e estas lutam pela ampliação da cidadania e dos direitos políticos, as significações hegemônicas que não as representam começam a serem questionadas, abalando a norma e a ressignificando.

Além da ideia de evento de Sahlins, para conseguirmos compreender como essa situação pode ser visualizada no evento do PME-Toledo, utilizo também a noção de espaço público de Paula Montero (2012). De acordo com a autora, este não se constitui como uma entidade empírica observável, mas um espaço discursivo.

Tomando esse partido teórico, entendemos que a esfera pública é constituída basicamente de fluxos discursivos. Quem e o que se pode dizer passa sempre por um processo, historicamente determinado de produção de legitimidade para falar e produção de legitimidade sobre o que pode ser dito. (MONTERO, 2012, p. 177)

Desta maneira, ao entender a esfera pública como constituída pelo discurso, não se pretende descrever fenômenos sociais ou instituições, mas utilizá-la como categoria analítica tornando visível as relações entre os sujeitos dos discursos. O objetivo maior desta escolha é questionar como as categorias circulam num processo de produção de verdades. (MONTERO, 2012).

A partir de agora, problematizarei como as categorias família e gênero se apresentaram nos embates discursivos das sessões de votação do PME. Meu objetivo é compreender os significados expressos por estas categorias para cada um dos grupos. A partir da compreensão destas significações, procurarei articulá-las com um certo posicionamento na estrutura social.

2.1 PME TOLEDO

A necessidade de consolidação e formação de um plano para a educação no Brasil não é uma novidade. Em 1932 foi lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, o qual após diagnóstico da educação pública no Brasil formula um “Plano de reconstrução educacional”. Com este plano pretendia-se organizar sistematicamente as atividades no âmbito educacional, trazendo através deste a racionalização científica de tal campo. (SAVIANI, 1999)

Durante os anos seguintes, as noções e formulações de políticas públicas para a educação através de um plano de educação foram se desenvolvendo e tomando diversas estruturações e objetivos¹¹. Entretanto, foi em 1993 com o “Plano Decenal de Educação para Todos” que essa política pública começou a constituir o

¹¹ Para mais ver Saviani, 1999.

modelo que atualmente encontramos no Brasil. O plano de 1993 se diferenciou dos anteriores por tratar apenas da educação fundamental e, também por não ser apenas um plano de distribuição de recursos.

Nesse sentido procurou traçar um diagnóstico da situação do Ensino Fundamental e delinear perspectivas, identificando os obstáculos a enfrentar, formulando as estratégias para a “universalização da educação fundamental e a erradicação do analfabetismo” e indicando as medidas assim como os instrumentos para a sua implementação. (SAVIANI, 1999)

Em 1998 foi encaminhado à Câmara dos Deputados dois novos documentos que visavam instituir o Plano Nacional de Educação, um proposto pelo governo, através do deputado Ivan Valente, e um de oposição, apresentado pelo Ministério da Educação. Após discussões decidiu-se incorporar as duas contribuições em um único projeto. Desta maneira, em 2001 o então presidente Fernando Henrique Cardoso institui o Plano Nacional de Educação, estabelecendo a obrigatoriedade de Estados e Municípios formularem seus respectivos planos.

Em 2014 um novo Plano Nacional de Educação (doravante PNE) entrou em votação no Congresso e posteriormente os Planos Estaduais e Municipais de Educação (doravante PME) foram sendo votados nas suas esferas específicas. É nesse período temporal que se apresenta a discussão do Plano Municipal de Educação que presenciei e que estou analisando. Assim, se faz necessário sublinhar o cenário nacional de discussão da votação do PNE, para compreendermos os resultados da votação do PME estudado neste trabalho.

O novo PNE em sua apresentação se coloca como instrumento de planejamento do Estado democrático que tem como finalidade orientar a execução e aprimoramento da política pública de educação. Este documento traz diretrizes e metas que deverão ser executadas durante o próximo decênio (2014-2024). (Lei nº 13.005/2014).

Na redação inicial do PNE 2014 a superação das desigualdades educacionais incluindo as de gênero e sexualidade fazem parte dos objetivos. No entanto, durante as discussões do projeto, segundo Neto e Zanoli (2016), houve a movimentação de setores religiosos que têm suas lutas e pautas fundamentadas na legitimação de um modelo específico de família. O desfecho da mobilização desses setores foi a exclusão dos termos gênero e sexualidade do PNE, não nomeando mais que tipo de

discriminação a superar. (NETO e ZANOLI, 2016) O que fica evidenciado no próprio texto do PNE que segue abaixo.

A mais ruidosa polêmica diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto. (BRASIL, p. 22, 2014)

A mesma mobilização de setores religiosos foi percebida por mim durante a votação do PME-Toledo. Como já citado na introdução, diversas estratégias foram modificadas, ou até mesmo suprimidas com intenção de retirar toda e qualquer palavra que se remetesse as noções de gênero e diversidade sexual. Reitero o exemplo da estratégia 16.2, a qual foi suprimida do texto final do PME-Toledo por esta estar identificada com os debates de gênero e sexualidade.

<p>ESTRATÉGIA 16.2: Prever no Projeto Político Pedagógico - PPP, atividades que discutam os movimentos feministas e de afirmação da diversidade sexual nas áreas do conhecimento.</p>	<p>ESTRATÉGIA 16.2 – suprimida.</p>
---	-------------------------------------

Como o leitor poderá observar procurei compreender o debate realizado na Câmara de vereadores de Toledo a partir da ação dos atores denominados religiosos. A princípio queria abordar tanto a participação de religiosos quanto dos movimentos sociais nos embates. No entanto, decidi escolher um dos lados desta disputa para aprofundar a análise e também devido a alguns desdobramentos do trabalho de campo que esclarecerei adiante.

Em Toledo, nos dias 16 e 19 de junho de 2015 ocorreram as sessões na Câmara Municipal que serão aqui analisadas. No dia 16 de junho ocorreu a audiência pública. Já no dia 19 do mesmo mês a primeira votação. Estas sessões possuem diferentes dinâmicas que procurarei explicitar ao longo da análise.

Para tanto, meu texto está dividido em duas partes. Na primeira falarei sobre a sessão de audiência pública e na segunda descreverei a sessão de votação. Entendo que esses dois momentos podem ser considerados uma parte do processo histórico do evento, no qual é possível perceber um embate entre ordens culturais distintas, como proposto por Sahlins. Como pretendo comprovar posteriormente, foi justamente este evento que resultou na criação da ORDEM.

A matéria prima desta análise são as declarações feitas por vereadores e pela sociedade em ambas as sessões. Através destas declarações procuro perceber como as categorias gênero e família são significadas e utilizadas. Chamo atenção, assim como Dias Duarte (2017), que é necessário observar a diferença do significado global que as categorias adquirem e a relação entre categoria e enunciador. Afinal, os vereadores ali presentes necessitavam tomar uma posição pública e definitiva sobre o embate ali instaurado, se posicionando assim perante a sociedade civil.

Seguindo ainda o mesmo autor, também não categorizarei a priori os discursos como progressistas ou conservadores, de direita ou de esquerda. Pretendo através da análise compreender se há ou não a necessidade de assim os colocar para compreender o fenômeno em questão.

Se faz necessário ainda compreender que percebo que durante as sessões ocorreram dois tipos de sentido de fala. Estas são:

- 1 – Contra a inserção do debate de gênero e diversidade sexual, devido entenderem que isto atacaria a família tradicional;
- 2 – A favor da inserção do debate de gênero e diversidade sexual;

2.1.1 Da audiência pública

A sessão de audiência pública, segundo o regimento interno da Câmara de Toledo, é realizada a partir do chamamento público de alguma das comissões da Câmara. Essas audiências possuem como objetivo “instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou por solicitação de entidade interessada.” (MUNICÍPIO DE TOLEDO, 1990)

O chamamento da audiência pública que discutiu o plano municipal foi realizado pela Comissão de Legislação e Redação, presidida pelo vereador Vagner Delábio, filiado ao PMDB. O vereador deu início a sessão do dia 16 de junho de 2015 explicando como ocorreria o andamento da mesma. Como previsto no Regimento da Câmara, a Comissão encarregada pela sessão seleciona pessoas ou especialistas ligados a entidades para iniciar os trabalhos da audiência. Estas pessoas ficam encarregadas de apresentar o assunto da audiência do dia. Na sessão em análise, a selecionada foi Veralice Moreira, presidente do Conselho Municipal de Educação.

Conforme regimento, qualquer convidado tem vinte minutos de fala que podem ser estendidos conforme o juízo da Comissão. Neste dia, este período não teve prazo estipulado. Veralice Moreira falou 44 minutos apresentando o projeto. Ela intercalou leitura e improvisações. Seu pronunciamento se caracterizou pela apresentação técnica do plano. No entanto, segundo conversas que tive posteriormente com as assessoras da vereadora Sueli Guerra, “nos bastidores”, já havia uma tensão instaurada sobre as questões de gênero e diversidade sexual. Eu mesma estava ali por saber que esta seria uma questão importante durante a sessão.

Antes do microfone ser direcionado aos vereadores da Comissão de Legislação e Redação, foi chamado também Leandro Crestani¹² para se pronunciar pela Secretaria de Educação do município. Durante o seu pronunciamento Crestani defendeu que nenhum ponto do PME fosse modificado. Argumentou que este seria o PME mais democrático já que foi realizado a partir das discussões com a população e entidades do município durante o período de um ano. Enfatizou ainda a importância da formação dos profissionais da educação, pois este era um ponto que mexia diretamente com o orçamento público da cidade.

Embora seus argumentos não evidenciassem nenhuma discussão em si, percebe-se que ao defender que nenhum ponto do PME fosse modificado, Leandro Crestani se referia às questões concernentes ao gênero e diversidade sexual. Isto ficou evidente, após a abertura das falas aos demais vereadores, quando o vereador Luís Fritzen, filiado ao partido PP e com 7 candidaturas até aquele ano, em sua primeira manifestação oral na sessão estabeleceu uma relação com o pronunciamento de Crestani se opondo ao seu ponto de vista. O vereador disse discordar da ideia de que o plano devesse ser aprovado em sua integralidade:

¹² Coordenador de História na Secretaria Municipal da Educação de Toledo.

Vereador Fritzen: Aí foi dito respeito a posição de cada um e de todos que esse é o plano mais democrático e que deve ser aprovado da maneira que veio. Se tem que ser aprovado da maneira que veio não precisa do legislativo para ratificar estamos aqui para votar, para examinar o plano e para fazer as alterações necessárias. (...) eu recebi hoje ao chegar aqui eu entrei na internet e tem um comunicado do dia 10 de junho, hoje é dia 16 de junho de 2015, a mobilização das lideranças das igrejas do Paraná contra a adoção da ideologia de gênero¹³ (...) instruí-los [os vereadores] sobre o perigo da ideologia de gênero, a fim de que não sejam incluídos os pontos que introduzam esta ideologia nos planos de educação (...) se não podemos mudar nada nós não precisamos votar nada, agora eu vou anunciar desde já vou votar contra a ideologia de gênero aonde ela estiver presente no plano essa é a posição minha, obrigado presidente.¹⁴

Como ficou claro no pronunciamento do vereador acima descrito, há uma lógica e gramática cristã permeando as noções defendidas. Inclusive, o posicionamento público de Fritzen é construído e justificado a partir do documento das lideranças da Igreja Católica no Paraná. Ao se contrapor a Crestani, desenvolve-se uma interposição, uma relação de disputa entre os atores que ali se encontram. Essas situações, após a abertura das falas para os vereadores, se intensificam ao longo do decorrer da sessão, como veremos a seguir.

Voltando a sequência das falas de apresentação, o vereador Delabio, após a fala de Crestani, chamou então para compor a mesa os membros da Comissão de Legislação e Redação, abrindo os microfones para os membros desta Comissão.

¹³ Ver documento aqui: <http://catedraldemaringa.com.br/noticias-da-igreja/mobilizacao-das-liderancas-da-igreja-no-parana-contra-a-adocao-da-ideologia-de-genero/>

¹⁴ Utilizarei a marcação em itálico para localizar a partir deste momento as falas que ocorreram durante as sessões as quais transcrevi. Essas falas, como já dito anteriormente, estão disponíveis nos vídeos disponibilizados pela Câmara de Vereadores de Toledo em seu canal do YOUTUBE: <https://www.youtube.com/user/camaratoo>.

Inicialmente, os vereadores da comissão teceram elogios ao Conselho Municipal de Educação pela realização do PME, evidenciando o bom trabalho feito. Também houve alguns que justificaram a não leitura total do projeto do PME devido ao pouco tempo em que o mesmo foi disponibilizado. Alguns também reclamaram do curto prazo para o debate do PME pela Câmara Municipal¹⁵.

A vereadora Sueli Guerra, filiada ao PMDB e presidente da Comissão de Educação foi convidada a compor a mesa e parabenizou o processo da realização dos debates do PME. Após o encerramento da manifestação da vereadora Sueli, seguiu-se a fala dos demais vereadores presentes. Saliento que até então todas as elaborações enalteciam o trabalho do Conselho Municipal de Educação, não havendo até aquele momento nenhuma tensão e embate.

Foi após a abertura da fala para os demais vereadores que ocorreu a deflagração do embate. O vereador Genivaldo Paes, filiado na época ao PT, já indicava que:

Vereador Genivaldo Paes: tenho certeza que temos forças estranhas, temos pessoas ligadas ao setor da comunidade fortíssima que nos atropela a todo momento na questão do Plano Municipal de Educação do nosso município.

O vereador Genivaldo Paes durante as sessões não se colocou como católico ou evangélico. No entanto, acionou Deus para justificar seu voto que estaria a favor da família. Inclusive, quando ele falou que existem “setores que nos atropelam”, ele se referia a própria vivência, como aparece no seguinte trecho:

Vereador Genivaldo Paes: eu voto a favor da família, quero que as nossas famílias vivam na paz, vivam na justiça em cada momento da sua vida celebre o dom de Deus, é por isso que eu digo e não me calo quem me representa são 130.000 pessoas deste município, agora quando você quer mudar de sexo é de

¹⁵ O prazo para que o PME fosse debatido e votado na Câmara foi de apenas 16 dias. Como já dito anteriormente, havia um prazo limite para que as votações fossem realizadas. O governo federal instituiu no PNE que a votação dos PME e do PEE fossem realizados em até um ano da aprovação do PNE. Se o prazo não fosse respeitado haveria cortes de verbas para a educação

livre e espontânea vontade sua e não da sua família. Deus colocou no mundo seres humanos homens e mulheres capazes de procriarem.

Quando o vereador Genivaldo se referiu a atropelo, ele fez relação direta com uma noção de família tradicional e cristã que estaria sendo atropelada pela ação dos movimentos sociais no espaço público. Ao posicionar-se publicamente, evocou efetivamente o primeiro embate na sessão.

Em seguida, o vereador Tita Furlan, filiado ao PV, destacou quais eram as questões que Genivaldo Paes chamou de forças estranhas:

Vereador Tita Furlan: uma criança, na educação infantil, ela leva para a sala de aula os princípios morais do seio de sua família e o contrato social exige que as pessoas ajam dentro da comunidade de forma a não agredir a moral que aquela pessoa talvez trás da sua família. A partir do momento que a conduta, que a ética que seria a forma de agir em sociedade agride a outrem aí esta pessoa deve ser chamada para refletir a maneira que ela deve agir em sociedade, mas na minha percepção a sala de aula, e repito na minha mediocridade a sala de aula deve existir para ensinar os conteúdos que eu aprendi na minha infância.

Considero este pronunciamento de Furlan um momento importante de ruptura no ambiente da sessão. A partir daí surgiu um novo direcionamento que fez consolidar uma espécie de dualidade: enquanto alguns defendiam a retirada de gênero e diversidade do plano, outros pediam a permanência destas categorias no plano.

A partir daqui esses posicionamentos contrários serão separados para compreender como esses sentidos se articulam em argumentos. Procurarei salientar quais são os marcadores de sentido específicos para cada um dos sentidos de fala presentes na audiência pública.

2.1.1.1 Contra a inserção

Constatei após a transcrição dos pronunciamentos das sessões da Câmara que o sentido de fala 1 foi acionado por 17 dos 19 vereadores. Este mesmo sentido foi acionado por 2 pessoas da sociedade. De acordo com a trâmite formal da sessão, os pronunciamentos dos vereadores ocorreram antes da abertura dos microfones para o público. Muitos deles excederam o limite de tempo. No entanto, o presidente da sessão, o vereador Vagner Delabio, somente os alertava permitindo que finalizassem seus argumentos.

Nota-se claramente que neste primeiro momento, o termo ideologia de gênero era evocado sem que uma certa definição fosse explicitada. Contudo, o argumento que permeia a exclusão do debate sobre gênero é que este tem ligação direta com a “ideologia de gênero”. Ao mesmo tempo, como foi esclarecido no pronunciamento de Fritzen, a Igreja Católica se posicionou contra essa discussão. Seguindo esse direcionamento, o entendimento dos parlamentares foi que seria papel do vereador cristão ir contra o debate proposto no PME.

Assistindo aos pronunciamentos, ficou claro que a mobilização política feita por membros da Igreja Católica interferiu diretamente nas votações. Quando as lideranças da Igreja, como Fritzen expôs, conclamaram seus fiéis a atuar na “dimensão profética de sua fé” pode-se perceber como o posicionamento dela foi central para uma certa articulação que chegou na Câmara Municipal através dos vereadores cristãos. Machado (2015) explicou que, o cristianismo exerce uma força no espaço público, impondo sua gramática, a partir do entendimento da existência de uma missão evangelizadora da Igreja a partir da qual estes atores, nas casas de leis, articulam seus posicionamentos em defesa dos valores cristãos, com o propósito de santificar o mundo.

Os vereadores que se pronunciaram na sessão atribuíram diferentes funções para a família e para a escola. De acordo com estes políticos, estas funções devem ser delimitadas e não podem ser sobrepostas. Alguns chamaram a atenção para o fato de que é na família que a sexualidade deve ser discutida e ensinada. Essa defesa reitera a estrutura de que a família é colocada na ordem do natural, vinculado ao corpo biológico, é o lugar do acasalamento, do nascimento, da amamentação, do envelhecimento e da morte (LACQUER, 2001).

Vereador Tita Furlan: Na minha percepção a sala de aula, e repito na minha mediocridade a sala de aula deve existir para

ensinar os conteúdos que eu aprendi na minha infância e um ponto que eu quero abordar aqui que também, desculpa ser repetitivo e chato, é o que eu penso na minha infância eu nunca me questioneei se a criança que estava do meu lado era homossexual ou se ela era negra ou se era qualquer coisa assim. Eu sempre aprendi na minha casa que as pessoas devem ser julgadas pelo bem ou pelo mal que elas fazem para a sociedade, então quanto mais você provoca uma discussão, as vezes você mais força que algo que se quer seja questionado venha à tona. (...) mas repito o que disse inicialmente, percebo que a sala de aula não é o local apropriado para discutir algo que inicialmente diz respeito aquilo que cada família traz consigo, de repente não que eu concorde com a educação por exemplo que o vizinho dá pro seu filho, só queria colocar isso, eu percebo por fim, desculpa eu me estendi, eu não acho que a sala de aula seja um local para educar a questão sexual da criança.

No entanto, a reivindicação do quando, onde e com quem se deve aprender sobre sexualidade, sobre o sexo, sobre a biologia do corpo, contém uma reivindicação sobre gênero (Lacquer, 2001). É desta maneira que o sexo e suas significações são construídos paulatinamente em relação ao contexto histórico-social vigente das lutas sobre gênero e poder. A partir daí, compreende-se pela fala de Furlan que é através da interdição e do controle da sexualidade pela família que se assegura a perpetuação dos papéis sociais e das relações de poder presentes na nossa sociedade.

A própria significação de família, corpo e gênero em nossa sociedade são reguladas pelo léxico e pela ordem cristã. Este ponto fica evidente na fala de Gilson, catequista na Paróquia Sagrada Família.

Gilson: Pessoal me chamo Gilson sou catequista na paróquia sagrada família, sou católico também e senhores vereadores boa tarde pra vocês eu vejo da seguinte forma: com certeza Deus aqui não tá excluindo ninguém, mas o que Deus exclui são certas atitudes que não dá de aceitar então seria essas minhas palavras. Eu acho que isso é uma coisa muito séria, tá

envolvendo criança que não tem preconceito contra ninguém mas eu acho que assim cabe a cada um de nós respeitar os princípios de Deus, que Deus ele criou o homem criou a mulher, pra se procriar e formar mais famílias e da forma que tão mostrando ai não se cria família nenhuma, seria isso e muito obrigado.

Podemos verificar que há nas significações destes locutores a afirmação de uma cosmologia onde as noções sobre homem, mulher e família estão relacionadas ao divino. Nesta lógica, a família somente pode ser constituída por um homem e uma mulher, evidenciando uma normalidade centrada no divino que interdita e regulamenta a sexualidade e o sexo. Afinal, nesta cosmologia, Deus criou ambos para se procriarem e somente assim formarem uma família, negando então a possibilidade de outra organização familiar.

Há diversos debates que demonstram que a maneira como a família é constituída nas sociedades é estabelecida através da legitimação de discursos hegemônicos. Esses discursos definem qual formação será considerada natural ou não. Resgatar esse argumento nos permite afirmar que para seu expositor não existe outro tipo de família a não ser quando há a junção de homens e mulheres. Esta emissão reitera relações de poder advindos de uma moral cristã.

Isto posto, há neste primeiro grupo de significações, uma reprodução da estrutura familiar que reitera a lógica cristã. Como a realidade humana é constituída a partir da cultura, através do discurso são legitimados “parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos e entre marido e mulher)” (SARTI, 2004, p. 14). Desta maneira, as relações de parentesco são compreendidas na chave do religioso por esses atores.

Podemos afirmar ainda que, a construção discursiva sobre a família e sobre a origem da parentalidade está centrada na ideia de que essa é criada por Deus quando criou o homem e a mulher, legitimando a configuração de um sistema sexo-gênero pautado pelo biológico. (STRATHERN, 1995). Assim, homem e mulher desempenhariam um papel específico na sociedade. Este ponto em específico pode ser percebido quando o vereador Furlan designa a família como o local da educação sexual. Desta mesma forma, o catecismo católico institui que é na família que há a procriação e educação dos filhos.

O casamento e a família estão ordenados para o bem dos esposos, a procriação e a educação dos filhos. O amor dos esposos e a geração dos filhos instituem entre os membros de uma mesma família relações pessoais e responsabilidades primordiais. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, PARÁGRAFO 2201, 1993)

Percebemos através dos significados dos discursos a construção de uma cosmologia, pautada no religioso, na qual se organiza, estrutura e diferencia homens e mulheres, através da ordem biológica. Esta ordem biológica que identifica como se compreende o sistema sexo-gênero faz com que a sexualidade biológica se transforme e receba outra significação. Ela realiza uma interpretação da natureza através da cultura que modela a compreensão, entendida como norma, sobre sexo e gênero. (RUBIN, 1993)

Neste contexto, quando na discussão sobre gênero na escola se propõe falar sobre o respeito a outras possibilidades de vivenciar a sexualidade essa cosmologia é ferida. Como ela é uma norma padrão de família, que denominamos aqui de família tradicional¹⁶, ela não prevê outras maneiras e debates.

2.1.1.2 A favor da inserção

O sentido de fala a favor da inserção foi enunciado apenas por 2 vereadores entre 19 e pela grande maioria da sociedade civil ali presente, exceto 3 pessoas que se pronunciaram contra a inserção.

No entanto, antes de continuar com a análise específica deste ponto, quero chamar atenção para um fenômeno de identificação importante. Percebi que tanto entre os vereadores que se posicionaram a favor da permanência da categoria gênero como entre os demais presentes que se falaram no microfone, houve uma constante busca pela legitimação de seus discursos a partir da identificação com alguma vertente de religião cristã nos debates. Eles buscavam validação de seus argumentos a partir da construção da identificação do “ser religioso” no espaço da Câmara. Eles

¹⁶ Compreendida como o arranjo familiar constituído por pai, mãe e filhos.

procuravam gerar uma identificação com as categorias hegemônicas do cristianismo, embora argumentassem a favor da inserção do debate de gênero no PME.

Vereador Adriano Remonti (PT): Sou vereador do partido dos trabalhadores e minha denominação religiosa, sou evangélico.

Como evidenciou Almeida (2017), ser religioso não significa necessariamente ser contrário as pautas de liberalização dos corpos, ou seja, não é conflituoso necessariamente ser religioso e ser a favor da inclusão do debate de gênero no currículo escolar.

Há diversos exemplos desta dissociação: “Católicas pelo direito de decidir” é um movimento que surgiu no ano de 1993 em um evento feminista. Estas mulheres católicas procuram articular o discurso feminista e religioso, dialogando com outras igrejas, trabalhando no combate da violência contra as mulheres e nos avanços das pautas de liberalização dos corpos. Defendem, por exemplo, o direito das mulheres ao aborto¹⁷.

Voltando a análise da sessão, a partir do momento que a sociedade começa a se manifestar uma nova dinâmica se instala no que diz respeito ao controle do tempo. Formou-se uma fila de cidadãos que desejavam se manifestar através da palavra. O vereador Vagner Delabio passou a controlar o tempo de três minutos para cada pronunciamento.

A maioria das participações excedeu o tempo determinado. Contudo, ao contrário do que ocorreu com os vereadores que eram avisados sobre o fim do tempo e poderiam concluir seus argumentos, me pareceu que Delabio avaliava se o pronunciamento merecia ou não ser concluído. Outro detalhe importante foi que quando Delabio entendia que uma fala ofendia ou atacava um de seus colegas, ele concedia direito de resposta ao citado. Além disso, houve constante interrupção do presidente da mesa durante as falas do público, quando esse achava necessário fazer, seja para alertar sobre algum possível desrespeito ou apenas para inferir sua opinião sobre o que estava sendo falado. Desta maneira, pude perceber que a hierarquia dentro da Câmara se encontrava presente, procurando silenciar as manifestações que iam contra o que os parlamentares consideravam como “correto”.

¹⁷ Ver mais em: <http://catolicas.org.br/>

Essa situação ocorreu, por exemplo, quando durante as exposições da sociedade pedia-se respeito ao trabalho realizado pelos educadores na confecção do PME-Toledo. A argumentação do professor João Lopes¹⁸ era de que os vereadores interferiam em um trabalho realizado durante um ano por não entenderem o que significa o debate de gênero e diversidade sexual em uma sala de aula.

Professor João Lopes: (...)se eu não li então eu conservo eu respeito o trabalho dos outros, porque isso aqui é uma falta de consideração com esse quase um ano de trabalho, e nós não estamos brincando de ser professor na sala de aula então nos respeite, quem faz determinados tipos de considerações aqui, então nós não viemos aqui ensinar vocês como que é o trabalho de vocês, então eu gostaria que vocês também não tivesse essa prepotência de querer dizer pra nós como nós temos que trabalhar, e como nós temos que fazer, ninguém ensina...

Vereador Delabio: (interrompendo a fala) que nossa discussão fique dentro de um respeito porque até agora não ouvi nenhum vereador desrespeitar ninguém

Professor João Lopes: eu não estou desrespeitando, meu tempo.

Embora durante a sessão de audiência pública o objetivo fosse conceder a participação à comunidade e ouvir o que esta tinha a dizer sobre algum assunto, quando o vereador Delábio ou algum dos demais vereadores não concordavam com algo dito, havia a interrupção. Seguia daí a tomada de posicionamento público, que de alguma forma satisfizesse as representações morais e de conduta da população que o elegeu. (DUARTE, 2017)

Depois de compreender como se estabeleceu a dinâmica da participação da sociedade nesse primeiro momento, evidencio como duas construções discursivas

¹⁸ Professor presidente da APP sindicato de Toledo.

importantes apareceram nas enunciações. A partir delas proponho pensar na circulação das categorias gênero e família.

A segunda construção discursiva revela as tensões e complexidades na relação religião e Estado. Em muitos momentos são acionadas frases como: “nossa sociedade é conservadora”, “o Estado é laico”, “os vereadores representam toda a sociedade” e “os vereadores não são ditadores das regras”. Estas frases ocorreram devido ao enfrentamento ocasionado pela presença de atores sociais distintos, que possuem interesses e valores que colocam em disputa determinados conceitos, no caso gênero e diversidade sexual. (GOMES; NATIVIDADE; MENEZES, 2009). Nos debates percebemos uma perturbação da estrutura social que ocorreu devido a reinterpretação e embate sobre a compreensão desses conceitos. Isso é evidenciado nas palavras de Nathalia e Giane:

Estudante Nathalia¹⁹: Só queria dizer também, que a galera aqui precisa respeitar os direitos humanos e a diversidade. Cara, a religião de vocês não é a nossa lei, de verdade.

(...)

Estudante Giane²⁰: Ter diversidade no plano não significa desrespeitar ninguém. Significa compreender que existem pessoas diferentes. O estado é laico, questões religiosas não devem interferir nessa votação, e nessa construção desse plano. Então o que quero dizer assim, vocês legislam para todos nós, sem distinção de gênero, sem distinção de orientação sexual, a colocação certa é orientação sexual e não opção sexual. Então qual é o apelo que vocês compreendam diversidade, não entendam como desrespeito... entender diversidade é compreender que existe a pluralidade na nossa sociedade.

Os participantes da sessão passaram a utilizar a violência aos LGBTs e as mulheres como argumento para confrontar a norma e a estrutura social. Eles expunham nas falas os silenciamentos e as violências que estas parcelas da

¹⁹ Estudante de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Integrante do Coletivo Espaço da Diversidade.

²⁰ Estudante de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

população sofrem, as quais são reafirmadas pelas práticas sociais heteronormativas e machistas que se alinham ao padrão de família posto como “normal” por alguns (PRADO; MACHADO, 2008).

Jaqueline²¹: Gostaria de dizer que no ano de 2014 foram registrados 378 casos de violência contra mulheres na delegacia de atendimento à mulher de Toledo. Na semana passada, nesse último final de semana no sábado 4 pessoas foram vítimas de um crime por razões de relações de gênero, um homem atirou em 4 pessoas, e assassinou um menino de 6 anos, porque não aceitava o final de um relacionamento com uma mulher aqui na nossa região. (...)isso pra mim tem um único nome, e não é ideologia de gênero, isso pra mim é intolerância. E nós vereadores e vereadora, enquanto poder legislativo, enquanto poder executivo, temos o dever de ouvir a sociedade quando tá se manifestando e se levantando contra isso e transformar isso em ações efetivas, enquanto políticas públicas pra que a gente possa de fato não só reconhecer que a sociedade não é mais a mesma sociedade do tempo em que eu estava na primeira série, e que hoje os temas que precisam ser abordados na sala de aula são diferenciados sim.

O processo de disputa pela regulação da sexualidade e do uso dos corpos, como evidenciados anteriormente, estão dispostos em um cenário de lutas e batalhas. Quando Jaqueline falou que a sociedade que estava ali estava se manifestando contra a violência vivenciada por essas populações pedindo por políticas públicas, ela colocou em evidência uma oposição discursiva. Na ordem da sessão se instaurou a oposição de significações entre o primeiro e o segundo sentido de fala. Identificando desta maneira que a ponta oposta desta batalha buscava a superação das desigualdades sociais através da criação de políticas públicas. O centro deste argumento se baseia na exposição das relações de poder instituídas que resultam na

²¹ Secretária da Secretaria de Políticas para Mulheres do município de Toledo.

invisibilidade, preconceito e violências contra parcelas específicas da população. (PRADO; MACHADO, 2008)

No entanto, mesmo se posicionando numa arena discursiva distinta, que se contrapõe às significações e cosmologia do primeiro sentido de fala, ainda assim encontramos a utilização do conceito de gênero relacionado novamente ao biológico, sendo desta forma da mesma ordem discursiva. Este tipo de conceituação opera uma significação sobre gênero que reproduz a legitimação novamente da diferenciação biológica entre homens e mulheres, remontando e reafirmando a significação de gênero e sexo em uma ordem cultural cristã.

Professora Caroline Recalcatti: (...) gênero pra mim é ser homem e ser mulher, e ser respeitado nos seus direitos seja homem ou seja mulher, essa ideologia de gênero que sei lá quem criou, quando eu falo de gênero eu conceituo com autores que estudaram que sabem o que dizem (...)

Juliano²²: Então primeiro sobre a palavra equidade de gênero, equidade de gênero nada mais é do que igualdade entre homens e mulheres, se o grande medo é a palavra equidade de gênero eu sugiro que deixem equidade de gênero no plano municipal de educação que futuramente vossos filhos, filhas, netos ou netas, não terão o mesmo medo que vocês têm hoje de aceitar essa palavra na construção da educação no município de Toledo.

A utilização do conceito de gênero relacionando-o à natureza nos demonstra como a circulação dessa categoria “se revela uma ferramenta ideológica poderosa e que responde às demandas sociais e políticas de cada contexto histórico” (PRADO; MACHADO, 2008, p. 52). Explico. A partir das falas dos locutores ficou claro o reconhecimento dos processos de exclusão social, de violência contra LGBTs e mulheres e a necessidade desta estrutura social ser superada através dos debates nas escolas e da construção de políticas públicas efetivas. Contudo, ao mesmo tempo, a utilização da categoria gênero como colocada por estes mesmos locutores reiterava

²² Secretário Geral do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Toledo.

os processos históricos de exclusão e subalternização, mostrando assim a força dessa gramática de exclusão imposta como norma no decorrer da história. Como Le Goff e Truong (2006) aponta em seu livro “uma história do corpo na idade média”, a partir do século XII estas práticas de controle corporal e sexual dos corpos passarão ser entendidos como os entendemos hoje. (PRADO; MACHADO, 2008)

2.1.2 Sessão de Votação

Finalizando o ocorrido na sessão de audiência pública, no dia 19 de junho, aconteceu a sessão de votação. É importante constatar que educadores, estudantes e movimentos sociais que se encontraram no dia da audiência pública se organizaram durante os três dias, produzindo cartazes e chamando mais pessoas para estarem no dia da votação. Além disso, durante minhas entrevistas na Câmara Municipal fui informada que os movimentos das igrejas católica e evangélica também se organizaram para ir à votação. Não consegui achar mais dados sobre essa organização, além desses relatos na Câmara. No entanto, pelas fotos das pessoas que ali estavam pode-se notar que foram confeccionados cartazes, tanto à mão, quanto em gráficas. Estas evidências confirmam que ocorreu uma organização prévia desses atores.

Antes de analisar a sessão em si, discorrerei um pouco sobre o que percebi naquele dia. Cheguei cedo na Câmara, os trabalhos não tinham começado. Encontrei alguns colegas da universidade fora da Câmara se organizando e após cumprimentá-los entrei no auditório. Não havia muita gente lá, então pude acompanhar como ocorreu a entrada das pessoas no local. Na parte do auditório que sempre fica reservada aos cidadãos comuns houve uma clara divisão espacial entre os grupos de religiosos e de integrantes dos movimentos sociais.



Figura 3: Foto da câmara na sessão do dia 19 de junho de 2015. Fotografia: Edinaldo Santos

Na fotografia acima pode-se ter uma percepção do que ocorreu. Nas cadeiras estavam sentadas pessoas que defendiam a exclusão dos termos gênero e diversidade sexual do plano. No corredor esquerdo do local destinado ao público se posicionaram as pessoas que defendiam a manutenção das categorias no PME. Essa situação me marcou, pois embora a princípio estivesse sentada junto com os religiosos comecei a não me sentir confortável ali e passado algum tempo da sessão fui ao encontro das pessoas do corredor esquerdo. Quando lá cheguei uma colega minha falou, “você estava defendendo nossas bandeiras no meio deles”. Esta interpelação evidencia que realmente existia uma divisão, não apenas conceitual, mas física também. A batalha não se instaurou apenas nas significações, mas se revelou também espacialmente. Renato Miguel do Carmo (2002), professor do departamento de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, expõe que o próprio espaço participa da constituição da diferenciação social, ou seja, no espaço reproduzem-se as diferenciações.

É interessante pensar a espacialidade neste caso. Afinal, naquela sessão de votação as noções de centro e margem se revelaram no plenário. Ao centro da parte destinada ao público, nas cadeiras da plateia, se encontravam as pessoas religiosas, as quais, no espaço público brasileiro, detém uma certa noção de prestígio, já que elas seguem a norma hegemônica no espaço público. Já as laterais foram tomadas pelas pessoas que questionam a norma, que quebram a expectativa social e são compreendidas desta maneira como desviantes. Como o desvio espacialmente se encontra na periferia, na margem, confirma-se que esta construção coletiva se impôs até mesmo na espacialidade daquela sessão.

Além das fotos, pude sentir fisicamente como esta lógica da diferenciação se reproduziu no espaço enquanto estive sentada no centro. Quando me posicionava com palmas ou vaias, eu me percebia deslocada. Depois de um tempo, decidi sair do centro e ir para uma das laterais na qual se encontravam aqueles que defendiam as mesmas pautas que eu. Ouvi de uma amiga que “estar ali era estar com os nossos”.

Além disso, a dinâmica dessa sessão foi diferente da audiência pública. O presidente da câmara, o vereador Ademar Traiano, encaminhou a sessão e a ordem dos trabalhos obedecendo o regimento interno da Câmara. Neste mesmo dia, primeiramente foram votadas outras matérias. Quando chegou o momento da votação do PME, primeiramente foi lido e apresentado a emenda modificativa para o PME redigida pela Comissão de Legislação e Redação. Nesta emenda foram retiradas as menções de gênero e diversidade sexual, além da modificação da estratégia 34.2, como apresentado na introdução desta dissertação. Após a arguição de um membro da Comissão de Legislação e Redação sobre a emenda, os demais vereadores tinham três minutos para encaminharem seus votos. E foi a partir da abertura para estas falas que iniciou novamente o debate sobre a exclusão das categorias de gênero e diversidade sexual.

Durante a sessão de votação, como explicitarei anteriormente, pude perceber a utilização dos mesmos dois sentidos de fala:

- 1 – Contra a inserção do debate de gênero e diversidade sexual, devido entenderem que isto atacaria a família tradicional;
- 2 – A favor da inserção do debate de gênero e diversidade sexual;

2.1.2.1 Primeiro sentido de fala na sessão de votação

O primeiro sentido de fala foi proferido por 17 dos 19 vereadores. Eles novamente justificaram suas posições entendendo que as escolas ao ensinarem sobre gênero e diversidade sexual geram o ataque a família tradicional.

Em diversos momentos da sessão, a audiência pública foi citada para justificar os encaminhamentos de votos a favor da retirada dos termos gênero e diversidade sexual do PME. No decorrer dessas justificativas, pude observar a reiteração de várias enunciações que já tinham sido colocadas durante a audiência pública. Dentre estas estão novamente a separação da função da escola e da família. Neste sentido, cabe à família a educação para a sexualidade, reiterando as noções do biológico e da família como instituição relacionada ao divino.

Vereador Tita Furlan: Deve-se respeitar aquela moral que a criança traz do seu seio familiar não se deve tocar na instituição sagrada da família.

Ao se remeter a instituição familiar através da expressão “sagrada família”, o vereador aciona elementos discursivos importantes que remetem a família tradicional, defendida pelo sentido de fala 1, a qual tem como composição pai, mãe e filhos, já que o termo ‘sagrada família’ remete-se discursivamente a família cristã basilar “Jesus-Maria-José”. Dias Duarte (2017) como já explicado anteriormente, coloca que é importante compreender que as concepções de família e religião vivenciadas podem ser diferentes das apresentadas em cena pública, podendo ocorrer falta de coerência entre o vivenciado e o discurso, devido a audiência e a expectativa dos eleitores para com os eleitos.

Além disso é importante enfatizar que o vereador Tita Furlan é o único que tenta justificar seu voto contrário evidenciando que as mudanças propostas no plano são uma vantagem para os educadores já que

Vereador Tita Furlan: a emenda que eu fiz aqui quando você se preocuparem em colocar aqui a homofobia, a lesbofobia, a transfobia e tantas outras fobias vocês esqueceram de muito mais fobias do que vocês colocaram aqui, e nós alteramos este plano com o seguinte termo: realizar práticas educacionais de

superação e erradicação de todas as formas de preconceito e discriminação e isso deve sim ser trabalhado em sala de aula.

No entanto, percebe-se na sua manifestação o acionamento do ideal da imparcialidade. Este se constitui na esfera pública a partir da negação dos interesses individuais reduzindo assim todas as identidades a uma unidade que seria imparcial (YOUNG, 2012). Nesta acepção, deixam de ser citadas, por exemplo, quais são os preconceitos que devem ser combatidos providenciando elementos para uma generalização que exclui a pluralidade de sujeitos. Como nega e reprime o diferente, este “ideal da imparcialidade cumpre [assim] funções ideológicas” (YOUNG, 2012, p. 170).

Reduzir as diferenças à unidade significa colocá-las sob uma categoria universal, o que requer a exclusão daqueles aspectos das diferentes coisas que não se encaixam na categoria. A diferença se torna, assim, uma oposição hierárquica entre o que está dentro e o que está fora da categoria, valorizando mais o que está dentro do que o que ficou de fora (YOUNG, 2012, p.177)

A partir deste entendimento sobre a esfera pública, podemos compreender que o ideal de imparcialidade que reduz as identidades a unidade, faz com que determinados tipos de pessoas, que não constituem cidadão universal, homem, branco, burguês e no caso brasileiro cristão, não sejam representadas ao não serem nominadas no PME. Reitera-se, novamente o processo de exclusão histórico-social dessas pessoas. (YOUNG, 2012)

Ainda sobre família e religiosidade, tivemos as seguintes declarações

Vereador Vagner Delabio: educar é promover na pessoa sentimentos e hábitos que lhe permitam se adaptar e ser feliz no meio em que vive, transmissão de valores, valores familiares, cultura familiar, ensinar instruir proporcionar conhecimento e habilidades que permitam a pessoa ganhar o seu pão, seu conforto, habilidade para se colocar no mercado e nós temos a garantia por parte do Estado através da constituição federal de

1988 no seu artigo 229 que diz o seguinte, os pais tem o dever de assistir, criar e educar os seus filhos menores.

Vereador Fritzen: querer tomar o lugar dos pais para educar a sexualidade dos nossos filhos nós não podemos aceitar! Venceu a família! Venceu a tradição! Venceu a moral e a dignidade do nosso povo!

Novamente também se reitera o acionamento da identidade religiosa dos parlamentares. No entanto, uma diferença chama atenção. Há a ênfase na necessidade da defesa dos valores religiosos. Este ponto evidencia novamente o caráter profético que esses parlamentares religiosos acionam em seus discursos, cumprindo assim com a missão de evangelizar o mundo.

Vereador Fritzen: (ao fundo, as gay as bi as trans e as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução). (...) eu defendo sim a orientação religiosa porque sou católico. O movimento feminista que o Vagner colocou defende o aborto e eu fiz a lei aqui do criaturo, do nascituro, em defesa do nascimento das pessoas eu tenho em mãos. Quem me chama de fascista eu devolvo fascista é aquele que não quer aceitar a ideia do outro. Tenho aqui uma nota de repúdio de Dom Odilo Scherer que foi de Dois Irmãos, hoje arcebispo de São Paulo, e que está sendo desrespeitado por este povo que aí está.

Como pode-se perceber fisicamente na sessão, os discursos dos vereadores reagiam tanto às falas que ocorreram durante a audiência pública, quanto ao posicionamento da plateia ali presente. De maneira diferente, na gravação disponibilizada no site da Câmara e que utilizei para transcrever as manifestações, não consegui perceber as mesmas mobilizações da plateia. Somente as manifestações mais acaloradas ficaram evidentes nas gravações. No entanto, é necessário compreender que a plateia não estava omissa de posicionamento neste dia, mesmo com o protocolo da sessão era de que a sociedade civil não pudesse se manifestar através de som, apenas de gestos. Este fato é importante, pois os

vereadores percebiam que era necessário tomar uma posição clara, pois havia uma demanda de tomada de posição pública sobre esse assunto, no cenário instaurado dentro da própria Câmara Municipal.

Essa demanda era visível a partir dos próprios cartazes da população que ali estava (figura 2). Estes cartazes continham as opiniões desses grupos a respeito da votação. Os representantes dos movimentos sociais colocaram cartazes principalmente com dados de violência contra a população LGBT, esses dados expressavam argumentos para a manutenção dos debates sobre gênero e diversidade sexual. Já os religiosos organizados colocaram cartazes que diziam “não à ideologia de gênero”, “a família é a base da sociedade”, “gênero não”, “nossas famílias estão sendo atacadas”, “precisamos de um ensino mais eficaz e não de ideologia de gênero”. Além dos cartazes, as vaias e aplausos também manifestavam o posicionamento dos grupos. Diante da necessidade de agradar o eleitorado, os vereadores precisaram tomar decisões públicas. Estas podem ter sido sinceras ou estratégicas, levando em conta as características da audiência, e dos eleitores, que ali estavam e que ali os colocaram (Dias Duarte, (2017). Isto fica evidente na fala já citada do vereador Genivaldo Paes:

Vereador Genivaldo Paes: Não vim aqui pra votar por razões políticas, defender partido político, eu sou filiado a um partido, mas quem me elegeu foi o povo. O povo não olhou a cor do partido, por isso eu voto com a razão e não com a emoção, eu voto a favor da família, quero que as nossas famílias vivam na paz, vivam na justiça em cada momento da sua vida celebre o dom de Deus. É por isso que eu digo e não me calo quem me representa são 130.000 pessoas deste município. Agora quando você quer mudar de sexo é de livre e espontânea vontade sua e não da sua família. Deus colocou no mundo seres humanos homens e mulheres capazes de procriarem.

Não apenas a argumentação de Genivaldo me chamou atenção no dia. Vários foram os vereadores que acionaram a quantidade de eleitores que os elegeram argumentando que estes confiavam a eles o papel de defesa de seus interesses. Ou seja, está suposto para estes representantes que a sua posição deve ser articulada

em relação a parcela de eleitores que eles representam. Isso nos faz refletir sobre a configuração da democracia atual. A crise da democracia e o problema da representação são temáticas debatidas na Ciência Política. Cláudio Couto (2012), doutor em Ciência Política pela USP, expõe que a qualidade da democracia fica comprometida pela oligarquização dos políticos. Esses ao invés de representar a população representam apenas parcela do eleitorado que os elegeu ou os seus próprios interesses, sejam eles econômicos, religiosos, entre outros.

A noção de oligarquização da política, nos auxilia a compreender que a sessão de votação foi importante para reiterar as lógicas e discursos pronunciados pelos vereadores na audiência pública. Saliento que essa publicização foi realizada com clamor do eleitorado específico que elegeu o representante em questão.

Uma dessas reiterações diz respeito ao sistema sexo-gênero que é pautado no biológico. A evidenciação deste discurso demonstra o reforço, nas exclusões histórico-sociais que esta concepção carrega. Tais manifestações foram aplaudidas e aclamadas pelos grupos de religiosos organizados.

Vereador Genivaldo Paes: Quando um pai de família, uma mãe de família no quinto mês de gestação já vai ao médico fazer uma ultrassonografia para ver o sexo da criança e traz felicidade quando é uma menina a mãe vai comprar uma banheira cor de rosa, quando é um menino vão comprar uma banheira azul então ali a família já sabe qual é o sexo da criança e é assim que se trabalha na família. Os valores familiares são muito fortes e parabéns a todas as nossas famílias que vivem no dia a dia.

Vereador Rogério Massing: Como dizem alguns o estado é laico, mas os seus políticos não são ateus. Nós nos posicionamos, temos famílias, como todos têm família, e ainda não existiu a tecnologia que pudesse gerar o ser humano sem ser de um homem e de uma mulher. Isso a tecnologia ainda não nos ofereceu, portanto, a discussão dentro desta casa tem que ser com grandeza e tem que ser respeitado, por que acima de tudo senhores, acima de tudo eu compreendo que todos nós somos iguais. Todos somos feitos de carne e sangue, e esta casa não

pode senhores vereadores, não pode fazer com que a nossa sociedade sinta ódio pelo contrário nós buscamos a paz e buscamos o amor, mas nesse momento esse vereador vota (fechou o microfone, mas votou contra)

Mas para além da reiteração do sistema sexo-gênero Massing questiona a laicidade do Estado, se contrapondo a esta. O vereador sustentou que embora o Estado seja laico, os políticos não são ateus. Neste último caso, a lógica do privado, aceito como norma, opera no espaço público, impondo assim seus valores morais para toda a população.

Além disso, um dos aspectos mais contundentes da sessão, foi o tom acusatório utilizados pelos vereadores para se referir categoria gênero. Refiro-me ao fato de que gênero foi colocado na batalha ali instaurada na esfera simbólica do mal-diabo. Ao mesmo tempo, a defesa da família tradicional foi posta na esfera simbólica do bem-Deus. Como podemos perceber na fala do vereador Fritzen

Vereador Fritzen: Ouvi diretores de escolas comentarem que devemos educar as crianças para a identidade de gênero, esquecendo do sexo biológico será que vão acabar com os banheiros femininos e masculinos e fazendo um banheiro para todos? Falaram que não podemos reduzir a idade penal, (vaias ao fundo) porque os menores não têm capacidade de raciocinar o que é crime... O porque vamos educar nas escolas as crianças para como se faz sexo homem com homem e mulher com mulher (vaias ao fundo). O prefeito de Palotina ao projeto lá chegar (palmas ao fundo) rasgou e jogou ao lixo no meu município não faz. Viva a família, viva aos pais, viva as crianças, viva Toledo!

Essa simbolização mau-diabo/bom-Deus reforça novamente a noção de batalha, ou guerra espiritual. Nesta acepção, os cristãos, através da promoção do discurso evangelizador no espaço público, lutam contra o demônio presente nas práticas que se apresentariam como mau (MARIZ, 1999). Ao identificar a inserção dos debates sobre gênero e diversidade sexual no PME com o campo simbólico do

mau/demônio cria-se a arena para que tal possibilidade seja combatida. Sendo assim, assegura-se a marginalização dos atores que se desviam do padrão normativo de conduta estabelecido (Facchini; Sivori, 2017).

Desta maneira, pode-se compreender que através da identificação religiosa os indivíduos do segundo sentido de fala buscaram ser reconhecidos simbolicamente como estando do lado do bem, embora não fossem reconhecidos como tal pelos agentes do primeiro sentido de fala. Há assim, a busca da legitimação de suas falas através da tentativa da inversão dos sentidos desse campo de batalha. Pude perceber novamente essa situação na sessão de votação.

2.1.2.2 Segundo sentido de fala na sessão de votação

O segundo sentido de fala foi colocado por dois vereadores: Sueli Guerra e Adriano Remonti. Ambos falaram a favor da inserção do debate de gênero e diversidade sexual. Assim como ocorreu no primeiro sentido de fala, estes também reafirmaram o discurso do ser religioso como categoria de legitimação e identificação no debate. Inclusive, um deles, utilizou a conversa com um padre para tentar trazer legitimidade a presença das categorias no PME.

Vereadora Sueli Guerra: Conversava com um padre e ele me dizia o seguinte: eu li e não vi nada de tão grave que ferisse a família

Vereador Adriano Remonti: Eu sou casado, minha esposa está grávida, vai ter neném em agosto. Eu tenho uma filha que fez 1 ano recentemente, tenho um filho de 15 anos e sou casado a 17 anos. Sou evangélico, vou na igreja, mas isso não, porque eu respeito a diversidade, porque eu acredito que nós temos que promover a educação, promover a diversidade a igualdade de gênero, eu consigo compreender por isso eu não defendo a família?

Também percebi novamente a utilização de gênero e sexo sendo compreendidos através do discurso biologizante. Este posicionamento reifica

processos históricos de exclusões e subalternização de indivíduos ligados ao corpo-emoção.

Vereadora Sueli Guerra: colocar o que significa gênero neste plano municipal, vou ler, gênero nesse plano municipal de educação de Toledo é entendido como a identificação do masculino e do feminino trata-se da construção do que é ser feminino e o que é ser masculino constituindo e respeitando o que biologicamente e culturalmente definido como de gênero feminino e de gênero masculino, identificando meninos e meninas.

Os termos da vereadora Sueli Guerra ao categorizar gênero como a identificação do masculino e do feminino através do biológico nos remetem ao texto de Adriana Picitelli (2002), a respeito do pensamento da antropóloga Gail Rubin. Rubin verifica que o parentesco instaura as diferenças do biológico na esfera da cultura. A sociedade transforma, para a autora, a sexualidade biológica e a procriação em produto da cultura que suprem as necessidades sociais. Há a compreensão sobre como a disposição social do gênero e da parentalidade organizam e produzem uma divisão sexual do trabalho particular, o qual opõe homens e mulheres, buscando bases naturais. Deste modo, cria-se a partir da biologia a divisão de dois gêneros diferentes, promovendo a interdependência destes através da divisão social do trabalho, e instaurando a regulação da sexualidade através da heterossexualidade já que estes dois gêneros seriam complementares. A manifestação da vereadora corrobora a naturalização e internalização desse processo sociocultural. (PISCITELLI, 2002)

No dia da sessão de votação, o segundo sentido de fala foi abafado, pela pressão imposta pelo grupo cristão ali presente. Isto remonta a noção de Dias Duarte (2017) de que nesses espaços os vereadores ali presentes tomam uma posição pública, se colocando assim perante a sociedade civil. Naquele momento tomar uma posição a favor do debate de gênero nas escolas era um risco à elegibilidade de tais vereadores. Os mesmos quando se posicionaram foram alvos de críticas e de vaias. Inclusive, enquanto ainda estava próxima dos religiosos um deles comentou: “temos que lembrar de quem votar contra nós, para que esses não se elejam nas próximas

eleições”. Um momento marcante deste debate foi quando a vereadora Sueli Guerra começou a falar e os religiosos viraram as costas para ela. Acredito que esta rejeição física foi o motivo que levou a vereadora a alterar seu voto. A alteração no voto fez com que ela fosse criticada pelos movimentos sociais e de educadores presentes.

Após a votação da emenda, via voto eletrônico, os vereadores confirmavam suas decisões os quais apareciam em um telão presente na sala. No momento seguinte, votou-se o plano já reformulado. Novamente os vereadores tinham três minutos para encaminhar seus votos e reiterar suas posições. Após exposição de votos, estes confirmaram mais uma vez seus votos via aparelho eletrônico. E foi encerrada a votação do PME-Toledo.

2.2 Categorias repetidas, sentidos borrados

Como estou procurando argumentar, compreende-se que o sentido dado a uma palavra depende das condições de produção, das determinações histórico-sociais. Este sentido é resultado de usos, de ideologias, de relações de poder. As circulações sobre as categorias gênero e família expostos durante as sessões do PME-Toledo revelam a intencionalidade da retirada dos termos gênero e diversidade sexual do PME, pois retirá-las é reificar o modelo hegemônico de família que legitima as relações de gênero que são estabelecidas em nossa sociedade.

O discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado alguns dos seus mais terríveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. (FOUCAULT, 1996, p. 9 -10).

Compreendo também que o discurso legitima ideologias que se tornam hegemônicas em nossa sociedade, como, por exemplo, a noção de que o homem é superior às mulheres ou que eles estejam destinados por natureza, pela sua biologia a estarem no espaço público enquanto as mulheres por sua natureza estão predispostas a permanecer no espaço doméstico. Isto demonstra que a legitimação,

a naturalização e a perpetuação desses discursos é uma ferramenta poderosa que organiza e estrutura nossa sociedade.

A partir da análise dos discursos aqui exposta procuramos evidenciar que, nas sessões do PME de Toledo, o embate se deu em torno dos sentidos atribuídos ao termo gênero. A partir de um sentido majoritário, a possibilidade de inserção do debate nas escolas do município causou perturbação nas relações hegemônicas de família e de gênero e no que estas legitimam: a heterossexualidade compulsória e a parentalidade euro-americana.

Estas perturbações podem ser evidenciadas pela por uma forte oposição entre as categorias ciência x religião, biológico x social, secularização x religiosidade. Esses pares de oposição permeiam o debate sobre a inclusão de gênero e diversidade sexual na educação. O acionamento destas categorias nos permite compreender processos que geram impactos nas relações sociais. Revelando, desta maneira, as representações dos diferentes sujeitos, “identificando as linhas de força e os enfrentamentos em torno de certas demandas da sociedade civil” (GOMES; NATIVIDADE; MENEZES, 2009, p. 189). Estes pares de oposição aqui levantados foram também postos em disputa durante as sessões.

Procurei salientar este ponto chamando atenção para o uso de categorias chaves nesse embate. Por exemplo, na audiência pública a palavra gênero foi acionada 25 vezes sendo este com sentidos múltiplos. Ideologia de gênero foi mencionada 18 vezes. 7 vezes evocando a existência de uma ideologia de gênero no plano, e as outras 11 vezes questionando o que seria ideologia de gênero. Já equidade ou igualdade de gênero foi falada por 13 vezes. 1 vez a categoria foi acionada como justificativa de voto contrário a questões de equidade de gênero no plano, e as 12 demais a categoria foi colocada em oposição a ideologia de gênero. O termo LGBT foi mobilizado 13 vezes e em todas fez menção a luta e sofrimento da população que compõe este segmento da população

Já a categoria família foi dita 13 vezes. 10 vezes acionada no sentido de família tradicional, 2 vezes proferida falando da família da própria pessoa, 1 vez pensando nos novos arranjos familiares. Já religião foi citada 8 vezes, religiosa ou religioso 5 vezes, cristã 17 vezes, Cristo 4 vezes, Deus 11 vezes, estas foram em sentidos diversos. O que se pode afirmar de antemão é que pelas 45 menções às categorias relacionadas a religião podemos sublinhar sua centralidade na articulação do debate.

Outro ponto específico é que na sessão de votação houve uma diminuição do acionamento das categorias relacionadas a religião. Ao todo foram 27 acionamentos: 3 de religião, 11 de cristã, 8 de Deus e 5 de religioso ou religiosa.

No entanto, notei um aumento considerável da menção da categoria família. Na sessão de audiência pública a palavra família foi citada 13 vezes. Já na sessão de votação 59 vezes, 49 vezes ela foi anunciada no sentido de recorrer ao arranjo de família tradicional (pai, mãe e filhos) e outras 10 vezes inserindo novos arranjos familiares em sua composição.

Já gênero foi acionado 35 vezes, ideologia de gênero 4 vezes e equidade ou igualdade de gênero 4 vezes. Gênero como veremos a seguir foi utilizado como substituto do termo ideologia de gênero no discurso dos vereadores.

Esta diferença de acionamento da palavra família, gênero e religião em cada uma das sessões nos mostra que, apesar da religião ser mencionada em ambas de maneira frequente, esta não estava em disputa, mas sim organizava a lógica, a gramática naquele espaço. Já o aumento considerável da categoria família e gênero nos faz pensar que essas eram as categorias submetidas ao risco da resignificação, ou seja, de reinterpretação cultural. As sessões podem ser então compreendidas como um evento já que nesse embate entre ordens culturais distintas a estrutura social foi colocada a prova.

Embora compreenda, através de Sahlins (1999) que as reavaliações dos conceitos dependem das possibilidades de significação, as significações que os movimentos sociais e os educadores trazem naquele momento ainda se articulam na gramática hegemônica. Ao querer extrapolar os significados compreendidos socialmente como normativos, esses atores não conseguem se comunicar, tornam-se ininteligíveis e inacessíveis. Provavelmente esse é um dos maiores desafios dos movimentos que articulam suas lutas em torno das identidades: tornar-se inteligíveis e comunicáveis no espaço público compartilhado por diferentes compreensões de mundo.

No próximo capítulo explorarei como a circulação das categorias gênero e família está presente na ORDEM e sua atuação política. A ORDEM é uma instituição de famílias cristãs e como argumentarei sua origem está intimamente ligada com o processo de votação do PME-Toledo.

Durante o processo de votação do PME, alguns de seus integrantes realizaram reuniões que contaram inclusive com a presença do vereador Delábio.

Segundo relatos de interlocutores, nestes encontros discutiram-se pontos a respeito da relação entre escola, gênero e “doutrinação”. Assim, procurarei apontar como este grupo, através da atuação política, mobiliza e desloca o debate da promoção da igualdade e de uma educação não discriminatória em relação ao gênero e a sexualidade com o objetivo de defender um tipo de organização social específica.

3. A ORDEM

3.1 A entrada em campo

Conheci o trabalho da ORDEM em 2016 através das idas à Câmara de Vereadores de Toledo. A partir daí, realizei uma série de pesquisas na internet e descobri que havia um grupo da ORDEM no Facebook. Enviei uma solicitação de amizade que foi aceita. Olhando a página nas mídias sociais soube que eles se encontravam toda segunda à noite as 19 horas em uma sala comercial que ficava em frente à uma casa. Não consegui descobrir se aquela sala era de algum deles ou não. A princípio, as reuniões eram abertas à comunidade. Desta maneira, no dia 20 de junho de 2016 participei da primeira reunião. Naquele dia perguntaram apenas meu nome.

Realizar pesquisa de campo, como sabemos desde Malinowski (1984), envolve inúmeras variáveis. Uma delas é se você será aceito ou não no grupo, e se aceito, como este conviverá contigo, como sua presença ali afetará a vivência daquele grupo. Pensando nas possibilidades e nas repercussões da minha introdução naquele local não me apresentei como pesquisadora inicialmente. Isto porque compreendia que carregar o nome da universidade naquele ambiente poderia fechar qualquer possibilidade de contato inicial com o grupo, sem ao menos eles me conhecerem.

Meu objetivo inicial de estar ali era entender o que aquelas pessoas pensavam, como pensavam, como estruturavam seu mundo e sua cosmologia. Segui as premissas de Velho (1978) e Da Matta (1978) buscando metodologicamente tornar o exótico em familiar e o familiar em exótico. Aos poucos fui adquirindo o que Geertz (2001) chama de familiaridade operacional, ou seja, conseguir compreender os significados e suas inter-relações com os quais as pessoas organizam suas vivências, sem ser um deles.

Não foi fácil. Exercitar a alteridade ali foi mais difícil para mim do que imaginei. Em muitos momentos, as ideias que eles expressavam ia de encontro aos meus princípios pessoais. Claro que, a partir da teoria e de diversas conversas com minha orientadora fui aos poucos lapidando meu olhar e ouvir.

O olhar e ouvir são duas das três faculdades do trabalho do antropólogo segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2000). Na ida a campo, o pesquisador utiliza seu olhar domesticado teoricamente, apreendendo desta forma o objeto pelos

conceitos da teoria antropológica. Já o ouvir possibilita ao pesquisador, através do contato com o pesquisado e em dependência com o olhar, perceber as estruturas das relações sociais ali presentes.

Particpei das reuniões da ORDEM por cinco meses. Durante este tempo, fui descobrindo através de conversas com os membros²³ que a ORDEM surgiu durante e por causa da votação do Plano Municipal de Educação. E como esse processo de estar em campo, como detalho abaixo, é dialógico²⁴, eles também foram descobrindo através de perguntas sobre quem eu era e o que fazia.

Durante os meses de agosto e setembro praticamente não houve encontros do grupo. Isto ocorreu porque Silvia²⁵, um dos membros da ORDEM, estava concorrendo a um cargo no legislativo durante as eleições municipais. O fato inesperado para mim é que a participação de Silvia na eleição para vereadora envolveu a ORDEM. Durante o período da candidatura dela, foi feita uma gravação de uma conversa da então candidata com algum munícipe, na qual a mesma fazia algumas ofensas aos professores. Infelizmente, sem que eu tivesse nenhuma relação com a gravação ou a denúncia, este fato culminou no fim da minha ida às reuniões da ORDEM em meados de outubro.

No dia 17 de outubro de 2016, como de costume, cheguei ao local da reunião. Entrei e fiquei esperando o início da mesma. Todavia, para minha surpresa, antes de começar, o primeiro secretário, o qual chamarei nesta pesquisa de Augusto, juntamente com o Professor²⁶ do grupo, vieram até a mim. Ao mesmo tempo, impediram que outras pessoas entrassem no local. A partir daí me comunicaram a decisão coletiva de impedir a minha participação nas reuniões. Me explicaram que a decisão tinha relação com as situações que estavam ocorrendo durante a campanha.

²³ Esse fato se confirmou durante as entrevistas. Outra informação sobre a associação é que durante o período que pude participar das reuniões ela tinha em média 8 participantes regulares (7 católicos e 1 evangélico; 7 homens e 1 mulher). No entanto, em praticamente todas as reuniões algum dos integrantes faltava. Em entrevista recente com um dos membros do grupo, este me informou que eles estão agora com um maior número de participantes e mudaram a sede das reuniões.

²⁴ O caráter dialógico se evidencia já que compreendo que ao realizar uma pesquisa que fale sobre sujeitos, a explicação sobre não é apenas minha, mas também a interpretação destes sobre o que vivenciam e como interagem também com o pesquisador. (Freitas, 2002)

²⁵ Silvia é a única mulher na estrutura organizacional da ORDEM e se candidatou a vereadora no ano de 2015. Tentei realizar entrevista com ela, mas não obtive sucesso.

²⁶ Embora ele não considere a reunião uma aula e não se considere professor, os membros da Associação o imputam esse título. Durante o texto, quando citado será assim chamado de Professor.

Finalizaram explicando que esta decisão visava não causar constrangimentos nem para eles nem para mim, e que talvez em outra ocasião poderíamos conversar novamente. De maneira muito educada, pediram, por fim que eu me retirasse.

Durante a pesquisa de campo os sentimentos são diversos e variados, como Geertz explicou em “A interpretação das culturas” (2008). No momento que fui proibida de participar dos encontros da ORDEM, chorei. Chorei por me sentir mal diante do ocorrido. Por sentir que eles não compreenderam o que eu estava fazendo ali. Embora eu tenha explicado o meu propósito e que eles tivessem me garantido pensar a respeito, eu sabia que não iria mais poder participar das reuniões, o que me causou profundo constrangimento e frustração. Mesmo com este sentimento pujante entrei em contato com Augusto novamente uma semana após o ocorrido através do Facebook e recebi a seguinte resposta: *“Conversamos esta semana sobre o seu caso e achamos por bem manter a decisão que falamos naquela segunda. Pelo menos por enquanto. Por mais difícil que seja, esperamos que nos compreenda”*. Após este incidente fiquei algum tempo sem contato com o grupo, apenas os acompanhando virtualmente, através das redes sociais.

No dia 21 de novembro de 2016, entrei novamente em contato com Augusto, tentando marcar com ele uma entrevista. Após conversarmos por telefone, nos encontramos dia 8 de dezembro de 2016 para a realização de uma entrevista.²⁷

O local do encontro foi um café da cidade. Perguntei se eu poderia gravar a entrevista. Augusto respondeu que não. Então anotei as informações em meu caderno de campo. Durante a entrevista ele comentou sobre documentos produzidos pela associação e perguntei se ele poderia me enviar por e-mail. Foi deste modo que consegui alguns ofícios feitos para a promotoria²⁸, o estatuto da associação e banners de eventos por eles realizados.

²⁷ Compreendo a entrevista como uma importante estratégia e técnica da pesquisa qualitativa para obtenção de informações. Escolhi realizar a aplicação de uma entrevista semiestruturada, na qual estabeleci um roteiro de perguntas e assuntos, juntamente à minha orientadora. Os resultados desta entrevista se farão presente no texto que segue misturados à experiência vivenciada nas reuniões da ORDEM. (MINAYO, 2009).

²⁸ Tive acesso à dois ofícios. O primeiro do dia 24 de agosto de 2015, antes mesmo de se constituírem como pessoa jurídica, enviado ao promotor Tiago Trevizoli Justo, à 4ª promotoria de justiça da comarca de Toledo envolvida com a proteção à educação. O ofício versava, sobre Palestras promovidas pelo Programa Saúde e Prevenção nas Escolas. Já o segundo ofício a que tive acesso era do dia 23 de abril de 2016, novamente ao promotor Tiago Trevizoli Justo, (...) sobre Ofício n. 010/2016 – CME (Conselho Municipal de Educação).

Em março de 2017 entrei em contato com o Professor. O contato com o professor foi obtido com Augusto que me forneceu o número do seu celular. Marquei uma entrevista com ele que foi realizada no dia 29 de março de 2016. Utilizei o mesmo roteiro de perguntas e assuntos que guiaram minha conversa com o outro integrante.

Após um certo distanciamento do campo e analisando as circunstâncias do mesmo e as conversas que travei com seus participantes, compreendo hoje que eu fui editada²⁹ do meu campo de pesquisas. Esta minha conclusão foi realizada levando em consideração que nas reuniões a intenção é a instrução e instrumentalização dos membros da comunidade. Naquele espaço as ideias são expostas de maneira enfática e sem muito controle, embora roteirizadas. Já em uma entrevista, havia a possibilidade de controlar o que se fala e como se fala.

A partir de agora, compartilho aqui os dados e questões que foram levantadas das experiências desse campo relatando também como foi a minha travessia por este espaço.

3.2 O surgimento da ordem

Encontrei divergências nas narrativas das entrevistas realizadas com Augusto e com o Professor para a explicação do surgimento da ORDEM.

Augusto me explicou que durante o processo de debate do PME na Câmara Municipal, ele foi procurado por Ricardo³⁰ que o apresentou a Silvia. Silvia foi qualificada por eles como mãe e membra do conselho escolar. Ela estaria preocupada com os rumos da educação para os filhos dela e para a comunidade. A partir desse encontro, eles decidiram realizar uma palestra.

Já para o Professor, os acontecimentos teriam ocorrido de forma diferente. Segundo ele, Silvia e Augusto teriam procurado uma associação católica municipal para falar a respeito das discussões do PME. Ricardo, membro dessa associação católica, teria realizado de fato o encontro entre o Professor, Silvia e Augusto.

²⁹ Pelo entendimento sobre a minha edição do campo, agradeço a professora Glaucia Destro pelas considerações na banca de qualificação.

³⁰ Ricardo é outro integrante da atual ORDEM. Dentro do relato de ambos, Augusto e Professor, mesmo com as divergências, foi Ricardo que articulou o encontro inicial entre todos os envolvidos com a Ordem. Tentei contato para o entrevistá-lo, no entanto, não obtive sucesso.

Embora não consensuais as narrativas evidenciam que o encontro destes agentes ocorreu por causa das discussões a respeito das categorias gênero e diversidade sexual do PME. E mais, após a supressão dos debates do referido plano, estes mesmos agentes decidiram formalizar uma instituição para articular embates deste tipo. Diante desta compreensão, decidi utilizar a categoria “evento” para compreender o processo de votação do PME. Afinal, a partir desta votação na qual ocorreu um embate entre ordens culturais distintas, suscitou-se uma reação de um grupo de religiosos que buscou enfrentar a possibilidade de formalização via legislação de um pensamento distinto do seu.

Como procurei argumentar no capítulo anterior, os significados colocados em debate nas sessões do PME versavam sobre a legitimidade do debate de gênero na escola, mas também estava ali em avaliação aos sentidos dados a categoria gênero. A ORDEM busca reafirmar noções biológicas de gênero e manter o status quo hegemônico a respeito desta categoria.

A partir desta preocupação inicial que foi relatada como comum a todos os envolvidos, surgiu uma palestra denominada “a educação que você não vê”. Tal palestra foi realizada em uma associação católica municipal que é composta apenas por homens. Segundo entrevista com o professor, esta última já tem 20 anos e reúne um grupo de homens católicos conservadores que tem como objetivo estar junto a Igreja levando as questões católicas conservadoras para o debate com os leigos. Contudo, de acordo com o que me falou, nos últimos anos esta associação teria ficado mais como um grupo de amigos, sem atividades. Essa letargia foi explicada em face de questões políticas da Igreja Católica que embora concordasse com suas pautas e discussões não queriam levar para o púlpito os debates por eles propostos. Deste modo, de acordo com eles, as suas ações estavam morrendo na burocracia da própria Igreja Católica.

Para esta palestra houve a produção de um cartaz para divulgação. Consegui ter acesso ao cartaz da palestra por Augusto que me enviou via e-mail após a nossa conversa.



Figura 4: Banner do evento “Doutrinação: A educação que os pais não veem”

É interessante observar no material de divulgação que a imagem identifica a noção de “família tradicional”: há um homem, que seria o pai, uma mulher grávida (por sua barriga), que seria a mãe e outras 4 crianças, que possivelmente seriam seus filhos. Em seguida segue as frases: “eu NÃO quero a ideologia de gênero” e “diga NÃO à doutrinação”.

Segundo ambos os entrevistados, esse evento se propunha a discutir a “realidade” da educação nacional; a atuação do professor em sala e como seus filhos são doutrinados pelos professores. O objetivo da discussão era aprofundar um embasamento para que pudessem lutar pelo que consideram o “certo” durante os debates sobre a inclusão da categoria gênero no PME. O assunto desta palestra

também foi abordado em algumas das reuniões da ORDEM das quais participei durante meu trabalho de campo. O conteúdo e a forma deste debate relatarei a seguir.

De acordo com ambos os entrevistados, após a votação do PME, as pessoas envolvidas nesta palestra se questionaram o que fariam para dar continuidade a sua participação política. Decidiram que se encontrariam para estudar todas as segundas-feiras. Decidiram também oficializar a fundação da ORDEM através da criação de uma associação. Neste período ela foi constituída como pessoa jurídica. A existência jurídica da instituição foi explicada como uma estratégia para ganhar mais respaldo e credibilidade para realização de palestras e para articular ofícios ao poder público. Saliento que a ideia de institucionalização visava adquirir legitimidade diante do poder público formal.

Analisarei a partir de agora um dos documentos que Augusto me enviou após nossa conversa. Esse é o estatuto (Anexo I) que oficializa a ORDEM diante da sociedade civil. Como procurarei argumentar, o estatuto tem como intuito formalizar e institucionalizar a ORDEM para que esta possa, a partir das noções morais do grupo, agir no espaço público de maneira legítima.

3.2.1 O estatuto

No capítulo I do estatuto se formaliza a instituição enquanto a denominação, caráter, duração, sede e foro. Assim, a ORDEM foi fundada em 30 de novembro de 2015 como “uma associação civil, de fins não econômicos”. A duração é descrita como indeterminada e explica-se que está localizada na cidade de Toledo. De acordo com meus interlocutores, o estatuto garante a representação jurídica da ORDEM frente a sociedade. Para seus participantes, a ORDEM não é mais apenas um grupo de pessoas com ideais, mas sim uma instituição com objetivos no espaço público, os quais são abordados no documento.

No artigo 5º do capítulo II, denominado “finalidades”, estão previstos os objetivos imutáveis que são:

- a) Defender a vida em todas as suas fases, desde o primeiro momento de sua concepção até à morte natural;
- b) Defender o reconhecimento e promoção da estrutura natural da família como união entre um homem e uma mulher;
- c) Defender o direito dos pais de educar os próprios filhos.

No trecho citado acima, quero destacar as ideias de vida, família natural e de direito dos pais. Essas categorias êmicas estruturam a cosmovisão desses agentes. Dada a centralidade destas categorias, a seguir farei algumas explicações sobre o sentido das mesmas.

O significado da categoria “vida” sustentado durante os encontros da associação, se alinha com as noções do movimento nacional “pró-vida” que tem como principal bandeira a oposição às práticas do aborto induzido. O movimento pró-vida se organizou como reação ao movimento de liberação das mulheres ocorrido a partir dos anos 1970. Sendo assim, pode ser entendido como resposta ao movimento feminista.

A primeira associação pró-vida surgiu na França em 1970 e ficou conhecida como “Laissez-les-Vivre”. Utilizando-se das ciências da natureza para defender um argumento religioso, este movimento compreende que a primeira célula viva já é uma vida. Machado (2008) evidencia que o movimento pró-vida articula de maneira simbiótica às ideias de indivíduo, corpo e pessoa, podendo este discurso recorrer ou não à religiosidade. No entanto, há sempre a noção do valor sagrado da vida “desde sua origem”.

Lia Machado (2008) ainda esclarece que, no Brasil, há uma resistência da Igreja Católica e dos grupos organizados pró-vida contra a legalização do aborto, ocorrendo um embate no espaço público com o movimento feminista. Através do Conselho de Bispos do Brasil cobra-se um posicionamento e apoio dos políticos brasileiros ao posicionamento da Igreja Católica, criando-se frentes parlamentares por um Brasil sem aborto e pela vida. Desta maneira, fica explícito como o espaço público é utilizado para a defesa e o controle social dos corpos. Tal como ocorreu na votação do PME-Toledo, sustenta-se neste caso, o destino biológico-sagrado designado às mulheres. (MACHADO, 2008)

Em confluência a este movimento, no ano de 2016, os integrantes da ORDEM participaram da marcha “pró-vida” no dia do nascituro da cidade. O dia do nascituro surgiu no contexto de uma reação das Igrejas Católicas e Evangélicas, quando em 2008, algumas propostas sobre a descriminalização e a legalização do aborto entraram em debate. Parlamentares ligados aos setores evangélicos e católicos apresentaram propostas de projetos, entre eles o de estabelecer o dia do nascituro, de forma a promover o Estatuto que prevê o direito à vida desde a concepção, incluindo embriões produzidos em reprodução assistida (LUNA, 2014). Em Toledo foi

instituído a partir da LEI “R” Nº 121, de 16 de novembro de 2010, o dia municipal do nascituro a ser comemorado anualmente em 8 de outubro.

Entretanto, embora o conceito de vida seja importante, pois como defensores pró-vida a ORDEM situa-se em um movimento nacional, não é este conceito o centro da discussão que proponho. O que quero sustentar é que a análise do PME de Toledo me permite argumentar que as categorias em jogo neste espaço-tempo são as de família natural e direito dos pais.

A defesa, o reconhecimento e a promoção da “família natural” e do direito dos pais de educarem os próprios filhos são objetivos interligados. A “família natural” é compreendida como aquela concebida pelo Deus bíblico, e que se realiza e funciona através da estrutura estipulada pelas leis divinas. O direito de os pais educarem os próprios filhos torna-se uma bandeira política quando estes indivíduos compreendem que a “família” está sendo atacada através da educação escolar.

A partir daí desenvolve-se uma retórica que relaciona família e direito buscando articular uma reação que garanta aos pais conduzir a educação moral dos indivíduos. O objetivo de tal articulação é que os pais não percam o controle da difusão das noções divinas das funções de homens e mulheres. Retornarei a este ponto adiante.

Na entrevista feita com Augusto, ele falou que foi partir da perspectiva do reconhecimento da “família natural” e da sua promoção, que os integrantes da palestra, anteriormente mencionada observaram a necessidade da criação de aparatos jurídicos ao seu favor. A esse respeito, em uma das reuniões da associação, Ricardo enfatizou que “a lei pesa”. Por isto, a busca pela criação de estratégias jurídicas para conquistar legitimidade na defesa da “família natural”. Tanto esta articulação política é central que, no Art. 6 - b do estatuto lemos: “Discutir e encaminhar propostas de políticas sociais e políticas públicas em favor da família nos âmbitos municipal, estadual e federal”.

Embora o PME tenha sido votado anteriormente ao estabelecimento da associação, a experiência da votação foi fundamental para que esta articulação política via legislação fosse percebida como estratégica pelos seus integrantes. Inicialmente estes agentes mobilizaram seus simpatizantes para comparecer a votação do PME o que resultou na retirada dos termos “gênero” e “diversidade sexual” do texto em votação. De acordo com eles, o resultado da votação foi consequência da palestra por eles organizada, ou seja, de sua articulação política.

Através desta mobilização, eles garantiam que a lei seguisse os preceitos por eles defendidos resguardando sua legitimidade no espaço público. Se a mobilização para a atuação durante a votação foi o passo inicial para esta articulação, logo após o evento, a associação passou a exercer esta atuação política de maneira mais contundente. Isto também pode ser demonstrado através da análise de documentos redigidos pela ORDEM que tive acesso através de um dos membros.

Um destes documentos (Anexo III) foi escrito e enviado ao prefeito da cidade no dia 12 de outubro de 2015, um mês antes da formação jurídica da ORDEM. Na ocasião, a Secretaria Municipal de Educação de Toledo realizou um encontro que versava sobre a temática de gênero e de diversidade sexual. Reagindo a temática proposta para debate, os integrantes da associação, assinando ainda como munícipes, enviaram um ofício ao prefeito requerendo o “cumprimento da lei”.

Neste ofício, as mesmas ideias de família e direito dos pais já apareciam evocadas.

O PODER EXECUTIVO - seja através do MEC ou da Secretaria Municipal de Educação (Diversidade) – DEVE CUMPRIR A LEI E RESPEITAR A VONTADE DOS MUNICÍPES exteriorizada na retirada da teoria de gênero do Plano Municipal de Educação. Saiba Vossa Excelência que NOSSOS FILHOS NÃO SÃO PROPRIEDADE DO PODER PÚBLICO e que cabe unicamente a NÓS, PAIS DE FAMÍLIA, repassar aos NOSSOS FILHOS, os valores que entendemos convenientes acerca de valores morais e uso da sexualidade. (ANEXO III)

Ao final do documento inclusive eles sinalizam o processo de constituição da ORDEM: “os subscritores do presente documento, comunicam que está em fase de constituição, neste município, uma Associação” com os seguintes fins:

zelar para que o Plano Municipal de Educação seja aplicado nos termos em que foi aprovado pela Câmara de Vereadores; zelar para que a vontade dos munícipes, qual seja, de que a teoria de gênero não fosse incluída no Plano Municipal de Educação, seja respeitada, valendo-se para tanto, do acompanhamento dos materiais didáticos oferecidos pelo Poder Público e da análise do conteúdo dos mesmos (ANEXO III)

Este documento evidencia o tipo de ação que a ORDEM se propõe realizar no espaço público. Augusto me confirmou em entrevista que a organização da ORDEM como corpo jurídico foi importante para reivindicar mais enfaticamente o

reconhecimento e a promoção da sua noção de família. Já que, segundo o mesmo, os dispositivos legais fazem com que sua ação no espaço público seja legitimada e encontre respaldo jurídico.

No entanto, existe também uma compreensão, no estatuto, de que não é apenas na lei que seus esforços devem se concentrar. No Item Finalidades No Art. 6 – f isto fica nítido:

desenvolver e incrementar uma visão cultural que conceba a família como uma instituição, titular de direitos e deveres, enquanto grupo familiar, que, constitui-se num recurso para a pessoa e a sociedade. (ANEXO I)

Durante as reuniões pude perceber que eles compreendem a cultura como um importante dispositivo social de classificação. Na compreensão nativa, é através dela que se estrutura como pensamos, como agimos, como nos alimentamos, como nos relacionamos. Pensar no desenvolvimento de uma visão cultural que tenha como objetivo produzir e afirmar uma noção de família específica, no caso de caráter divino, é estruturar o mundo a partir desta noção. É se relacionar, agir e pensar através dessa concepção de mundo. (MINTZ, 2009)

Há deste modo uma defesa de um modelo cultural específico, que é considerado natural e divino. Este entendimento sobre a cultura é relevante, pois se entende que é pela trama da cultura arquitetada pelo divino que suas vidas são formadas e significadas. Mead (1999) explica essa importância da cultura enfatizando que

cada cultura cria de modo distinto a tessitura social em que o espírito humano pode enredar-se com segurança e compreensão, classificando, recompondo e rejeitando fios na tradição histórica que ele compartilha com vários povos vizinhos pode inclinar cada indivíduo nascido dentro dela a um tipo de comportamento, que não reconhece idade, nem sexo, nem tendências especiais como motivos para elaboração diferencial. Ou então uma cultura apodera-se dos fatos realmente óbvios de diferença de idade, sexo, força, beleza ou das variações inusuais, tais como o pendor nato a visões ou sonhos, e converte-os em temas culturais dominantes (MEAD, 1999, p.20)

Com esse enfoque, Mead, em seu livro *Sexo e Temperamento* (1999), analisa três sociedades (podemos dizer quatro se tomarmos a sua própria sociedade), buscando compreender como estas estruturavam suas atitudes sociais pelo temperamento (comportamento) baseados nas diferenças sexuais. As sociedades,

segundo a autora, atribuem desde o nascimento papéis diferentes para os dois sexos, gerando diferentes expectativas de comportamento para estes. As sociedades, para Mead, consideram estes temperamentos como inatos aos homens e mulheres.

A partir da imposição de papéis, os indivíduos estão sujeitos a estes modelos. Deste modo “homens e mulheres são socialmente diferenciados, (...) estes papéis socialmente definidos são expressos, especialmente, nas roupas ou na ocupação, sem qualquer insistência nas diferenças temperamentais inatas” (MEAD, 1999, p. 25). Mead nos mostra durante seu texto que, é através da educação das crianças que a sociedade impõe aos sujeitos de forma mais forte as diferenças sexuais socialmente aceitas, coagindo os indivíduos a seguirem a norma imposta.

Neste sentido, a ORDEM busca estabelecer uma estruturação cultural que garanta a estabilização do entendimento de família a partir de parâmetros divinos. Isto se confirma no penúltimo objetivo no Art. 6 – g do seu estatuto.

Oferecer às famílias, elementos de capacitação, à luz da ética cristã e do saber humano, por meio de embasamento teórico e prático, orientado para a descoberta da própria dignidade, da inviolabilidade da vida desde a concepção até a morte natural, do valor do próximo, da família e da importância do serviço mútuo da caridade, bem como, para uma ação missionária, organizada, solidária, transformadora da sociedade e balizadora dos meios de comunicação. (ANEXO I)

Diante da compreensão da necessária construção de parâmetros culturais foi que a ORDEM criou o grupo de estudo do qual participei por algum tempo. O grupo é um espaço de ensino e aprendizagem no qual são apresentadas temáticas relacionadas a cultura cristã (expressão nativa). É um espaço de formação para que os cidadãos cristãos que defendam os conceitos e ideias cristãs com o objetivo de fortalecer suas plataformas no espaço público.

Verifica-se que há na ORDEM uma organização não apenas física, mas jurídica e prática através da qual buscam efetivar sua cosmologia. O PME foi um evento no qual a ordem cultural que deu origem a ORDEM se impôs e se estruturou no embate do espaço público, acarretando confrontos com as noções trazidas pelos movimentos sociais e pela produção acadêmica. Desta maneira, apresento a seguir como a ORDEM estrutura sua visão sobre o mundo, a partir do que vi e ouvi estando em campo.

3.3 Cosmologia

No primeiro dia que estive em campo cheguei adiantada para o encontro da ORDEM. Como não havia ninguém no local sentei-me ao fundo e esperei, já que pelo convite visto no Facebook o evento começaria em dez minutos. Não demorou muito para as primeiras pessoas começarem a chegar. O primeiro que chegou foi Augusto. Ele me cumprimentou com um boa noite e percebendo que eu nunca tinha estado ali, começou a conversar comigo. Naquela breve conversa me explicou que eles se encontravam todas as segundas feiras para estudar a revolução cultural, os valores conservadores, que segundo o próprio, são os valores que construíram nossa civilização e seus significados. Assegurou que para defender algo é preciso conhecer o que se defende. Percebi que seria naquele espaço que conheceria mais sobre como essas pessoas organizam seu entendimento sobre o mundo e como o significam.

Metodologicamente, decidi tratar desses significados organizando-os a partir da concepção e percepção deles sobre os seguintes pontos: o que é ser conservador; o que é um militante; relações entre gênero e família. O objetivo de tal tratamento metodológico foi compreender a reação deles aos debates sobre gênero e diversidade nas escolas que foram propostos no PME. Acredito que estes significados podem nos auxiliar a compreendê-los e evidenciar como eles percebem o Estado e a política. Tais entendimentos obviamente explicam a sua atuação no ambiente democrático.

3.3.1 O que é ser conservador

Partindo do entendimento que conservador e conservadorismo são categorias êmicas analisarei neste tópico como esse grupo percebe essas categorias e como a partir destas eles concebem e interpretam o mundo. O primeiro ponto para compreender a noção de conservador e conservadorismo foi demarcado diversas vezes durante as aulas que assisti. Para eles, este status surgiu como um movimento de contraposição a Revolução Francesa. Ou seja, o que marca o início da reação conservadora é um evento de grande magnitude que se expandiu através da bandeira “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Há na cosmovisão desse grupo o entendimento que os valores e a estrutura social por eles defendidos estão sendo atacados desde o século XVIII. Estando em campo, depois de ouvir diversas explicações, percebi que as novas compreensões sobre o mundo que a Revolução Francesa trouxe são

tomadas por eles como parâmetro para delimitar e significar o que é ser conservador e o que não é.

A Revolução Francesa é compreendida por eles como o ponto de partida para a recusa de Deus e a tentativa de acabar com sua criação

A família é o reflexo da ordem divina, elemento escolhido para ser destruído. Sendo impossível destruir o autor da criação se destrói sua obra (Ricardo, aula do dia 20/06/2016)³¹

Deste modo, para eles, foi a partir deste evento que começou a ocorrer uma grande revolução que tem como principal objetivo o ataque e a destruição da família “*como conhecemos*”.

De fato, tanto o pensamento conservador, por eles estudado durante as reuniões, quanto o pensamento progressista – ligado à construção da modernidade – compartilham o entendimento desta mesma raiz histórica. Essa foi iniciada a partir da “ascensão da burguesia, a emergência do indivíduo e do individualismo (o homem burguês), do sujeito autônomo e capaz de, por sua ação, fazer a história e transformar a sua realidade” (SILVA, 2010, p. 55).

Pode-se ilustrar esta confluência entre o pensamento conservador e o surgimento do pensamento moderno, quando o Professor falou que

Visou substituir a monarquia, ligada ao cristianismo, pela república. Não foi apenas uma substituição, mas uma revolução espiritual. Foi daí que nasceu a noção de laicismo. A Revolução Francesa afasta Deus da política (Professor, aula do dia 20/06/2016)

Desta maneira, eles compreendem que o conservadorismo tem sua origem como reação a Revolução Francesa. Sendo assim, este seria uma resposta às teorias progressistas, já que nelas há um enfoque no indivíduo, não mais na religião e nos costumes tradicionais (SILVA, 2010). As teorias progressistas tiveram sua ascensão

³¹ As falas dos participantes estão citadas tais como anotei em meu diário de campo, como não obtive permissão para gravar tanto as aulas, como as entrevistas.

com o Iluminismo e resultaram no processo da Revolução Francesa, a qual seria o ponto histórico

da cisão entre Deus e a coisa pública. Foi a recusa comunitária a noção de Deus. É necessário desse modo voltarmos a defender a ordem natural. A Revolução Francesa desvinculou o homem de Deus e a família de seu lugar natural. Acaba-se com as referências e com a ordem (Professor, aula do dia 20/06/2016)

Outro ponto importante é compreender que a Revolução Francesa rompeu com a noção de história para os conservadores. Para Burke (1997), um dos autores citados durante as reuniões da ORDEM, “a história é um grande livro aberto para o nosso aprendizado, pois os erros do passado, os males que fizeram sofrer o ser humano são grandes fontes de lições de sabedoria para o futuro” (BURKE, 1997, p. 46). Desta maneira, a história para os conservadores seria um contínuo no qual estaria garantido um horizonte de expectativas (GAHYVA, 2017).

Esta leitura da história como continuidade corrobora a compreensão de que a cultura e a história não são produto da ação dos indivíduos na história (SAHLINS, 1999). De forma diferente, eles entendem que o movimento na história a partir da Revolução Francesa tem um fim específico que é o rompimento com a ordem natural-divina com o objetivo de atacar a criação divina. Ou seja, acionam uma agência e causalidade que dialogam com uma versão utilitarista das contestações realizadas pelo movimento histórico.

Há uma grande revolução em curso. Esta compreende 3 revoluções recentes: A Revolução Francesa (1789), que tira a igreja do Estado; A Revolução Comunista (1917), que tira Deus da Economia; E a Revolução Cultural (1968) que ataca o ser. Toda revolução é uma recusa. E esta revolução que está em curso recusa o servir, “não servirei”, que é o pecado dos nossos primeiros pais (Adão e Eva). Ela tem como objetivo perverter as crianças, as famílias. Vai fortificar a ausência de vínculo, o individualismo. (Professor, aula do dia 20/06/2016).

Percebe-se nessa cosmologia que a Revolução Francesa fortaleceria a noção de individualismo, rompendo com os vínculos familiares. Esta relação vai ao encontro do conceito de anomia, defendida por Durkheim (1989). O individualismo gera a desestabilização social, ao passo em que enfraquece os laços sociais e morais. Essa desestabilização gera um estado de anomia, ameaçando a integração da sociedade. Embora Durkheim compreenda que esta seja superada pelo fortalecimento da divisão do trabalho, meus interlocutores compreendem que este estado de anomia se perpetua, devido ao rompimento e desestabilização da ordem natural, o que levaria ao caos social (VARES, 2013).

Se a Revolução Francesa foi vista como um marco na contestação da estrutura anteriormente existente, da mesma forma, há na cosmovisão compartilhada por esses atores a valorização das estruturas sociais instauradas na Idade Média. Já que,

Na Idade Média existia uma ordem moral maior, havia uma hegemonia do pensamento moral cristão. (Professor, aula do dia 20/06/2016)

De acordo com o que ouvi durante o meu trabalho de campo, há na cosmologia conservadora destas pessoas um entendimento de que a ordem social anteriormente estabelecida possuía fundamentos que deveriam ter sido preservados. Afinal, como argumentam, eles garantem estabilidade sobre o porvir da história de maneira que garantem também a manutenção da ordem. (GAHYVA, 2017)

A noção de ordem e de estrutura como territórios mais propícios para o desenvolvimento da cultura cristã, faz com que os membros da ORDEM, na sua maioria, defendam a monarquia como regime de governo. Em uma das reuniões em que estive presente, questionei aos meus interlocutores qual era o tipo de governo e Estado por eles defendidos. Eles responderam: a monarquia. Segundo me disseram naquele dia, é através da figura do monarca que Deus voltaria a esfera política, juntamente com a moral por eles defendida. Além disso, a monarquia também é compreendida como governo que garante a estabilidade social através de um poder duradouro. Ela remete a uma noção da retomada da garantia do horizonte de expectativas para a história numa acepção de causalidade. (GAHYVA, 2017)

Como apresentado nas falas acima, durante as reuniões, também pude compreender que estes agentes partem do pressuposto da existência de uma natureza humana imutável que aparece como devedora da atuação divina. Ou seja, para eles a ação humana é guiada pela divindade, o que garantiria a ordem e a civilidade. Assim, a partir do ideário de causalidade já expresso, as mudanças propostas na modernidade são compreendidas por meus interlocutores como sendo contrárias a natureza humana. Assim, eles defendem a ideia de que Deus estabeleceria a verdadeira ordem, garantindo assim a defesa da tradição e manutenção da ordem social. (SILVA, 2010)

Retornando a noção de evento de Sahlins, compreendo que a Revolução Francesa se configura neste contexto em um evento inaugural que gerou o embate de ordens culturais distintas. Ela é apropriada e interpretada por ordens culturais de maneira distinta. De um lado os progressistas à compreendem como o desdobramento da história visando uma sociedade mais igualitária. Por outro, para os conservadores houve neste evento a quebra da ordem visando a secularização do mundo e o fim da antiga ordem. (SAHLINS, 1999).

Somente a partir do aprendizado proporcionado pelas aulas que assisti foi que me foi possível organizar a cosmologia deles. A partir destes dados do meu campo pude compreender que meus interlocutores acreditam em uma dicotomia entre um “nós” – conservadores – que defendemos a ordem natural, e “os outros” – militância – que seriam quem tenta atacar estes valores. Esta noção dicotômica é perpassada pela ideia de batalha espiritual tal como foi enunciado durante a análise do PME-Toledo.

Buscarei desta maneira compreender agora quem são estes “outros” e o que defendem, para evidenciar assim como estes estruturam em sua cosmologia este embate político ideológico.

3.3.2 A militância

A expressão ‘militância’ é uma categoria êmica que significa qualquer indivíduo que pertença à algum movimento social e que não compartilhe das mesmas cosmologias divinas-morais da ORDEM. Durante entrevista com Augusto ele me falou que os militantes são compreendidos por eles como revolucionários.

O revolucionário diz que tudo não presta, não serve, assim tenta acabar e eliminar nosso passado, nossa história ligada a cultura europeia (Augusto, entrevista realizada em 08/12/2016).

Os militantes são compreendidos como aqueles que lutam contra a ordem natural que, de acordo com meus interlocutores, foi rompida por meio de uma grande revolução cultural que está em curso desde a Revolução Francesa.

O termo militância carrega em si certas características. A mais importante delas é a compreensão de que militantes dos movimentos sociais são “crianças” cujas famílias não cumpriram sua função. Para eles “*a militância tem essa noção de briga, choradeira, de vingar a inveja dos outros, e isso tudo se remete a infância.*”. A militância é tida como uma minoria barulhenta que tenta infantilmente, através do grito e da birra impor o caos e a desordem.

Os principais expoentes da militância que foram citados durante as reuniões e as entrevistas são os movimentos feminista e LGBT. Para os participantes da ordem, estes militantes dão voz as noções trazidas pela teoria de gênero que para eles é o grande impulso para concretizar o trabalho revolucionário que visaria, em última instância, o fim da família natural – advinda de Deus. Desta maneira, a necessidade da defesa da família tradicional no espaço público ocorre com o objetivo de proteger e reafirmar essa instituição compreendida como divina, impedindo dessa maneira a sua superação e fim.

Na acepção da militância o gênero e o papel de gênero são construídos socialmente.

Esse entendimento de gênero como construção social é uma ponta de lança de revolução, não como construção social. As questões de gênero são assim questões revolucionárias, ligadas a Revolução cultural. Elas procuram mudar a estrutura natural da família, que é um impedimento para a transformação social via revolução. (Professor, entrevista realizada em 29/03/2017)

Neste sentido, se faz necessário compreender qual é a acepção cosmológica de família desse grupo e relacioná-la a noção de gênero para que seja possível perceber como eles relacionam estas concepções à militância e à Revolução

Francesa. É a compreensão de que todas estas categorias se complementam que parece mobilizá-los politicamente na esfera pública em defesa da ordem natural.

3.3.3 Família

Assim como eles compreendem que ao longo da história Ocidental, todo movimento histórico democrático caminhou com o objetivo de produzir o individualismo e de desconstruir um modelo de autoridade coletiva, os participantes da ORDEM entendem que a sua atuação política deve ser exercida para proteger a família que é, em sua cosmologia, um pilar fundante da sociedade. A família cumpre um papel específico de formar, segundo vocabulário êmico, “indivíduos competentes”. Ou seja, realizar a formação cultural das crianças é um processo fundamental já que essa socialização asseguraria a reprodução dos “valores cristãos”. Na compreensão nativa, apenas esse modelo familiar garante a formação de um indivíduo que defende e perpetua a ordem divina na sociedade.

Esse modelo natural de família foi configurado pela moral cristã para dominar as paixões e estabilizar a personalidade dos indivíduos, já que a agressividade é natural do ser humano. A família foi importante para formar o cidadão. A família estruturada na moral cristã forma o sujeito adequado a sociedade. (Professor, aula do dia 27/06/2016)

A moralidade cristã gerou a civilização e a cultura ocidental, e o que advém desta, como por exemplo a família. A partir desta sequência de ideias, há a compreensão que é esta cultura vinda do divino que é a verdadeira referência para a formação do indivíduo.

Entretanto, é possível estabelecer, através das teorias antropológicas sobre cultura um contraponto com a noção êmica de cultura. A partir do culturalismo norte-americano, a noção de relativismo cultural se projeta, evidenciando o exercício da alteridade como uma maneira para pensarmos as culturas. A cultura neste sentido não seria algo fixo e estável, mas compreendida como uma manifestação específica da humanidade,

e uma vez que jamais se descobriu um método infalível para "classificar" culturas diferentes e **ordená-las em seus tipos naturais, presumimos que cada cultura**, como tal, é equivalente a qualquer outra. (WAGNER, p. 29, 2010)

Podendo compreender que este rompimento da Antropologia com as concepções evolucionistas, fez com que pensássemos as culturas em suas significações. Neste sentido, como argumenta Foucault (1979), a concepção de que a família serve como matriz para o indivíduo adulto para a civilização ocidental é uma concepção moderna. No século XVIII, no período da Revolução Francesa, iniciou-se um movimento de reestruturação da significação de família que não seria mais compreendida como um mecanismo político de transmissão de bens. Assim, o sistema de parentesco não serviria mais apenas para a união entre duas ascendências, como no sistema monárquico. O sistema de parentesco serve a partir de então para "organizar o que servirá de matriz para o indivíduo adulto" (FOUCAULT, 1979, p. 199).

A reestruturação da família a partir do século XVIII também atingiu a compreensão do que é ser criança e o que é infância. Durante a idade média não havia o entendimento do que era ser criança. A infância durava enquanto o indivíduo era incapaz. A socialização, compreendida na transmissão de valores e conhecimentos, não era assegurada e controlada pela família. A criança ficava pouco tempo com a família. Logo, a educação dos indivíduos era realizada através da aprendizagem e da convivência com os mais velhos. (ARIÈS, 1981)

Foi a partir das sociedades industriais, no século XVII e XVIII, que a família começou a se organizar incluindo a criança nas relações de parentesco de forma mais efetiva. No entanto, Dias Duarte (1995) evidencia que embora ocorrida tal revolução cultural e nova reestruturação familiar, a família foi ao mesmo tempo naturalizada – compreendida como arranjo mais primitivo e puro – e sacralizada – resultado da essência do homem.

Embora meus interlocutores defendam a manutenção de uma ordem anterior à Revolução Francesa através dos valores conservadores, eles não compartilham desta compreensão de que a estrutura familiar tem acepção moderna e burguesa. Sendo este um ponto onde podemos observar que meus interlocutores mesclam o conservadorismo com as categorias construídas e fundadas pelo liberalismo burguês, descolando da teoria conservadora e manipulando os conceitos para que estes se

adaptem à sua cosmovisão, rompendo com a tradição conservadora, incorporando elementos liberais burgueses na construção de seus discursos. Na visão nativa, foi na sociedade anterior a Revolução Francesa, que a família foi concebida. Para eles a concepção de família é estrutural da história. Como a família se relaciona com a concepção divina cristã, ela seria a única forma de gerar um indivíduo competente, que cumpre suas funções, que age conforme a moral de uma civilização superior que foi construída há séculos.

Isto foi explicado pelo Professor durante nossa conversa. Ele sustentou que:

A família é o aspecto fundante da ordem social. A família é boa porque ela sustenta a civilização. A família é a última fortaleza contra a revolução. E qual a sua origem? A família natural nasce em um momento anterior à própria sociedade. Essa família precisa obedecer ao princípio básico de reprodução – homem, mulher e filhos. A família tem a função de estabilização da personalidade, restando os instintos. Assim ela se consolidou durante os séculos. (Professor, entrevista do dia 29/03/2017)

O pressuposto da fixidez é interessante neste ponto já que a família não é entendida como uma instituição que culturalmente está sujeita a mudanças. O seu modelo é fixo. Os meus interlocutores negam-se assim a noção de mudança cultural segundo a qual o ser humano significa suas vivências e relações de maneira diversa ao longo da história a partir de uma variedade de formas e arranjos. (Passado, 2003). Esta concepção de imobilidade da história auxilia a entender porque as tentativas do poder público toledano de instituir uma política de promoção do combate às desigualdades geraram tamanha reação. Para os integrantes da ORDEM, a família natural estaria sendo atacada. Assim, eles necessitaram tomar um posicionamento público reagindo a este debate em forma de embates, como foi visto no debate e votação do PME-Toledo e nas discussões nacionais e estaduais.

Nota-se assim que a concepção de que a família está sendo atacada desde a Revolução Francesa ajuda a construir uma visão comparativa de que “*destruir a família significa não ter essa estabilidade de personalidade*” (Professor, aula do dia 20/06/2016). Logo, a sociedade que está sendo gerada desde esse evento inaugural é uma sociedade instável e revolucionária. Ser revolucionário, como já visto acima, de

acordo com o que foi exposto nas aulas da ORDEM, é ir contra o padrão moral divino. A assunção de uma identidade conservadora seria a expressão de ir contra as mudanças.

Retornando a ideia culturalista nativa, a família, instituição basilar da sociedade, é o local no qual o indivíduo seria ensinado a cumprir suas funções. Entre estas funções estaria o aprendizado e compartilhamento do modelo de moral-natural, que seria a moral cristã, compreendida, como já evidenciado anteriormente, como natural e secular. Na família tradicional pensada por estas pessoas, o indivíduo seria preparado psicologicamente para ter estabilidade de personalidade conforme o ordenamento natural, refreando instintos sexuais e de violência. Quem sai desse padrão social-moral-divino é entendido como alguém que não teve na sua família esses ensinamentos e suportes.

Essa relação entre moral, corpo e repressão sexual é abordada na genealogia elaborada por Foucault no primeiro volume da História da sexualidade (2011). A partir da época Vitoriana o sexo passou a ser reprimido se não obtivesse sua função para a reprodução e estivesse relacionado ao casamento. A heterossexualidade e a monogamia acabaram se transformando na norma. Foucault nega a hipótese repressiva, pois considera que o sexo não foi reprimido. Para o autor, ele foi incentivado. No entanto, não de maneira a liberaliza-lo. Surgiram mecanismos de controle que o interditaram e passaram a ter o poder de verdade sobre a sexualidade. (FOUCAULT, 2011)

Neste contexto, produziu-se na sociedade ocidental, através da medicina, da Igreja e do direito, um discurso sobre o sexo através da *scientia sexualis*. A confissão tem um papel importante na produção desse discurso sobre o sexo, o qual é apresentado através de uma sistematização do saber que gera poder e produz verdades. Sobre a confissão, Foucault nos fala que esta “rege o verdadeiro discurso sobre o sexo” (FOUCAULT, 1977, p.72). Logo, é através desse discurso que se desenvolve a verdade sobre a sexualidade (verdade sobre o sexo).

A partir do discurso, a sexualidade foi normatizada gerando um controle dos corpos que passaram a ser classificados. Segundo o autor “as características fundamentais dessa sexualidade (...) correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade” (FOUCAULT, 1977, p. 78). Nossa sociedade organiza a sexualidade através da heteronormatividade, da monogamia, de um sistema sexo-gênero binário. Esta ordem é produzida através do discurso e das

relações de poder que impõem o controle dos corpos por meio de normas que o discurso e a linguagem sobre a sexualidade compartilham.

Pode-se compreender que a relação entre moral, corpo e repressão sexual constituída na cosmovisão da ORDEM é sustentada como uma verdade sobre a sexualidade através da legitimação de uma família natural, advinda de Deus. Através de um entendimento da história como causa e consequência, eles compreendam que as teorias de gênero, as quais questionam essa verdade sobre a sexualidade defendida pela ORDEM, servem de engrenagem para a revolução social maior já em andamento.

Interessante notar a associação entre o questionamento da família tradicional e os revolucionários, ou seja, os militantes dos movimentos sociais. De acordo com meus interlocutores, foi justamente nesta sociedade desordenada que indivíduos revolucionários *“não encontram as bases na família”*. Por isto mesmo, eles buscam satisfazer *“as necessidades que psicologicamente não foram satisfeitas pela família”* - (Augusto, entrevista do dia 08/12/2016) - através da militância.

A família tem no imaginário destas pessoas um papel específico na sociedade. Na família formam-se indivíduos competentes que entendem e perpetuam os valores cristãos da civilização ocidental. Como vimos anteriormente, segundo o estatuto da ORDEM, um dos objetivos imutáveis da associação, a estrutura de família é **“natural”**, estabelecida por Deus. Ela é realizada através da união entre **um homem e uma mulher**. A mulher, relacionada diretamente ao órgão genital – vagina, nesta estrutura, deve ser feminina, mãe, esposa, pressupondo sempre uma família heterossexual, dócil, amável, do lar, casta, progenitora. O homem, também relacionado diretamente ao órgão genital – pênis, deve ser másculo, esposo, pai, forte, provedor, racional, do espaço público.

A partir de agora, apresentarei os dados que esclarecem a concepção dos meus interlocutores a respeito do gênero e do debate das teorias de gênero. Meu objetivo é aprofundar a compreensão da temática sobre a família.

3.3.4 Gênero

Para os integrantes da ORDEM, a mulher tem uma função social dentro do lar. Ela tem a obrigação de fazer com que a família permaneça unida e ensinar aos filhos tanto os valores sociais, quanto os papéis desempenhados por homens e

mulheres que são diferentes, para que toda a estrutura social funcione. Assim, podemos perceber que à mulher coube o espaço doméstico, o cuidado e a manutenção do lar, a educação dos filhos.

A teoria de gênero questiona a naturalidade desses papéis. E de fato, Heilborn (1997) sistematiza, por exemplo, que antes dos avanços da medicina, da tecnologia genética, do surgimento da pílula, as mulheres tinham um papel social ligado com a procriação - que é a noção do “natural-divino”. A divisão sexual do trabalho levou as mulheres simbolicamente a serem pré-atribuídas à criação e procriação, estando ideologicamente mais fixadas ao imaginário do natural do que os homens. No entanto, para a mesma autora, a socialização pode levar ao surgimento de instituições sociais que organizem a vida coletiva através de outro modelo que deriva da divisão sexual do trabalho. Logo, a atribuição dos papéis sociais de gênero não seria natural-divina, mas socialmente construída e delimitada.

Butler (2003) também questiona a naturalidade dos papéis de gênero. Para a autora, os sujeitos são produzidos através do discurso, aos quais passam a representar, performar, apresentar ao mundo as expectativas a eles impostos. No entanto, ela compreende que essa construção do sujeito está vinculada à legitimações e exclusões. Butler tece uma crítica a teoria feminista que, em busca de uma representação da mulher universal no político, se encontra perpetuando e entrando na mesma lógica desse sistema de exclusões, pois, ao definir excluí. Esta crítica se encaixa com os pronunciamentos dos movimentos sociais durante a votação do PME que ao tentarem sustentar a manutenção das categorias gênero e diversidade, tentavam a todo momento legitimar sua fala a partir dos padrões hegemônicos de religiosos e família.

Os “gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38). O inteligível é produto da prática discursiva que regula as identidades, impondo normas que na nossa sociedade são heteronormativas e masculinas.

Butler entende gênero³² como

uma construção que oculta normalmente sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade

³² Butler compreende que sexo e gênero são construções discursivas.

dessas produções – e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles; a construção ‘obriga’ nossa crença em sua necessidade e naturalidade (BUTLER, 2003, p. 199).

É como se entendêssemos que ser homem ou ser mulher é um fato. No entanto, para Butler (idem), o gênero é produzido e reproduzido através de uma *performance* repetida. A autora rompe com a maneira de compreender gênero como constituído, como algo fixo, masculino ou feminino, que reiteram a estrutura e lógica masculina e heteronormativa. Ao lançar a noção de gênero como performance ela introduz a ideia de que “não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gêneros verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos” (BUTLER, 2003, p. 201). Logo, o que não era inteligível devido a limitação imposta pela prática discursiva de matriz heterossexual e falocêntrica, torna-se uma possibilidade, pois não há limites para a *performance*, não há um gênero categorizado (que limita, classifica e ordena) desde o princípio. Há desta forma um rompimento com os paradigmas pelos quais se compreende a matriz sexo-gênero.

Todo este novo modo de pensar proposto pelas teorias queer é contestado pela ORDEM. De fato, durante as aulas, em muitos momentos, o saber científico produzido nas universidades foi problematizado por eles e apresentado como um dos responsáveis pelo caos em que a sociedade contemporânea está mergulhada. Em um dos ofícios enviados a promotoria eles utilizam Jorge Scala³³ para realizar esta contraposição às teorias de gênero.

Sobre a politização do vocábulo “gênero”, prelecionada o jurista argentino JORGE SCALA: “A mal chamada “teoria” – “enfoque”, “olhar”, etc. – de “gênero” é, na realidade uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, posto que – ao impor-se, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, simultaneamente acabaria com a sociedade. Ademais disso, é a mais sutil, porque não busca impor-se pela força das armas – como, por exemplo, o marxismo -, mas utilizando a propaganda para mudar as mentes, sem aparente derramamento de sangue. Sem embargo, esta como todas as demais ideologias – em seu devido tempo -, desaparecerá sem deixar rastros, precisamente por sua falsidade intrínseca. Obviamente, deixará um tendal de vítimas, pessoas e sociedades frustradas e infelizes. (...) Como toda ideologia, não busca a verdade nem o bem dos demais, mas somente a conquista de suas vontades, para utilizá-las com um fim espúrio. Portanto, a ideologia de gênero é necessariamente ambígua. Utiliza o engano como meio

³³ Jorge Scala, argentino, advogado pela Universidade Nacional de Córdoba, professor honorário da Universidade Ricardo Palma, professor de bioética. Considerado um ativista pró-vida.

imprescindível para alcançar sua finalidade. A razão é óbvia: quem pretende utilizar os demais em seu proveito, não pode dizê-lo abertamente. O ideólogo utiliza o engano como uma ferramenta diária de trabalho, de modo semelhante ao uso que lhe dá um pedreiro aos tijolos, a massa e a colher. Este corpo ideológico, por suas limitações intelectuais, não poderia tencionar sair de pequenos círculos esotéricos, se não fosse pela manipulação da linguagem, utilizada para fazer uma verdadeira lavagem cerebral, ao estilo sectário, mas com dimensões globais. Está tática se aplica em um movimento de pinças, utilizando para isso os meios de propaganda, e o sistema educativo formal. A estratégia tem três etapas: a) A primeira consiste em utilizar uma palavra da linguagem comum, alterando-lhe, furtivamente, o conteúdo; b) logo, se vai “bombardeando” a opinião pública, através dos meios de educação formais (a escola) e informais (meios de massas). Nesses meios é usado o velho vocábulo, mas se dirigindo progressivamente para o novo significado do mesmo e, c) finalmente a comunidade aceita o termo antigo, com o novo conteúdo”. SCALA, Jorge. Ideologia de Género o gênero como herramienta de poder. Buenos Aires: Ediciones Logos, pp. 7-9. (OFÍCIO À PROMOTORIA, do dia 23 de abril de 2016)

Para a ORDEM as teorias de gênero e a teoria Queer – da qual Butler é o principal expoente – propõem uma revolução cultural que busca desestruturar a unidade natural da família. Ao propor rompimentos com o papel natural de homens e mulheres, estas teorias visam em última instância desconstruir o padrão familiar divino que tem como princípio básico a reprodução. Esta maneira de interligar o gênero à família é duramente criticada pelos teóricos pós estruturalistas. A partir da compreensão de que o gênero é um elemento que estabelece uma relação de poder baseando-se nas diferenças perceptíveis entre os sexos, as mudanças sobre como se pensa gênero representam mudanças nas relações de poder (Scott, 1995).

Além disso, as mulheres que tentam sair dessa estrutura são entendidas como não femininas, destruidoras da lógica familiar, sendo que, eles compreendem que

a família está sendo vítima dessa ideia feminista de desequilíbrios dos papéis... Vivemos na era do feminino, mas não é um feminino de mãe, mas de feminismo, que é feio, fedido, escroto. Este rejeita o feminino, a família, a religião, que são as bases para o convívio social. Este feminismo é um narcisismo autocentrado, individualizado, então podemos compreender o porquê do declínio da família, que é coletividade. A mulher não

é mais entendida como doação. Deste modo, ela pode ter uma vida a parte da família. Eles querem modificar o pensamento da mulher, com esse tal empoderamento, tirar a mulher da casa, do lar, pois modificando o pensamento da mulher nós destruimos o núcleo familiar. (Professor, aula do dia 04/07/2016)

Neste trecho, há uma série de oposições em construção. A primeira delas diz respeito ao ideal de feminino defendido pela família tradicional e aquele definido pelo movimento feminista. A segunda oposição diz respeito a ideia de direitos e deveres das mulheres que seriam diametralmente distintas para os dois movimentos. A interpretação nativa do feminismo o coloca no lugar do profano, do nocivo. Nocivo porque estremece as relações de gêneros tidas como naturais. Nela, existe uma interdição da sexualidade que evoca uma significação simbólico sobre o que é ser mulher, e sobre o que é ser homem. Estas representações quando são naturalizadas e normatizadas reprimem outras possibilidades de vivenciar a sexualidade (SCOTT, 1995). Para a ORDEM, não existe a compreensão da historicidade da naturalidade e normatividade do modelo de família natural. Este modelo na acepção nativa é a-histórico já que, como citado anteriormente, é compreendido como anterior ao surgimento das sociedades.

3.3.5 A escola é o lugar do saber?

É a produção discursiva apresentada pela academia sobre sexo, gênero e poder que provoca a reação e o posicionamento político desses atores. Esta produção é colocada para a sociedade, através do Estado, no currículo das instituições escolares. Afinal, esse tema e os conceitos relacionados com as noções de gênero são discutidos em diversas ciências como a Sociologia, a Antropologia, a Medicina e a própria Biologia. E é justamente neste ponto que a cosmologia e a votação do PME se encontram.

Assim, ao compreenderem que estes assuntos se opõem e perturbam a ordem natural por eles aceita, estes agentes começam a reivindicar no espaço público a retirada de um ensino que trate sobre as questões de gênero. Um exemplo disso é constatado no ofício, já citado de outubro de 2015, que foi enviado à prefeitura

contestando a realização do fórum promovido pela secretaria da educação que versava sobre a temática de gênero. Segundo os mesmo em ofício:

verificou-se durante a tramitação da matéria na Câmara de Vereadores, intensa mobilização de pais de família e entidades da sociedade civil que entendem não corresponder ao Poder Público, através de seus agentes, “opinar” em matéria de sexualidade, ou fazer juízos sobre o uso da sexualidade, pois que tais ensinamentos competem única e exclusivamente aos pais. Ademais, esses mesmos pais de família consideram um despautério que se ensine, desde a mais tenra idade, a seus rebentos, que NÃO EXISTE IDENTIDADE BIOLÓGICA, dado que para os propagadores da teoria de gênero, “gênero” é a consideração de que o sexo não é algo inato, mas adquirido, quer dizer, que ninguém nasce homem ou mulher por natureza, senão que adquire (inventar) um gênero em razão do desenvolvimento de sua personalidade ao longo de sua vida em sociedade. (ANEXO III)

Neste trecho percebe-se que há uma deslegitimação por esses atores dos debates acadêmicos sobre gênero e sexualidade. Os conhecimentos sobre a temática não deveriam estar nos currículos escolares já que sua discussão não deveria ocorrer fora do espaço familiar. Para estes atores, falar sobre essa temática coloca em risco a estruturação da ordem natural. Segundo Augusto

o Estado não pode educar moralmente os alunos, não pode dizer como utilizar a sexualidade, sem que os pais autorizem. O Estado via escola tem que limitar-se a instrução que é composto por conhecimentos e habilidades. (Augusto, entrevista do dia 08/12/2016)

Essa deslegitimação do lugar e do papel dos estudos de gênero e a retirada dos debates do PME cumprem funções ideológicas. Fazer com que a escola ignore as desigualdades entre gêneros, compreendendo-as como natural e biologicamente iguais e suprimindo os debates a respeito das diferenças, leva o sistema escolar a perpetuar desigualdades culturalmente construídas, naturalizando-as e normatizando-as. (BOURDIEU, 1989)

Compreender que o papel da escola se limita a instrução de conhecimentos e habilidades apenas a reafirma como instituição de manutenção do status quo, reiterando e mantendo as desigualdades sociais. A escola é uma instituição

legitimadora da reprodução do sistema capitalista e que suas normas de submissão e dominação de classes, gênero e raça se encontram presentes e perpetuadas. (ALTHUSSER, 1974)

Como Parmigiani e Dombrowski (2013), no artigo “O alfabetismo sociológico”, apresentam

São as necessidades das classes ou frações dominantes que determinam o formato do cidadão a ser formado. São estas necessidades que irão definir quais são as virtudes que aqueles cidadãos imaginados devem apresentar. Elas definirão, também como é de se esperar, os vícios dos quais os futuros cidadãos devem se afastar. (PARMIGIANI; DOMBROWSKI, 2013, p. 194)

É pelo interesse da classe dominante que os alunos além de serem socializados para se adequar ao padrão de cidadão condizente com a ideologia proposta pelo sistema, também irão ser socializados para o trabalho. Afinal, é da necessidade desta classe “comprar força de trabalho no mercado” (PARMIGIANI; DOMBROWSKI, 2013, p. 194). Utilizo esta reflexão para apontar que o mesmo padrão pode ser aplicado para as normas que versam sobre sexualidade e gênero.

Um exemplo prático de como a escola corrobora para a manutenção do status quo pode ser evidenciado a partir do currículo. No Plano Curricular Nacional (PCN) do Ensino Médio a intenção é a formação de mão de obra qualificada para um tipo específico de necessidades do mercado. A PCN indica que

A aprendizagem significativa pressupõe a existência de um referencial que permita aos alunos identificar e se identificar com as questões propostas. Essa postura não implica permanecer apenas no nível de conhecimento que é dado pelo contexto mais imediato, nem muito menos pelo senso comum, mas visa a gerar a capacidade de compreender e intervir na realidade, numa perspectiva autônoma e desalienante. Ao propor uma nova forma de organizar o currículo, trabalhado na **perspectiva interdisciplinar** e contextualizada, parte-se do pressuposto de que toda aprendizagem significativa implica uma relação sujeito-objeto e que, para que esta se concretize, é necessário oferecer as condições para que os dois pólos do processo interajam. (BRASIL, 2000, p. 22, grifo nosso)

Outro exemplo que também reitera essa lógica é a proposta da BNCC do novo ensino médio, a qual trata os conteúdos por áreas de conhecimento, com itinerários formativos visando à formação técnica.

Essa nova estrutura valoriza o protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a formação técnica profissional. Além disso, ratifica a organização do Ensino Médio por áreas do conhecimento, sem referência direta a todos os componentes que tradicionalmente compõem o currículo dessa etapa. (BRASIL, 2018, p. 467, grifo nosso)

Podemos perceber que, o currículo de forma indireta pretende que o sistema educacional produza, ao final da escolarização, um indivíduo que tenha capacidades que se adaptem ao modo de produção toyotista. Este modo de produção “defende o trabalhador polivalente, que possui condições de desempenhar diferentes funções dentro da empresa, fortalecendo assim o espírito de equipe e a autofiscalização dos funcionários.” (CARDIN et al., 2007, p. 56). Este preceito vai ao encontro da visão interdisciplinar como prática educativa.

O que os cientistas sociais questionam é que a lógica da escola não está baseada na neutralidade e imparcialidade. Ao contrário, através dos conteúdos e do currículo, a escola legitima um sistema de pensamento e padrões sociais que excluem pessoas que não são privilegiadas no espaço público, naturalizando e submetendo-os ao grupo dominante. (STIVAL; FORTUNATO, 2008)

De forma distinta, os integrantes da ORDEM defendem que a escola não é o local do educar.

Educar promove hábitos e sentimentos, valores morais, que permitem a pessoa adaptar-se e ser feliz no meio em que vive e é responsabilidade da família e da igreja (Augusto, 02/07/2016)

A escola teria como função instruir o que é compreendido como a aquisição apenas de habilidades e conhecimentos sobre determinados conteúdos.

O Estado não pode educar moralmente os alunos, não pode dizer como utilizar a sexualidade sem que os pais autorizem. A escola tem que se limitar a instrução, que seria passar conhecimentos e habilidades (Augusto, entrevista realizada em 08/12/2016)

a família é educadora e é a instituição educadora por antonomásia. Toda educação, toda instituição escolar deve partir dessa realidade, e o Estado há de reconhecer o direito natural dos pais no que atine à educação de seus filhos, como condição necessária para uma reta convivência social. A escola é uma instituição com uma finalidade própria: ensinar; por isso não pode ser manipulada nem instrumentalizada por ideologias ou interesses de partidos políticos, provocando-se a morte da escola quando se verifica dita instrumentalização. (OFÍCIO À PROMOTORIA enviado no dia 24/08/2015 – ANEXO IV)

Como procurei argumentar, as estruturas sociais hegemônicas vêm sendo questionadas pelos estudiosos das ciências humanas e sociais. Estes questionamentos colocam os intelectuais da academia na mesma posição dos militantes para os integrantes da ORDEM. Assim, estes últimos passam a questionar a produção científica. Eles explicaram para mim que o debate sobre gênero no meio acadêmico estaria à serviço da mesma revolução que tem por fim acabar com a ordem natural divina. A partir da academia, este saber chega as escolas no processo de formação de professores e por fim estaria sendo repassado aos alunos das escolas de ensino fundamental e médio. O objetivo principal deste processo seria desestabilizar o modelo natural de família. Entendo a

escola como espaço de (des)construção social e moral, e não como lugar de aprendizado! Podem e queriam nos enganar, mas pergunto acha mesmo que engana a Deus! (Silvia, via Facebook, 20/06/2015)

Assim, a militância presente na universidade é acusada por eles de manipulação política e ideológica através de distorções dos padrões morais, gerando o questionamento sobre noções compreendidas como naturais, por exemplo, família e gênero. Para eles, é justamente a produção de um homem moderno sem identidade ou com uma identidade fragmentada, ou seja, não vinculado à família e aos seus locais de origem, que geraria as desestabilidades que vemos na sociedade. Nas palavras de Augusto: “o indivíduo necessita pertencer a algo”.

Eles me explicaram que o processo de formação escolar que está em curso segue a seguinte direção: a distorção da moral começa a dividir as pessoas em grupos, criando e fomentando a luta de classes gerando pessoas que tem sua visão

guiada por um espectro político de esquerda. Em uma das reuniões o Professor disse que *“As próximas gerações serão esquerdistas por não terem parâmetros para ser um indivíduo competente, formado pela família”*.

Aqui é importante perceber que a função cidadã de fiscalizar e cobrar que o Estado cumpra suas obrigações para com os cidadãos são vistas de maneira depreciativa. Para eles, o indivíduo que não teve as bases morais cristãs dadas pela família recorre à um Estado “babá”. Este seria o referencial de justiça das minorias.

3.3.6 A tomada de consciência e a democracia

Em entrevista com Augusto percebi a existência de uma certa tomada de consciência e de reação deste grupo de conservadores no espaço público e na via política.

Eu faço parte desse processo de tomada de consciência que pais devem ter pelo simples fato de serem pais. Me sinto com responsabilidade na divulgação dessa tomada de consciência que tem por fim firmar valores morais. (Augusto, entrevista realizada em 08/12/2016)

Diante da consciência de que a revolução cultural está em curso, estes atores passaram a pensar as propostas de políticas educacionais realizadas pelo estado brasileiro como mecanismos para realização da transformação da sociedade e da superação do modelo cristão. Ao contrário disso, para estes atores a política, em consequência o Estado, são decorrentes da moralidade cristã. Quando isto não ocorre há o rompimento com Deus ocasionando a desestabilização das estruturas fundantes da sociedade.

A política assim como outras atividades humanas decorre naturalmente da moralidade. A política é expressão natural da moral, dos valores e dos costumes. Toda vez que através da política direcionaram uma sociedade ignorando a moral o que é que deu? Revolução Francesa, Comunismo, Cuba, mortes! Ou seja, quando a política ignora os valores morais e tradição acaba

resultando em ações revolucionárias (Augusto, entrevista realizada em 08/12/2016)

Ao fazerem a associação das políticas públicas com um estado esquerdista, eles percebem uma necessidade urgente de reagir a um Estado que não vem garantindo a moral cristã.

Porque estamos nos movimentando? Os políticos e todo o conjunto burocrático não nos representa porque estão agredindo e desrespeitando frontalmente as crenças e valores dos pais. (Augusto, entrevista realizada em 08/12/2016)

Como a maioria da população se assume como cristã - segundo o IBGE censo de 2010 86,8% da população se declara cristã - para a ORDEM o Estado deveria se pautar para garantir a moral da maioria. Para meus interlocutores, a democracia se garante com a realização dos impulsos de uma pretensa maioria homogênea. Assim, compartilham o entendimento de que a garantia de um ensino que abranja a diversidade, esteja ferindo esta moral cristã. Logo eles compreendem que o Estado esteja sendo ditatorial. Afinal, quer controlar o pensamento dos cidadãos através da educação.

O Estado é ditatorial pois tenta controlar até o pensamento do cidadão. Se o Estado vem dizer como eu tenho que educar meu filho é ou não totalitarismo? Os pais e as famílias não têm mais direito de decidir. O arcabouço jurídico que vem da política vem para dominar completamente os cidadãos. (Augusto, entrevista realizada em 08/12/2016)

Esta situação remete novamente a noção de batalha espiritual através da qual esses atores se constituem como atuantes do “bem”, combatendo as forças do “mal”. Desta maneira, é necessário a reivindicação e a luta pela presença de Deus na política para combater práticas que não condizem à esta moral. (MARIZ, 1999)

O trecho abaixo retirado do Facebook de Silvia expressa essa noção de necessidade de posicionamento político de cristãos para combater as forças do mal representadas pela militância durante o processo de votação do PME-Toledo

Divulgando mais vez, um importante evento amanhã. Hoje nós pais tivemos uma importante participação no processo que envolve a educação de nossos filhos, durante muito tempo achamos que a escola fosse e na verdade deveria ser uma extensão do que ensinamos em nossa casa. Dormimos e alguém percebeu que dormimos, está na hora de voltar e pegar o lugar de educadores que nos compete, mas pra lutar contra isso somente aprendendo como combater. Pais ajudando pais, famílias ajudando famílias... (Silvia, via Facebook, 19/06/2015)

Ao final do processo da votação do PME-Toledo, Silvia ainda refletiu em sua página pessoal

Hoje acordei pensativa. Foi sim uma vitória ontem na câmara de Vereadores, mas a nossa vitória não foi encima de pessoas, nossa luta não foi com preconceito, como fomos julgados até mesmo por pessoas que se intituam cristãos. Nossa luta foi para defender valores. Valores esses que nossa geração tem esquecido, guardado em nome de uma nova era. Agradeço hoje de coração meus pais pela educação que me deram, valores que nunca, jamais alguém vai me tirar. Não é fácil educar uma criança hoje, imagine se tivermos que disputar essa educação com pessoas que não nos conhece, e que não conhecemos e não sabemos quem são. Querem desconstruir os valores de um povo por causa de uma ideologia?????? Nos chamaram de radicais, e de cristãos fundamentalistas preconceituosos! Isso não é ofender? Ser feminina e ser macho hoje é privilégio de poucos, tem que ter coragem valores e caráter para repassar isso a uma criança. Não sou, nunca fui e nunca serei preconceituosa. Não faço nunca fiz e espero nunca fazer

distinção de pessoas independente de suas escolhas seja ela qual for... pretendo ir para o céu e por isso peço perdão todos os dias para Deus, se meus atos, palavras e atitudes de alguma forma prejudicou alguém! Se prejudicou peço perdão. A minha luta desde o início foi pelo direito de educar meus filhos. Não compete à escola nem tampouco ao estado, e nem a qualquer tipo de grupo. É, portanto, meu dever e obrigação educar meus filhos para Deus e para que saibam viver em sociedade. (Silvia, postagem realizada em 23/06/2015)

Na batalha espiritual esses atores entendem que a tomada de consciência deve ser seguida da ação prática e política, não podendo ficar apenas no discurso. Por isto mesmo, o PME como evento impulsionou o surgimento da ORDEM. Foi justamente naquele processo de embates de ordens distintas que ali se evidenciou que meus interlocutores confirmaram a necessidade de constituição de uma pessoa jurídica para representar sua moral no espaço público.

O processo eleitoral tem sido compreendido como importante ferramenta da manutenção da moral natural divina na política garantindo o que eles compreendem por processo democrático.

Próximas eleições em Toledo vamos fazer um trabalho de varredura!!! Só fica quem tiver ética e valores morais!! E vamos trabalhar para que isso aconteça!! (Silvia, via Facebook, 26/06/2015)

Aos Políticos Cristãos e aos Cristãos Políticos. Mesmo que você não tivesse que dar satisfação a ninguém dos seus atos, você ainda teria que ter no mínimo o compromisso com a verdade. Caso contrário em algum dos dois lugares você não estará fazendo a diferença! Não há como servir a dois senhores, ou agrada um ou desagradará o outro. Existem questões públicas que vão além de religião, o plano municipal de educação é uma delas, trata da educação DOS FILHOS DO BRASIL, independente de religião. A resposta do

povo fundamentalista preconceituoso e retrogrado, porque é assim que as pessoas que construíram o plano municipal de educação pensam, vai estar nas próximas eleições. Chega de gente que usa da boa-fé das pessoas para chegar ao poder. O poder deveria emanar do povo e vai! (Silvia, via Facebook, 14/06/2015)

A mobilização política e a pressão de cumprimento dos anseios desta parcela da população sobre os políticos, principalmente dos vereadores da cidade, segue ocorrendo. Devido a este posicionamento na esfera pública de defesa da moral cristã, próximo às eleições de 2018 a ORDEM distribuiu na cidade de Toledo panfletos para instruir os eleitores sobre quais são as qualidades de um bom político.

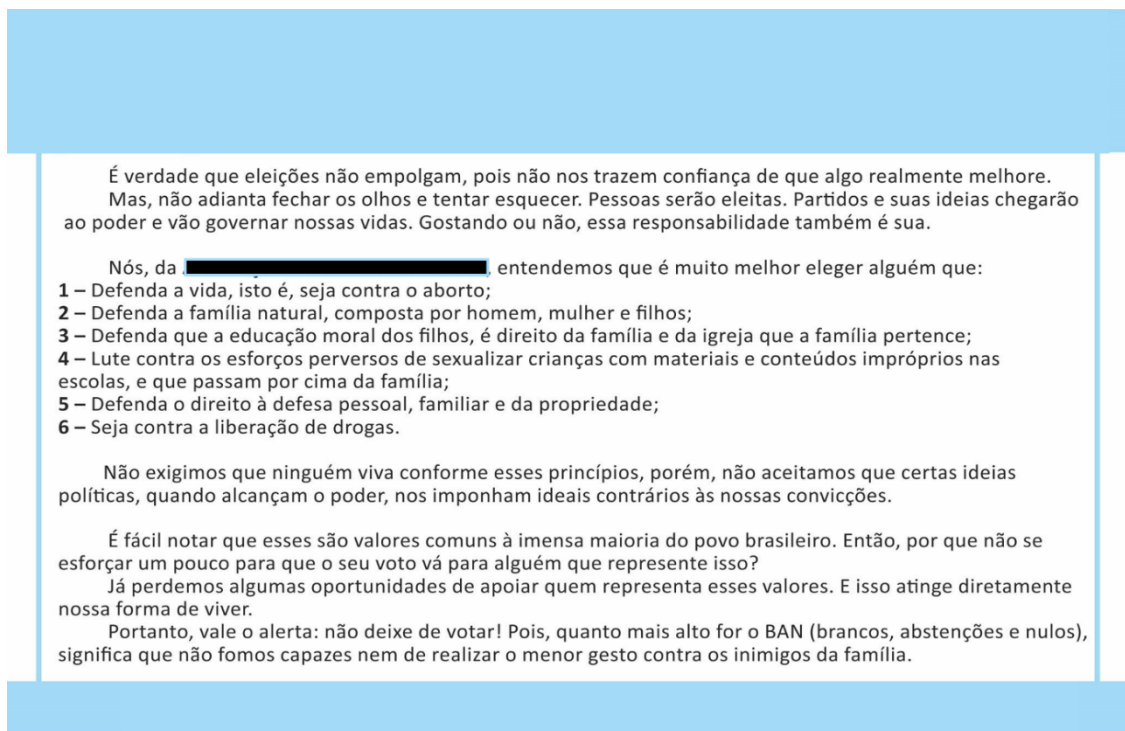


Figura 5: Banner sobre as qualidades de um bom político

Neste banner fica evidente que há a necessidade da busca por representação política da cosmologia por eles defendida. No entanto, para não serem compreendidos como fundamentalistas ou ditadores eles colocam que “não exigimos que ninguém viva conforme esses princípios”.

Eles compreendem assim que os políticos, em uma democracia representativa, devam reafirmar os valores da maioria os quais eles se sentem representantes e que deveriam ser mais representados politicamente, já que segundo Augusto “*o brasileiro é conservador*”.

A política assim como outras atividades humanas decorre naturalmente da moralidade. A política é expressão natural da moral, dos valores e dos costumes [vindos de Deus] (Augusto, entrevista do dia 08/12/2016)

Neste sentido, a ORDEM compreende e retoma a noção que Iris Young (2012) chama de o ideal do público cívico, reafirmado durante as sessões de votação do PME-Toledo. Através de um discurso de racionalidade e universalidade exclui-se do espaço público pessoas que estão simbolicamente relacionadas ao afeto. Desta maneira, na esfera pública ocorre a homogeneização dos indivíduos através dos padrões da maioria, realizando na prática a exclusão de cidadãos que não se enquadram nesses padrões. (YOUNG, 2012). Isto pode ser identificado na fala do Professor

Vivemos em uma democracia representativa, a política deve ser direcionada por essas crenças. O problema é o esquema do Estado Moderno, ele endossa algumas ideias progressistas. (Professor, entrevista do dia 29/03/2017)

Young (2012) critica esta compreensão sobre a política na esfera pública. A autora explica que ela é centrada no interesse próprio. Para os integrantes da ORDEM, não há a necessidade de ouvir as reivindicações de outros grupos ou minorias na política. A democracia não é compreendida como prática da pluralidade, mas reafirmação das exclusões já que deve seguir os padrões determinados por uma pretensa maioria. De maneira distinta, Young segue explicando que quando se exclui do espaço público debates e pessoas relacionadas à afetividade, compreendendo-as como minorias, reiteram-se os processos de opressão. Não compreendendo que

Em uma sociedade diferenciada por grupos sociais, profissões, posições políticas, diferenças de privilégio e opressão, regiões e assim por diante a percepção de qualquer coisa como um bem comum só pode ser resultado da interação pública que expressa particularidades em lugar de suspendê-las. (YOUNG, p. 197, 2012)

A ORDEM busca a ampliação política da representação do ideário cristão conservador que reitera o ideário da maioria. Isto converge com a noção de “onda conservadora”. Perguntei a um dos meus entrevistados a respeito desta onda. A resposta obtida foi que

A onda conservadora é uma reação a uma série de políticas progressistas e têm um aspecto positivo, que é o resgatar o sentido e a legitimidade das legendas conservadoras, liberais e de direita. Passando não mais a demonizá-las, mas conseguindo se aproximar delas. (Professor, entrevista realizada em 29/03/2017).

Na argumentação do professor fica claro que a deslegitimação das minorias não deve ser vista como posicionamento a ser evitado. Ao contrário, a reação visa justamente resgatar o direito e a legitimidade de fazê-lo.

Outro aspecto importante é que a onda conservadora é compreendida por ele como insuficiente, pois fica apenas no nível “intelectual”, na conversa, no ativismo de internet. Permanecer apenas no nível do discurso não cria instituições e não influencia o dia a dia dos cidadãos. De acordo com este entendimento o conservadorismo é o dia a dia, é uma forma de viver. Este é um problema fundamental, qual seja, uma falta de representatividade. Assim, a ideia de um espaço público secular como possibilidade democrática é contestada. O espaço público não deveria ser secular, mas direcionado pelas crenças, pela moral natural.

Sustentam por exemplo que as exclusões ocorridas no espaço público são preferíveis à igualdade, já que estas exclusões sustentam o modelo natural de sociedade. Desta maneira, a defesa das estruturas sociais da Idade média, da ordem estabelecida no antigo regime, confunde-se como o combate da igualdade legal.

Parecem aos conservadores ameaças às liberdades tanto do indivíduo como do grupo, liberdades que são inseparáveis da diferenciação

inata, da variedade e das diversas oportunidades que são tantas vezes o alvo do igualador (NISBET, 1987, p. 90-91)

São essas concepções de igualdade e liberdade que legitimam o embate contra as pautas progressistas no espaço público. Esta dissertação pretende demonstrar um exemplo disso, ao explorar a ofensiva contra a promoção da igualdade de gênero na escola. Esta pauta se estrutura a partir da perspectiva de combater desigualdades historicamente construídas e legitimadas. Sob o argumento de manutenção da ordem divina e da ordem social, pode-se compreender que a mobilização pública destes indivíduos combate políticas públicas que visam a promoção da igualdade social e a ampliação da cidadania, limitando assim a promoção da cidadania e da própria democracia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procurei analisar como a atuação política da ORDEM, a partir da defesa de um tipo de organização social específica, tem como consequência a limitação das noções democráticas e a manutenção de um sistema de privilégios que gera a subordinação e a exclusão de atores sociais que não vivenciam a organização social por eles defendida.

Para tal análise, utilizei da literatura das Ciências Sociais, em especial da Antropologia, no debate sobre religião e política, laicidade e laicização do espaço público, assim como das obras feministas e pós-estruturalistas. Alguns temas tocados ao longo do debate foram religião, espaço público e liberalização dos corpos. Procurei demonstrar, através da bibliografia, que este embate que analiso é reflexo de uma reação do avanço das pautas progressistas que ocorreram no Brasil e no mundo. Segundo Machado (2012) a partir da década de 1990 no Brasil houve transformações culturais, através da luta dos movimentos sociais, as quais influenciaram a produção de políticas públicas. No entanto, é a partir de 2010 que ocorre a reação à essas conquistas, acontecendo um reavivamento do ativismo religioso-conservador.

A partir desse cenário de embates procurei compreender as interpretações desses atores sobre o mundo. Partindo desse entendimento desenvolvi minha pesquisa de campo compreendendo os embates e reações que se desenvolvem globalmente a partir de um acontecimento local, na cidade de Toledo, que foi a atuação destes segmentos conservadores na votação do PME.

Para isso analisei no primeiro capítulo as sessões sobre o Plano Municipal de Educação de Toledo, considerando este momento como um evento, no qual ocorreu um embate entre ordens culturais distintas (SAHLINS, 1999). Neste evento as categorias família e gênero estavam em uma situação de reavaliação, ou seja, os significados dessas categorias estavam expostos há um processo de ressignificação ou de legitimação dependendo do que ali ocorresse.

Argumentei que os sentidos dados às categorias postas em reavaliação dependem do contexto histórico-social, influenciado por ideologias e pelas relações de poder. Desta maneira, a retirada dos termos gênero e diversidade social do PME cumprem funções ideológicas. Este processo revela a reiteração do modelo hegemônico de família e das relações de gênero que são estabelecidas através dela.

Analisando os discursos realizados durante as sessões procurei evidenciar uma certa visão dos atores conservadores e religiosos de que a inserção do debate nas escolas do município acarretaria em uma perturbação das significações hegemônicas burguesas dos conceitos família e gênero. Estes padrões são legitimados pela heterossexualidade compulsória e pela parentalidade euro-americana.

Com a análise do discurso sinalizei o acionamento de oposições entre ciência e religião, biológico e social, secularização e religiosidade, as quais permearam os discursos dos diversos atores ali envolvidos. Pode-se desta maneira identificar “as linhas de força e os enfrentamentos em torno de certas demandas da sociedade civil” (GOMES; NATIVIDADE; MENEZES, 2009, p. 189).

Ao mesmo tempo, a atuação política tanto dos movimentos sociais, dos atores religiosos e dos parlamentares, evidenciada no capítulo um apontam para o fato de que as defesas de representações no espaço público impactam nos processos democráticos. Afinal, a retirada das categorias gênero e diversidade sexual do PME foi um ato político o qual legitimou a reiteração de uma noção específica de família e das próprias noções sobre gênero e sexualidade. Ao recuperar o controle do currículo escolar e formalizar a exclusão do debate sobre diversidade, o resultado é em última instância uma restrição da ampliação dos direitos de cidadania e deslegitimação da vivência da sexualidade não heterossexual.

Seguindo as diretrizes do campo, no segundo capítulo da dissertação, notei que o surgimento da Ordem foi uma reação às discussões do PME. Através das idas aos cursos da ORDEM analisei a cosmologia desses atores e como esta impacta as relações sociais no espaço público. Através das discussões a que tive acesso nas reuniões, nos documentos oficiais, nas entrevistas e nas páginas de Facebook desenvolvi uma espécie de cosmologia desse grupo - o que me levou a compreender suas bandeiras e atividades em disputas no espaço público.

Durante o capítulo dois pude detalhar que esta instituição é formada por atores que se autodenominam conservadores, os quais compreendem que a Revolução Francesa inaugurou o processo de revolução cultural que visa a destruição da obra de Deus. Apontei que para eles a história seria a-histórica, a qual seria um contínuo que garantiria um horizonte de expectativas (GAHYVA, 2017). Deste modo, a partir do rompimento com a antiga ordem, houve uma ruptura que meus interlocutores

compreendem como tendo um fim específico: o rompimento com a ordem natural-divina com o objetivo de atacar a família.

Essa leitura da história, permite entender os embates travados durante o PME-Toledo, quando as categorias gênero e família estiveram em disputa. Através da sua cosmologia explicitarei como pensam a estrutura social centrada no biológico, na qual homens e mulheres são natural e divinamente desiguais cumprindo, portanto, papéis diferenciados. Neste ponto, ficou claro o entrelaçamento deste sistema de ideias com as posições públicas defendidas por vários vereadores ao longo das audiências que foram analisadas no primeiro capítulo. Ao cumprir seus papéis, os indivíduos mantêm a ordem natural, baseada na moral e nos valores cristãos. Por fim, isto resultaria na manutenção da ordem da sociedade atual.

Como explicitarei, estas noções ficam evidentes nos objetivos imutáveis do estatuto da ORDEM (ANEXO I):

- a) Defender a vida em todas as suas fases, desde o primeiro momento de sua concepção até à morte natural;
- b) Defender o reconhecimento e promoção da estrutura **natural** da família como união entre **um homem e uma mulher**;
- c) Defender o direito dos pais de educar os próprios filhos.

Através de sua cosmovisão, estes agentes mobilizam no espaço público um debate centrado na defesa dos padrões compreendidos por eles como duradouros e os únicos capazes de constituir um cidadão e uma sociedade harmônica. Eles compreendem que outros entendimentos sobre família e gênero não devem ser discutidos no espaço público e que estas noções deveriam se limitar ao âmbito familiar. Esta separação entre o que seria tarefa da família e da escola termina por deslegitimar a política educacional de promoção da igualdade e da diversidade a partir da oposição ao debate científico que toma essas noções como construções sociais.

A ORDEM se coloca em vigilância ao cumprimento do PME. Se por um lado nas reuniões há uma explicitação da cosmologia e do entendimento de mundo destas pessoas, esses encontros também são locais para a defesa de que a escola não deve debater gênero como construção social, limitando-se apenas ao sentido biológico do sexo. A deslegitimação dos debates de gênero se realiza a partir da acusação de que estes teriam fins ideológicos, que visariam em última instância a destruição da família tradicional.

Há nessa cosmovisão o entendimento de que, embora a democracia não seja o regime ideal, nela deveriam estar garantidos os preceitos naturais por eles defendidos. Neste ponto, as ideias de maioria e minoria se cruzam para consolidar um modelo democrático que se preocupa com o majoritário em detrimento e reafirmação das exclusões de pessoas simbolicamente ligadas aos afetos, que são destinadas à esfera privada. Percebem, a partir dos debates do PME, o espaço público como uma arena importante para salvaguardar sua cosmovisão a partir da disputa política. Neste sentido, para eles, o espaço público não deveria ser secular, mas direcionado pelas suas próprias crenças e pela moral natural.

O embate político mobilizado por eles visa defender a sua cosmovisão no espaço público. A exclusão de grupos de pessoas – minorias - de seus direitos de cidadania é interpretada como natural e seguindo preceitos divinos. A defesa da manutenção da ordem natural resulta na exclusão e na limitação da democracia, já que esta não garante a todos os cidadãos os direitos de cidadania nem sua ampliação.

A atuação política desses atores e da retomada da mobilização dos agentes religiosos no espaço público demonstra o combate ao estado laico. A partir daí, procurei apontar que a defesa de sua cosmologia gera uma limitação às noções democráticas ao reiterar exclusões e buscar restringir o acesso aos direitos de cidadania. Afinal, a partir dessas mobilizações as agendas que reivindicam avanços nos direitos de minorias tais como LGBTs, negros e mulheres, esbarram na atuação e na reivindicação da conservação e manutenção das normas. Em última instância, compreendi e procurei evidenciar que estes embates bloqueiam o aprofundamento e ampliação da vivência democrática para esses grupos no nosso país.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, UFMG, n. 10, p. 3-15, dez. 1989. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n10/n10a03.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros nacionais do Ensino Médio, parte I**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 2000.

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014

BURKE, E. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDIN, Eric et al. As mutações do capitalismo e as práticas pedagógicas: um estudo das correlações do sistema econômico e educacional. In: **Revista Pleiade**. Foz do Iguaçu: Uniamérica, vol. 1, n.º 2, p. 53-66, jul./dez. 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, p. 17-35, 2000.

CARMO, Ricardo Miguel do. A forma das margens no espaço urbano. **Fórum Sociológico**, nº 7/6, p. 103-126

Catecismo da Igreja Católica. Rio de Janeiro, Editora Vozes. 1993.

Censo demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana Augusta Alves Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?. **LAPLAGE EM REVISTA**, v. 4, p. 50-66, 2018.

COUTO, Cláudio Gonçalves. OLIGARQUIA E PROCESSOS DE OLIGARQUIZAÇÃO: O APORTE DE MICHELS À ANÁLISE POLÍTICA CONTEMPORÂNEA. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 47-62, nov. 2012

DAMATTA, Roberto O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (p 23-35).

DIAS DUARTE, Luiz Fernando. Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da Presidente da República. **RELIGIÃO E SOCIEDADE**, v. 37, p. 145-166, 2017.

_____. Horizontes do Indivíduo e da Ética no Crepúsculo da Família. In: Ribeiro, Y. e Ribeiro, A.C. (orgs.). (Org.). **Família e Sociedade Brasileira: Desafios nos Processos Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1995

Emmerick, Rulian. **Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia**. Rio de Janeiro. 2007, 199p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horacio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cad. Pagu** no.50 Campinas 2017 Epub 26-Jun-2017

FONSÊCA, Agripino José Freire da. Análise de Discurso: do objeto, do objetivo e do método - Breves considerações para principiantes. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade** - Igarapé, v. 3, p. 372-389, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber (Vol. 1)**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GAHYVA, HELGA. Notas sobre o conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. **POLÍTICA & SOCIEDADE**, v. 16, p. 299-320, 2017

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **A interpretação das culturas**. 1ª ed., 13ª reimpr. Rio de Janeiro: LTC, p. 3-21, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOLDMAN, Márcio. “Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropología e política e, Ilheús, Bahia”. **Revista de Antropologia**, v.46, N.2, São Paulo 2003.

GOMES, Edlaine; NATIVIDADE, Marcelo; MENEZES, Rachel Aisengart. Parceria civil, aborto e eutanásia: Controvérsias em torno da tramitação de projetos de lei. In: GOMES, Edlaine Campos (org.). **Dinâmicas contemporâneas do fenômeno religioso na sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Idéias & Letras. 2009. p. 187 – 229.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. “Gênero, Sexualidade e Saúde”. In: **Saúde, Sexualidade e Reprodução** - compartilhando responsabilidades. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 101-110.

LACQUER, Tomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Tradução Marcos Flamínio Peres; revisão técnica Marcos de Castro. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2006.

LUNA, Naara. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, nº 14, ago 2014, pp.83-109.

MACHADO, Lia Zanotta Os novos contextos e os novos termos do debate contemporâneo sobre o aborto. Entre as questões de gênero e os efeitos das narrativas biológicas, jurídicas e religiosas. **Série Antropologia**, v. 419, p. 1-32, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015

Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, vol.32, n. 2, Rio de Janeiro, 2012

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MARIZ, Cecília. A teologia da batalha espiritual: uma revisão da bibliografia”. **Revista ANPOCS**. Rio de Janeiro, n. 47, p. 33-48, 1999.

MEURER, J. L.; DELLAGNELO, A. C. K. **Introdução à Análise do Discurso**. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático). Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/analiseDoDiscurso/asset/s/495/Texto_base_AnalisadoDiscurso.pdf

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

MINTZ, Sidney W.. **Cultura: uma visão antropológica**. Tempo [online]. 2010, vol.14, n.28, pp.223-237

NISBET, R. **O Conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

MUNICÍPIO DE TOLEDO. **Regimento interno da Câmara Municipal de Toledo**. Toledo, 1990. Disponível em: <http://www.eprefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/CMToledo/legislacao/reginter.htm>

NADER, Laura. Ethnography as theory. **Jornal of Ethnographic Theory**. vol. 1, n. 1, p. 211-219, 2011.

NETO, Rubens Mascarenhas; ZANOLI, Vinícius. Escola, política, família e religião: disputas em torno da chamada “ideologia de gênero”. **Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia / Associação Brasileira de Antropologia**. Vol.2, n.2, junho de 2016. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2001.

PARMIGIANI, Jacqueline; DOMBROWSKI, Osmir. O Alfabetismo Sociológico: uma contribuição para o debate sobre o ensino de sociologia. In: **Tempo da Ciência** (UNIOESTE), v. 20, 2013, p. 124-133.

PEIRANO, Mariza. "Etnografia, ou a teoria vivida". **PontoUrbe**, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo**. Recife: SOS corpo, mimeo, 1993.

SAVIANI, Dermeval. Sistema de ensino e plano de educação: O âmbito dos municípios. **Educação e Sociedade**, ano XX, nº 69, Dezembro/1999

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999

SARTI, Cintya Andersen. A família como ordem simbólica. In: **Psicologia USP**, São Paulo, vol 15 nº 3, 2004

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de Pais, Necessidade de Mães. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, vol 3 nº 2, 1995.

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. Dominação e reprodução na escola: visão de pierre bourdieu. VIII Congresso Nacional de Educação e III Congresso Ibero-Americano sobre Violência nas Escolas. Curitiba 2008, Curitiba. Anais do **VIII Congresso Nacional de Educação e III Congresso Ibero-Americano sobre Violência nas Escolas**. Curitiba: Champagnat, 2008. p. 12002-12009.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**. 11 | 2012. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/300>

VARES, Sidnei Ferreira de. **A formação do cidadão republicano: sociologismo, individualismo e educação moral em Émile Durkheim**. Tese de Doutorado em Educação Programa de Pós-Graduação em Educação. USP. 2013.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

VICENTE DA SILVA, ANDREIA. Disputas, compartilhamentos e exclusões rituais num cemitério público brasileiro. In: **Estudos de Religião**, v. 32, n. 2 P.p. 235-263 • maio-ago. 2018

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Trad. Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, UNB, n.º 9, p. 169-204, set./dez. 2012.

ANEXOS

ANEXO I – ESTATUTO DA ORDEM

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CARÁTER, DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º - Com a denominação de ORDEM, é criada uma associação civil, de fins não econômicos, fundada em 30 de novembro de 2015, regendo-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º - A duração da entidade é por tempo indeterminado.

Art. 3º - A entidade tem sede provisória

Art. 4º - Fica eleito o foro da Comarca de Toledo, para dirimir quaisquer assuntos relacionados à entidade.

CAPÍTULO II

FINALIDADES

Art. 5º - Constituem objetivos imutáveis da:

- a) Defender a vida em todas as suas fases, desde o primeiro momento de sua concepção até à morte natural;
- b) Defender o reconhecimento e promoção da estrutura natural da família como união entre um homem e uma mulher;
- c) Defender o direito dos pais de educar os próprios filhos.

Art. 6º - Constituem outros objetivos e finalidades da:

- a) Promover estudos, pesquisas, cursos, conferências, seminários, congressos, publicações, convênios, parcerias, contratos com entidades públicas ou privadas e por outras atividades que visem o atendimento de sua finalidade, bem como

assessoramento jurídico/administrativo no desenvolvimento das atividades e/ou necessidades a que se propõe a mesma;

b) Discutir e encaminhar propostas de políticas sociais e políticas públicas em favor da família nos âmbitos municipal, estadual e federal;

c) Promover amplo diálogo com os diversos setores políticos, econômicos e sociais;

d) Favorecer estruturas e regras de funcionamento da sociedade civil que respeitem: o primado da pessoa diante do Estado; a defesa da família; a liberdade de educação; a liberdade religiosa, e os princípios de solidariedade e subsidiariedade;

e) Promover e orientar outras iniciativas que expressem solidariedade, acolhimento, partilha, hospitalidade visando o bem da família e o cuidado com os membros mais frágeis da mesma;

f) Desenvolver e incrementar uma visão cultural que conceba a família como uma instituição, titular de direitos e deveres, enquanto grupo familiar, que, constitui-se num recurso para a pessoa e a sociedade;

g) Oferecer às famílias, elementos de capacitação, à luz da ética cristã e do saber humano, por meio de embasamento teórico e prático, orientado para a descoberta da própria dignidade, da inviolabilidade da vida desde a concepção até a morte natural, do valor do próximo, da família e da importância do serviço mútuo da caridade, bem como, para uma ação missionária, organizada, solidária, transformadora da sociedade e balizadora dos meios de comunicação;

h) Estimular a inserção dos associados da nos organismos intermediários da sociedade, como forma de consolidar os princípios e valores éticos, característicos do relacionamento familiar e fundamentais para o convívio social saudável e construtivo, bem como para o exercício da cidadania.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I

DO QUADRO ASSOCIATIVO

Art. 7º - O quadro associativo da é constituído pelas seguintes categorias de associados:

- a) Fundadores: Aqueles que participaram da primeira Assembléia Geral de constituição da entidade e assinaram a respectiva ata. Estes têm direito a voto e podem ser votados e devem ser contribuintes;
- b) Contribuintes: Pessoas maiores de 16 anos, devidamente cadastradas, que contribuem com a de forma mensal, semestral ou anual em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da, firmando termo de adesão de associado;
- c) Beneméritos: Pessoas maiores de 16 anos, que, a juízo da Diretoria, prestam relevantes serviços à, não tendo direito a voto e não podendo ser votados, salvo se forem também associados contribuintes;
- d) Correspondentes: Aqueles que prestam colaboração com a, e residem em outros pontos do território nacional ou em outro país, não tem direito a voto e não podem ser votados, salvo se forem associados contribuintes;
- e) Honorários: Personalidades nacionais ou estrangeiras que tenham prestado relevantes serviços para a causa da ou tenham concorrido, de maneira apreciável, para o progresso da humanidade na esfera familiar, e assim, se fizeram credores dessa homenagem, apontados por proposta da Diretoria em Assembléia Geral, não tendo direito a voto e não podendo ser votados, salvo se forem também associados contribuintes;
- f) Associado não contribuinte: Pessoas maiores de 16 anos devidamente cadastrados, que não colaboram financeiramente com a, mas mediante manifestação de vontade contribuem para a execução dos objetivos da, firmando termo de adesão de associados, não têm direito a voto e não podem ser votados.

Art. 8º - A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida ao Presidente da entidade, não podendo ser negada, desde que o mesmo esteja com seus compromissos quitados ou mediante deliberação da Diretoria.

Art. 9º - Constituem motivos para exclusão do associado a inobservância dos seus deveres de ordem moral, social e estatutária.

Art. 10 - A exclusão será aplicada ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, depois de o infrator ter sido notificado por escrito. Esta se dará pela Diretoria, após deliberação dos componentes da Assembléia Extraordinária que

deverá ser composta necessariamente por 2/3 dos que compõe a Diretoria e por 2/3 dos associados.

§ 1º - O sócio atingido poderá recorrerá Assembleia Extraordinária até o prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação, e não o fazendo estará automaticamente excluído da.

§ 2º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembléia Extraordinária, na qual, o assunto será incluído na ordem do dia do respectivo Edital de Convocação.

Art. 11 - O desligamento do associado se dará por morte, por incapacidade civil, ou ainda por dissolução da entidade.

Art. 12 - A demissão, desligamento ou a exclusão se tornará efetiva mediante termo lavrado no livro (ou ficha de matrícula) assinado pelo Presidente da entidade e pelo associado ou na falta ou recusa de assinatura do mesmo, por duas testemunhas.

SEÇÃO II

DOS DEVERES DO ASSOCIADO

Art. 13 - São deveres do associado:

- a) Cooperar para o desenvolvimento, incremento e expansão das atividades da e para prestígio da Entidade;
- b) Respeitar e cumprir as decisões das Assembleias, o Estatuto, o Regimento Interno e as determinações da Diretoria;
- c) Executar eficientemente e nos prazos previstos, os trabalhos, pesquisas e outras atividades que lhe forem atribuídas ou confiadas;
- d) Pagar as contribuições na forma em que forem fixadas pela Diretoria e Regimento Interno;
- e) Comparecer às Assembleias;
- f) Zelar pelos interesses da Entidade, prestando-lhe serviços voluntários que contribuam para o seu bom funcionamento.

SEÇÃO III

DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 14 - São direitos assegurados aos associados contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

- a) Participar das Assembleias, discutir, votar e ser votado para os cargos da Diretoria e do Conselho Consultivo;
- b) Propor candidatos à eleição de membros do Conselho Consultivo e da Diretoria da,
- c) Requerer à Diretoria convocação de Assembleia Extraordinária, justificando convenientemente e por escrito o pedido;
- d) Apresentar à ideias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;
- e) Participar de todos os eventos organizados pela .

§ Único - Os associados contribuintes, quando funcionários da , cedidos ou com vínculo indireto, não poderão votar nem ser votados, nem convocar Assembleia Extraordinária.

CAPÍTULO IV DA CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 15 - São órgãos da Administração:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Consultivo.

CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 16 - A Assembleia Geral, órgão soberano da associação, será formada pelos associados que estejam com suas mensalidades em dia, até cinco dias úteis antes da data da realização da Assembléia.

- a) Ordinariamente, uma vez por ano, no mês de outubro, para deliberar sobre o relatório de atividades da associação, sobre a prestação de contas da Diretoria relativa ao exercício imediatamente anterior;

- b) Extraordinariamente, por convocação da Diretoria ou por 1/5 (um quinto) dos associados, limitando-se em tais casos, estritamente aos debates e deliberações, pertinentes à matéria inserida na ordem do dia, objeto da convocação;
- c) Poderá convocar uma Assembleia Extraordinária, para apresentar sua defesa, o sócio que estiver em processo de exclusão, de acordo com o artigo 10, parag. 1º.

Art. 17 - Compete a Assembleia Geral:

- a) Eleger, empossar ou destituir os membros da Diretoria e do Conselho Consultivo da entidade;
- b) Aprovar as contas apresentadas pelo Presidente, referente ao exercício findo;
- c) Resolver os casos omissos neste Estatuto;
- d) Resolver as questões suscitadas pelos associados e os assuntos em pauta;
- e) Extinguir o presente Estatuto, bem como consequentemente a de acordo com o Art. 50;
- f) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- g) Aprovar o regimento interno da associação.

Art. 18 - As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão comunicadas aos associados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias por meio de carta, convocação eletrônica ou edital de convocação.

Art. 19 - A Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária realizar-se-á em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos associados e em segunda convocação, com 1/3 (um terço) dos associados e com aprovação por 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

§ Único - A Assembleia Geral instalar-se-á em segunda convocação meia hora depois da hora marcada para a primeira convocação.

Art. 20 - Para destituir os Administradores ou alterar o Estatuto é exigido o voto concorde da maioria absoluta dos associados contribuintes, dentro de uma Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária. Não havendo quórum, pela maioria absoluta dos associados contribuintes presentes.

Art. 21 - Nas Assembleias serão lavradas Atas pelo Secretário e assinadas por este e pelo Presidente, em livro próprio, ou Ata Digital e os demais participantes em lista de presença.

CAPÍTULO VI DA DIRETORIA EXECUTIVA

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 22 - A Diretoria será eleita a cada 03 (três) anos e será composta por oito membros:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Primeiro Secretário;
- d) Segundo Secretário;
- e) Tesoureiro.

§ Único - Ocorrendo vacância na Diretoria será a mesma preenchida por designação da Diretoria no que se refere à parte restante do mandato.

Art. 23 - A Diretoria exerce seu mandato até a posse da nova diretoria mesmo que vencido o seu prazo, não podendo este ultrapassar a noventa dias.

Art. 24 - Ao Diretor, eleito pela Assembleia Geral para o mandato de três anos, será admitido no máximo uma reeleição.

SEÇÃO II COMPETÊNCIA DA DIRETORIA

Art. 25 - Compete à Diretoria:

- a) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos, bem como os regulamentos que forem expedidos para o cumprimento dos objetivos da entidade;

- b) Administrar a entidade, para o que fica investida dos poderes ordinários de administração;
- c) Apresentar o relatório e prestação de contas de sua gestão à Assembleia Geral;
- d) Elaborar o Regimento Interno da;
- e) Organizar e apurar as eleições;
- f) Nomear assessores para as várias atividades a que se destina a entidade;
- g) Deliberar a admissão dos novos associados;
- h) Deliberar sobre casos administrativos omissos neste Estatuto.

SEÇÃO III

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Art. 26 - Ao PRESIDENTE compete:

- a) Representar a entidade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, constituindo quando necessário, advogados, procuradores ou representantes;
- b) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- c) Acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas no âmbito da Associação;
- d) Convocar, abrir, presidir e encerrar as reuniões da diretoria, exercendo o voto de qualidade, quando ocorrer empate nas votações;
- e) Convocar Assembleias Gerais;
- f) Assinar com a Secretária as Atas e todas as correspondências da entidade;
- g) Abrir, movimentar, endossar, receber, dar quitação, assinar cheques, recibos, títulos, encerrar contas bancárias em conjunto com o tesoureiro, assinar os balancetes, bem como todos os documentos que são próprios do cargo, ordem de pagamento, termo de abertura de conta bancária, livros e encerramentos de livros e talões;
- h) Autorizar pagamento de todas as despesas da entidade;
- i) Vetar qualquer ato dos membros da entidade que não estejam de acordo com o Estatuto;
- j) Apresentar à Assembleia Geral o relatório anual sobre as atividades da entidade acompanhadas do balanço previamente aprovado pelo Tesoureiro;

Art. 27 - Ao VICE-PRESIDENTE compete:

a) Substituir o Presidente nas suas faltas e/ou impedimentos observando a competência deste e auxiliá-lo nas suas atribuições.

Art. 28 - Ao PRIMEIRO SECRETÁRIO compete:

- a) Ler em sessão, a ata, expediente e as cédulas apuradas das eleições quando for o caso;
- b) Remeter ao Presidente, tudo que tiver resolvido em Assembléia Geral para a devida execução;
- c) Receber, responder e expedir as correspondências da entidade, registrando-as em livro próprio, com aval do Presidente;
- d) Lavrar as atas das reuniões e Assembleias;
- e) Encarregar-se das correspondências sociais e manter atualizados os arquivos da Sociedade;
- f) Redigir circulares, questionários de pesquisas e relatórios, organizar e manter atualizadas as fichas dos associados.

Art. 29 - Ao SEGUNDO SECRETÁRIO compete:

- a) Substituir o Primeiro Secretário nas suas faltas e/ou impedimentos observando a competência deste e auxiliá-lo nas suas atribuições.

Art. 30 - Ao TESOUREIRO compete:

- a) Efetuar pagamento mediante recibo, quando devidamente autorizado pelo Presidente;
- b) Manter sobre sua guarda e responsabilidade o dinheiro, valores, títulos e escritos pertencentes a esta entidade;
- c) Manter em livro o movimento financeiro da entidade;
- d) Encerrar o ano financeiro da entidade até o último dia do mês de dezembro de cada ano;
- e) Abrir, movimentar, endossar, pagar, assinar cheques, recibos, títulos, encerrar contas bancárias juntamente com o Presidente, fornecendo à Diretoria todo o andamento;
- f) Arrecadar as mensalidades dos associados e outras contribuições;
- g) Arquivar notas de despesas, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos à Sociedade, apresentando para elaboração de escritura contábil;

h) Apresentar à diretoria trimestralmente, balancete do trimestre anterior, acompanhado dos respectivos comprovantes das despesas e dos saldos em caixa ou banco.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 31 - O Conselho Consultivo será composto de 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral dos associados ou em Assembléia Extraordinária convocada para essa finalidade, com mandato de 03 (três) anos.

§ 1º - Os membros da Diretoria não poderão ser eleitos cumulativamente para o Conselho Consultivo;

§ 2º - A convocação da reunião do Conselho Consultivo deverá ser feita pelo Presidente com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 32 - Compete ao Conselho Consultivo:

- a) Apresentar parecer sobre temas que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- b) Aconselhar a Diretoria em casos específicos submetidos à sua apreciação, quando houver situações divergentes dentro da Associação;
- c) Apresentar parecer sobre casos omissos deste Estatuto.

CAPÍTULO VIII

DAS ELEIÇÕES

Art. 33 - A eleição para a Diretoria e Conselho Consultivo, será realizada através de voto aberto, exclusivo aos associados contribuintes presentes na Assembleia Geral, que estejam em dia com suas anuidades.

§ Único - Na ocasião da Assembléia Geral de eleição, será também a de posse da nova Diretoria.

Art. 34 - Os candidatos deverão registrar-se em chapa completa, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, mediante requerimento assinado por 03 (três) candidatos figurantes na mesma.

Art. 35 - No dia do registro, todos os candidatos da chapa devem estar em dia com as suas anuidades para que a chapa possa ser registrada.

Art. 36 - Reunidos os associados em Assembléia, proceder-se-á a leitura da Ata da Seção anterior. Em seguida, o Presidente pedirá que a mesa designe dois escrutinadores. O Primeiro Secretário da entidade, por ordem do Presidente, fará a chamada pelo livro de presença e dará início a votação.

Art. 37 - A votação será aberta e não será permitido o uso de procuração no exercício do voto. Só poderão votar os membros que assinaram a lista de presença da Assembléia, e que estejam em dia com sua anuidade.

- a) Qualquer denúncia que for suscitada na votação deverá ser imediatamente resolvida pela diretoria;
- b) Após a apuração da eleição, o Presidente proclamará os eleitos e ordenará que o Secretário lavre a Ata de Eleição e Posse;
- c) No caso de renúncia ou falecimento de qualquer membro da Diretoria, antes da posse no cargo para o qual foi eleita, a Diretoria indicará o substituto para preenchimento do cargo no prazo de até 10 (dez) dias.

CAPÍTULO IX DO PATRIMÔNIO

Art. 38 - O Patrimônio da constitui-se de:

- a) Bens móveis e imóveis que venham a ser adquiridos;
- b) Contribuições espontâneas;
- c) Saldos verificados em seus balancetes e balanço;
- d) Qualquer renda, que não esteja especificada.

CAPÍTULO X FONTES DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO

Art. 39 - Os recursos econômicos e financeiros da são provenientes de:

- a) Anuidades dos associados contribuintes;

- b) Rendas ou rendimentos de seus bens e serviços;
- c) Auxílios, subvenções e doações de pessoas físicas e/ou jurídicas devidamente especificadas.

§ Único - O Patrimônio pode ser aumentado por todos os títulos legítimos de aquisição e posse.

Art. 40 - Anualmente, em 31 (trinta e um) de dezembro, será encerrado o Balanço Patrimonial, acompanhado das respectivas demonstrações contábeis financeiras da entidade.

Art. 41 - A entidade manterá a escrituração de suas receitas, despesas, desembolsos, em livros revestidos de todas as formalidades legais vigentes no país, que assegurem a sua exatidão e de acordo com as exigências específicas do direito.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - Qualquer proposta para alteração do presente Estatuto deverá ser apresentada em Assembleia Geral, ou Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim.

Art. 43 - A aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional, na manutenção de seu patrimônio e desenvolvimento dos seus objetivos.

Art. 44 - As disposições do presente estatuto poderão ser complementadas por meio de Regimento Interno, Regulamento, Resoluções e Instruções elaboradas pela Diretoria.

Art. 45 - A só será extinta pelo voto da maioria absoluta da totalidade dos associados presentes, em Assembleia Geral, ou Extraordinária, especialmente convocada para este fim, que destinará o patrimônio da entidade, para entidades beneficentes a serem escolhidas no ato.

Art. 46 - Os associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 47 - As taxas de contribuições serão fixadas pela Assembléia Geral.

Art. 48 -O Presente deverá ser registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Toledo (PR), 30 de novembro de 2015.

Presidente

Vice-Presidente

Primeiro Secretário

Segundo-Secretário

Tesoureiro

ANEXO II - OFÍCIO N. 01/2016 DA ORDEM

Ofício n. 01/2016 –

Toledo, 23 de abril de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor

TIAGO TREVISOLI JUSTO

Promotor titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Toledo – PR.

Assunto: Ofício n. 010/2016 – CME (Conselho Municipal de Educação)

Excelentíssimo Senhor,

A ORDEM, que, conforme previsão estatutária consignada em seu artigo 5º, “d” (doc. 1), tem como objetivo imutável “*defender o direito dos pais de educar os próprios filhos*”, vem através do presente, manifestar-se a respeito do Ofício n. 010/2016 do Conselho Municipal de Educação datado de 07 de abril do corrente ano e endereçado a esta egrégia promotoria.

A relevância das atribuições e das competências que os diversos diplomas legais – longamente detalhados no Ofício em comento - conferem ao Conselho Municipal de Educação são inquestionáveis. Parece-nos, contudo, que enquanto “*órgão colegiado representativo da comunidade, integrante do Sistema Municipal de Ensino*” e como “*mediador entre a sociedade civil e o Poder Público municipal, na discussão, elaboração e implementação das políticas municipais de educação*”³⁴, o Conselho Municipal de Educação descurou de seu mister, vez que o que intenta com o Ofício n. 010/2016 destoia e afronta o que pensa e deseja a comunidade, a sociedade civil.

O que pensa e deseja, diga-se, a sociedade civil, a comunidade, expressou-se de forma incisiva na votação do Plano Municipal de Educação, através das Emendas

³⁴ Art. 1º do Decreto Nº 375, de 6 de agosto de 2010, que homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Toledo.

Modificativas que suprimiram de seu bojo os *leitmotivs* clássicos da ambígua “teoria de gênero”³⁵: “identidade de gênero” e “orientação sexual”.

Observa-se que mesmo durante a elaboração do Plano Municipal de Educação inexisteu adequada “comunicação” entre o Conselho Municipal de Educação e a comunidade, mas unicamente, e é bom que fique consignado, entre o Conselho Municipal de Educação, a Secretaria de Educação e os chamados “coletivos” que atuam na defesa de interesses que nem de longe refletem o sentir de toda a comunidade. Este sentir da comunidade somente tomou forma nas proximidades da votação do PME pelo Poder Legislativo, tendo havido ampla mobilização de pais e mães de família, prudentemente receosos com a inserção, no ambiente escolar de seus filhos, de temáticas estranhas às ensinadas no recesso de seus lares.

Ao atender os clamores da comunidade, em uma das reuniões legislativas mais concorridas de que se tem notícia, retirando do Plano Municipal de Educação os tópicos referentes à “teoria de gênero”, não incorreram em erro os edis de Toledo. Ao contrário, apenas compreenderam como sabiamente ensinou HELY LOPES MEIRELLES em sua clássica obra “Direito municipal brasileiro”, que “*o município é a*

³⁵ Sobre a politização do vocábulo “gênero”, prelecionada o jurista argentino JORGE SCALA: “A mal chamada “teoria” – “enfoque”, “olhar”, etc. – de “gênero” é, na realidade uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, posto que – ao impor-se, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, simultaneamente acabaria com a sociedade. Ademais disso, é a mais sutil, porque não busca impor-se pela força das armas – como, por exemplo, o marxismo -, mas utilizando a propaganda para mudar as mentes, sem aparente derramamento de sangue. Sem embargo, esta como todas as demais ideologias – em seu devido tempo -, desaparecerá sem deixar rastros, precisamente por sua falsidade intrínseca. Obviamente, deixará um tendal de vítimas, pessoas e sociedades frustradas e infelizes. (...) Como toda ideologia, não busca a verdade nem o bem dos demais, mas somente a conquista de suas vontades, para utilizá-las com um fim espúrio. Portanto, a ideologia de gênero é necessariamente ambígua. Utiliza o engano como meio imprescindível para alcançar sua finalidade. A razão é óbvia: quem pretende utilizar os demais em seu proveito, não pode dizê-lo abertamente. O ideólogo utiliza o engano como uma ferramenta diária de trabalho, de modo semelhante ao uso que lhe dá um pedreiro aos tijolos, a massa e a colher. Este corpo ideológico, por suas limitações intelectuais, não poderia tencionar sair de pequenos círculos esotéricos, se não fosse pela manipulação da linguagem, utilizada para fazer uma verdadeira lavagem cerebral, ao estilo sectário, mas com dimensões globais. Está tática se aplica em um movimento de pinças, utilizando para isso os meios de propaganda, e o sistema educativo formal. A estratégia tem três etapas: a) A primeira consiste em utilizar uma palavra da linguagem comum, alterando-lhe, furtivamente, o conteúdo; b) logo, se vai “bombardeando” a opinião pública, através dos meios de educação formais (a escola) e informais (meios de massas). Nesses meios é usado o velho vocábulo, mas se dirigindo progressivamente para o novo significado do mesmo e, c) finalmente a comunidade aceita o termo antigo, com o novo conteúdo”. SCALA, Jorge. **Ideologia de Género o género como herramienta de poder**. Buenos Aires: Ediciones Logos, pp. 7-9. (Sublinhado nosso)

entidade estatal que se encontra mais próxima da comunidade e em contato direto com seus membros, sendo, por isso, a indicada para promover o ensino primário, como um prolongamento do lar, uma extensão da família, uma educação doméstica³⁶.

Portanto, não assiste razão ao Conselho Municipal de Educação quando diz que *“houve descaso”* por parte da Câmara Municipal, e menos ainda quando conclui que *“a decisão do Legislativo foi à revelia, e que, não levaram em consideração o princípio da escola pública e democrática”* (Ata n. 04 de 01 de abril de 2016 – reunião extraordinária – linhas 41, 95-96 – p.1-2, respectivamente – doc. 2).

Inconsistente, também, o argumento dos conselheiros de que a retirada da temática de gênero contraria, entre outros diplomas legais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao que tudo indica, olvidaram-se os argutos conselheiros, que a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos prescreve em seu artigo XXVI, 3 que *“os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos”*.

Aqui está o ponto nevrálgico da questão: quando o Decreto n. 373/2010 confere ao Conselho Municipal de Educação a competência para *“fixar normas para a Educação Infantil e o Ensino fundamental”* e *“para a elaboração da proposta pedagógica e do currículo dos estabelecimentos de ensino”* (Art. 5º, I e “a”, respectivamente), não está com isso a dizer que o Conselho Municipal de Educação possui carta branca para inserir nos currículos e nas propostas pedagógicas o conteúdo que lhe apeteça, pois, esbarra em um limite intransponível: *“os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos”*.

Esta regra prevista na Declaração Universal de Direitos Humanos encontra respaldo em um postulado básico de direito natural, tal como preleciona o jurista espanhol FRANCISCO PUY, segundo o qual *“a educação é uma função que compete*

³⁶ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro, 16 ed., São Paulo: Malheiros, 2006, p. 460.

*primeira e principalmente à família, ou seja, aos pais*³⁷, e isto pela simples razão de que *“a família é o primeiro templo em que a criança aprende a rezar; a primeira escola que lhe ensina a falar; enfim, o mundo onde começa a caminhar*³⁸”, como deixou expresso de forma magistral em um substancioso estudo o então Ministro do Superior Tribunal de Justiça DOMINGOS FRANCIULLI NETTO (1935-2005)³⁹. Dai ser inconsistente a alegação, por parte do Conselho Municipal de Educação, de que *“lei local estaria a promover a discriminação de gênero (...) quando não permite que ela seja, no ambiente escolar, combatida”* (Ofício n. 010/2016 – CME - n. 18).

Do exposto se conclui: a opção pela não inserção dos tópicos relacionados à teoria de gênero no Plano Municipal de Educação, se deram, repita-se, em respeito aos pais, às famílias, que entenderam inexistir razão para que uma teoria tão ambígua fosse tida como diretriz da política educacional do município.

Exemplificando, entendeu-se que afronta o princípio da razoabilidade⁴⁰ a previsão *“no Projeto Político Pedagógico - PPP, atividades que discutam os movimentos feministas e da diversidade sexual nas áreas do conhecimento”* (Projeto de Lei 85/2015, Anexo I, item 16.2, p. 69), mormente quando se trata da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Ressalta-se, aproveitando o ensejo, que também parece desarrazoado que ainda figure como conteúdo da disciplina “Diversidade” para a Educação Infantil – Modalidade Pré-Escola:

³⁷ PUY, Francisco. “La Educación ante el Derecho Natural”, Verbo, n. 109-110, Madri: 1972, p. 916.

³⁸ FRANCIULLI NETTO, Domingos. Aspectos constitucionais e infraconstitucionais do ensino fundamental em casa pela família, BDjur-STJ, 2005, p. 10.

³⁹ No mesmo sentido é a lição de ADIB CASSEB, que lecionou Economia Política e Direito Comercial na Faculdade Paulista de Direito: “A educação tinha início no lar. Era a família o habitat ideal, em que a criança recebia os primeiros ensinamentos, baseados nos princípios de seus pais. Continuava a criança completamente sob a influência dos pais até atingir a idade escolar, quando escapava um pouco da orientação paterna. Mas nisso ainda não havia graves inconvenientes, eis que a escola conservava aqueles mesmos princípios que o adolescente recebera em casa. Era costume dizer-se que a escola era um prolongamento do lar, completando com ensinamentos sadios a formação do jovem”. CASSEB, Adib. Juventude Rebelde, Revista Hora Presente, Ano I, Setembro/Outubro de 1968, N 01, p.165/166.

⁴⁰ “A razoabilidade... consiste em agir com bom senso, prudência, moderação, tomar atitudes adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvem a prática do ato”. RESENDE, Antônio José Calhau. O princípio da Razoabilidade dos Atos do Poder Público. Revista do Legislativo. Abril, 2009.

“ARTES – Percepção visual e auditiva. (Filmes curtos que retratam a questão indígena, africana, de sexualidade e gênero).

(...)

ESTUDOS DA NATUREZA E SOCIEDADE: Desmistificação de padronizações de gêneros (cores de meninos e cores de meninas; coisas de meninos e coisas de meninas; comportamentos de meninos e comportamentos de meninas)⁴¹”.

Ademais, causa espécie que o Conselho Municipal de Educação tenha apontado, como algo negativo, que a tomada de decisão realizada pelo poder legislativo foi consideravelmente influenciada pelos movimentos religiosos. Causa espécie na medida em que a manifestação religiosa de um povo está indissociavelmente vinculada a sua cultura. É uma expressão sua. Na história do município de Toledo, esse vínculo, essa nota singular, ficou registrada de forma indelével no livro “TOLEDO – CAPITAL DO TRABALHO”, de autoria da prefeitura municipal quando administrada pelo Sr. EGON PUDELL (1968-1972): “o povo toledano é religioso, tem fé em Deus, tem fé no progresso de sua terra. Esta é a catedral Cristo Rei cujos sinos ecoam por toda uma cidade eminentemente cristã”. Não por outra razão o artigo 3º, XI, da Lei nº 2.026, de 9 de abril de 2010, prescreve que “a educação escolar no município fundamenta-se nos seguintes princípios: valorização das culturas local e regional” (sublinhado nosso).

Os conselheiros apontam para uma suposta “ausência de estudos educacionais sobre o tema da diversidade sexual” (Ofício n. 010/206 – CME - n. 9), o que justificaria a discussão do tema no ambiente escolar em ordem a um questionável “enfrentamento a violência homofóbica⁴²” – é a dicção usada no ofício -. No entanto,

41

Disponível em https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/diversidade_para_as_escolas.pdf. Último acesso: 22-04-2016.

⁴² Sobre a politização do termo “homofobia”, assinalou o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, RICARDO DIP: “(...) ao modelo de uma constante retórica no uso da palavra “fobia”, que já não é apenas, em nossos dias, significativa de um “medo sem fundamento”, de um medo que inutiliza toda possível reflexão –por exemplo, a agarofobia, a claustrofobia, a misofobia, a tactofobia; porque a nova “fobia” é um conceito ideológico destinado a “pregar uma etiqueta” sobre pessoas, idéias, juízos e discursos, com uma função ad hominem tanto mais eficaz, quanto mais difundida pelos meios de comunicação. O novo e concertado *usus loquendi* para o termo “fobia” traslada o núcleo do “medo sem motivo racional” para o de “preconceito” – o que, na verdade, já é uma designação frequentemente imprópria, quando reportada a um conceito, cujo caráter não apofântico

recente documento exarado pelo Ministério da Educação não avaliza a informação trazida pelo Conselho Municipal de Educação: *“há mais de 1.000 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que tem gênero como um eixo de estudo. A Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped) têm Grupo de Trabalho específico sobre educação, gênero e sexualidade⁴³”*.

Do exposto, importa salientar que: a não aceitação da teoria de gênero no Plano Municipal de Educação não está a significar o tolhimento de sua discussão, mas, tão somente, que esta se faça em seu ambiente natural, qual seja, o acadêmico, e não com alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental uma vez que não há motivo razoável para que suas consciências infantis estejam suscetíveis a conteúdos de tal jaez.

Concluindo, ao fim e ao cabo o presente ofício não tem por escopo depreciar o Conselho Municipal de Educação, mas enfatizar, tão somente, que ao oficial o Ministério Público visando a revisão das emendas modificativas que suprimiram os conteúdos da chamada “teoria de gênero” do Plano Municipal de Educação, não está a expressar o sentir, a vontade da comunidade, da sociedade civil, de quem deveria ser mediadora em relação ao Poder Público, mas a refletir, unicamente, a vontade particular de seus membros.

Espera-se, unicamente, que a escola, palavra tão frequente como tergiversada no uso diário, reassuma a sua significação originária, como o lugar reservado à

imuniza de aferição de verdade ou falsidade; o de que se cuida é antes de um juízo, de uma proposição que se afirma desamparada de fundamento racional. Esse “preconceito”, por sua vez, relaciona-se à idéia de “medo”, em alguns casos, diante da suposição de que o sujeito receie converter-se no objeto mesmo de sua crítica. Assim, o objeto desse “preconceito” é, por definição, vítima de uma intolerância irracional, é um perseguido. Há uma clausura metódica de toda a reflexão racional possível em torno de tudo que se alçou à condição de vítima fóbica de “preconceito”, e isso deságua na aceitação compulsiva e automática de todo o oposto desse “preconceito”. Da pautada clausura de um debate razoável até chegar ao labeling social –e às vezes até mesmo delitivo– é um passo: o desacordo com a pauta do desconstrucionismo é já pecado grave, não raro é crime. As novas fobias são um entrave manifesto da liberdade de expressão”. MARQUES DIP, Ricardo Henry. “Novos Modelos de Família” e Logosfobia.

⁴³ Nota Técnica n. 24/2015 - CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC, n. 5.

contemplação, para que não se converta, cedo ou tarde, em um “*território de lutas*”⁴⁴, como tristemente alguns setores radicais vêm aventando.

Atenciosamente,

⁴⁴ A Escola como Território de Lutas - A proposta de Educação do MST e da APPSindicato - Alessandro Santos Mariano/MST, MARLEI FERNANDES/APP-Sindicato. Ver em: <<http://appsindicato.org.br/index.php/?p=10662/>> Último acesso: 23/04/2016.

ANEXO III – CARTA AO PREFEITO

Toledo, 12 de OUTUBRO de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

LUÍS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT

Prefeito do Município de Toledo

Nesta Cidade

Assunto: Pedido de Providências / Plano Municipal de Educação

Os munícipes abaixo subscritos vêm à presença Vossa Excelência expor o que se segue para no final requerer:

1. Durante a votação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), AS DUAS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL SUPRIMIRAM A REDAÇÃO DA TERCEIRA DIRETRIZ PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA, cujo artigo 2, inciso III, na redação original proposta pelo Ministério da Educação, continha os *leitmotivs* clássicos da ideologia de gênero: “**identidade de gênero**” e “**orientação sexual**”. A casa também suprimiu, no restante do projeto, todas as demais alusões a estes termos.

2. Entretanto, após a Câmara e o Senado terem rejeitado deste modo a ideologia de gênero como diretriz da educação nacional, o FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO⁴⁵, publicou, em novembro de 2014, o Documento Final da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2014, no qual é apresentado como terceira diretriz obrigatória para o PNE, para o planejamento e para as políticas educacionais no Brasil, o texto que havia sido explicitamente rejeitado pelas duas casas do Congresso Nacional.

⁴⁵ Órgão do Poder Executivo Federal, criado pela Conferência Nacional de Educação de 2010 e instituído no âmbito do Ministério da Educação pela Portaria n. 1.407/2010 e pela Lei Federal n. 13.005/2014, cujo art. 6, parágrafo 1, inc. I, estabelece ser atribuição do FNE “**acompanhar a execução do PNE e o cumprimento de suas metas**”.

3. A despeito do flagrante desrespeito de uma decisão soberana do Congresso Nacional por parte do Fórum Nacional de Educação a grande maioria das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais espalhadas pelo vasto torrão nacional RECHAÇARAM contundentemente a inserção da Teoria de Gênero em seus respectivos planos de educação.

4. Assim o foi em Toledo. No dia 03 de junho de 2015, deu entrada na Câmara Municipal de Toledo o Projeto de lei nº 85, de 2015 (PME 2015-2024), do Poder Executivo, tendo sido, ato contínuo, submetido à análise da Comissão de Legislação e Redação, a qual apresentou Emenda Modificativa visando a retirada da chamada “teoria” de gênero do incluso projeto. Ressalta-se que a Emenda Modificativa foi aprovada em Plenário, em primeiro turno, na reunião extraordinária realizada no dia 19 de junho do corrente ano e em segundo turno na reunião ordinária realizada no dia 22.

Eis textualmente o que diz o parecer da Comissão de Legislação e Redação que analisou a legalidade do PME e lhe apresentou a referida Emenda: *“Do cotejo entre os preceitos constitucionais e os Planos Nacional e Municipal de Educação, infere-se que este último, objeto da presente análise, em diversas metas e estratégias extrapolou os limites impostos ao poder público pelo direito que assiste aos pais em matéria educativa e pelo próprio teor do Plano Nacional de Educação que deveria ser o seu parâmetro”.*

5. Outrossim, verificou-se durante a tramitação da matéria na Câmara de Vereadores, intensa mobilização de pais de família e entidades da sociedade civil que entendem não corresponder ao Poder Público, através de seus agentes, “opinar” em matéria de sexualidade, ou fazer juízos sobre o uso da sexualidade, pois que tais ensinamentos competem única e exclusivamente aos pais. Ademais, esses mesmos pais de família consideram um despautério que se ensine, desde a mais tenra idade, a seus rebentos, que NÃO EXISTE IDENTIDADE BIOLÓGICA, dado que para os propagadores da teoria de gênero “gênero” é a consideração de que o sexo não é algo inato, mas adquirido, quer dizer, que ninguém nasce homem ou mulher por natureza, senão que adquire (inventa) um gênero em razão do desenvolvimento de sua personalidade ao longo de sua vida em sociedade...

6. Não obstante a franca oposição de GRANDE PARTE DOS MUNICÍPES, como restou evidente ao LOTAREM O PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES nos dois turnos da votação do PME, a burocracia do ensino, através da SECRETARIA DA DIVERSIDADE, continua utilizando a máquina do Poder Público para promover suas próprias convicções, induzindo professores desavisados a VIOLAR O DIREITO DOS PAIS em matéria de educação moral/sexual de seus filhos. Tal arbitrariedade, tal abuso, se pode concluir das postagens feitas por membros da Secretaria de Educação do município (servidores ou não) nas redes sociais; e pelo teor dos discursos destas e de outras servidoras enquistadas em outras secretarias nos EVENTOS PÚBLICOS promovidos pelo executivo, tal qual a 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, convocada através do Decreto n. 64/2015, realizada no dia 12 de setembro do corrente mês, e que contou com a presença de Vossa Excelência e do Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. ADEMAR DORFSCHMIDT e da Vereadora SUELI GUERRA.

7. Confirmando o já exposto no item 6, a *“Prefeitura de Toledo, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SMED), realiza, a partir do dia 20 de outubro, o II Fórum Municipal da Diversidade”*. Segundo indica o site da prefeitura *“a ação... vai debater temáticas como gênero, etnicidade, expressões afro-brasileiras, religiosidade, migração, identidades indígenas, quilombola, autonomia dos corpos e sexualidade, educação inclusiva e direitos humanos”*. A notícia ainda destaca ainda que conforme a secretária de Educação, Sra. Tania de Grandi, *“no encontro serão estudados o conceito de gênero e a noção de família”*. É pouco compreensível e até mesmo causa estranheza o a sanha com que a Secretaria da Educação, com o aval do chefe do Executivo, intenta impor goela abaixo dos pais de família uma TEMÁTICA (teoria de gênero) por eles REJEITADA ENFATICAMENTE.

8. Cabe destacar de antemão que a despeito do teor da Nota Técnica 24/2015 do Ministério da Educação, tal qual vem sendo divulgada por servidores engajados, e contrários à retirada da teoria de gênero do PME, ela NÃO TEM FORÇA DE LEI e não pode fazer frente a uma decisão soberana do Poder Legislativo Federal e do Poder Legislativo Municipal. O PODER EXECUTIVO - seja através do MEC ou da Secretaria Municipal de Educação (Diversidade) – DEVE CUMPRIR A LEI E RESPEITAR A VONTADE DOS MUNICÍPES exteriorizada na retirada da teoria de

gênero do Plano Municipal de Educação. Saiba Vossa Excelência que NOSSOS FILHOS NÃO SÃO PROPRIEDADE DO PODER PÚBLICO e que cabe unicamente a NÓS, PAIS DE FAMÍLIA, repassar aos NOSSOS FILHOS, os valores que entendemos convenientes acerca de valores morais e uso da sexualidade.

9. Para tanto, os subscritores do presente documento, comunicam que está em fase de constituição, neste município, uma Associação de Pais que terá os seguintes fins:

I) zelar para que o Plano Municipal de Educação seja aplicado nos termos em que foi aprovado pela Câmara de Vereadores;

II) zelar para que a vontade dos munícipes, qual seja, de que a teoria de gênero não fosse incluída no Plano Municipal de Educação, seja respeitada, valendo-se para tanto, do acompanhamento dos materiais didáticos oferecidos pelo Poder Público e da análise do conteúdo dos mesmos;

III) estabelecer diálogo junto ao Poder Legislativo para que através prerrogativas que lhe são conferidas pelo art. 17, incisos XI, XXV e XXVI, da Lei Orgânica do Município, faça cumprir a lei e

IV) a conseguinte responsabilização civil dos servidores e responsabilização subsidiária do Poder Público, pelo descumprimento do comando legal que veda a inclusão da teoria de gênero no Plano Municipal de Educação. Salienta-se, é bom dizer, que zelar pelo cumprimento da lei, ao contrário do que se esta divulgando, não se trata de intimidação. Não se coaduna com princípios basilares de um Estado democrático de direito que servidores do poder público coloquem suas convicções político-ideológicas acima da vontade popular manifestada na retirada da teoria de gênero original do Plano Municipal de Educação.

Ante o exposto, requer que Vossa Excelência, no uso de suas atribuições, se digne a fazer valer a vontade da imensa maioria dos munícipes de Toledo que REPROVARAM ENERGICAMENTE A INCLUSÃO DA TEORIA DE GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Respeitosamente,

Toledo, 12 de outubro de 2015.

ANEXO IV – CARTA À PROMOTORIA DO DIA 24 DE AGOSTO DE 2015**EXCELENTÍSSIMO PROMOTOR DE JUSTIÇA DA 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DA COMARCA DE TOLEDO - PROMOTORIA DE PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO.**

Exmo. Sr. TIAGO TREVIZOLI JUSTO
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TOLEDO
PROMOTORIA DE PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO

Os munícipes abaixo subscritos vêm à presença de Vossa Excelência, apresentar **REPRESENTAÇÃO**, com fundamento nos artigos 229 da Constituição Federal e 1.634 do Código Civil, no artigo 22 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 e no artigo 12, 4, do Pacto de São José da Costa Rica, pelos fatos e fundamentos doravante aduzidos:

I. DOS FATOS

1. A psicóloga Cintya Thayse Yoshisaki (CTA/SAE-CISCOPAR), proferiu, no dia 05 de agosto último, palestra sobre DST/HIV/Aids para alunos (entre 9 e 14 anos) do Colégio Esperança Favaretto Covatti, situado a R. Castro, 111, Toledo – PR.
2. Após o término da palestra, alunos que a presenciaram deram conhecimento a seus pais (que desconheciam em absoluto sobre a referida palestra), em um misto de pavor e asco, sobre o conteúdo a que foram expostos. Relataram que a expositora, em seu

intento de impactar as crianças acerca do que é uma DST, apresentou imagens dos órgãos genitais masculino e feminino em situação de enfermidade (doc 1. Folder anexo). Ademais, revelaram que a psicológica, ao “ensinar” como não se pega uma DST, mostrou aos alunos como se usa um “Preservativo”. Outrossim, disseram ainda que ouviram termos que desconheciam totalmente, como o “sexo anal e oral” e “masturbação a dois”, por exemplo. Uma das alunas disse para os pais, aos prantos, que não queria mais retornar às aulas após referida apresentação, tamanho foi o choque sofrido pelas falas e imagens a que foi exposta, salientando que no curso da palestra pediu para sair da sala mas foi advertida de que tratava-se de conteúdo que “cairia na prova”.

3. Segundo informações obtidas por alguns pais junto a direção da escola, a palestra faz parte do PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná – CISCOPAR. Em breve síntese, conforme informações extraídas do documento PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS 2015 (doc. 2 - Anexo), eis em que consiste o referido Projeto:

Com o objetivo de proporcionar aos alunos da rede pública e privada informações atualizadas sobre prevenção em DST/HIV/Aids, o CISCOPAR, em parcerias com o Núcleo de Educação de Toledo e Assis Chateaubriand, Secretarias Municipais de Saúde e com a 20ª Regional de Saúde, estão desenvolvendo o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas 2015.

O projeto visa promover a educação preventiva e continuada em DST/HIV/Aids nas escolas, construindo um processo de transformação da realidade; ampliar os conhecimentos dos adolescentes e estimular a conscientização da importância da prevenção através de premiação; fomentar a participação juvenil para que adolescentes e jovens possam atuar como sujeitos transformadores da realidade; fomentar a inserção das temáticas relacionadas à educação no campo da sexualidade ao cotidiano da prática pedagógica dos professores; construir conhecimentos e experiência a partir do retrato dos jovens e adolescentes. Para alcançar estes objetivos SERÃO REALIZADAS PALESTRAS AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE TODOS OS COLÉGIOS PÚBLICOS E PRIVADOS DOS 18 MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO CISCOPAR.

Também será realizado pelo sexto ano consecutivo um concurso de desenhos, com o tema “**DST/HIV/Aids: “Conhecimento e Atitude na prevenção das DST/HIV/Aids e HEPATITES VIRAIS”**”. As inscrições são gratuitas e serão realizadas no período de 01 de Maio á 30 de outubro de 2015, na secretaria da escola em que o aluno está matriculado. Para que a obra venha a concorrer é necessário que tenha as seguintes características: ser inédita; concebida individualmente; seja apresentada em pintura ou desenho; elaborada em papel A4 (21 X 29,7 cm); aludir ao tema “**DST/HIV/Aids: “Conhecimento e Atitude na prevenção das DST/HIV/Aids e HEPATITES VIRAIS”**”; ser assinada na sua parte frontal do desenho. Serão selecionados 12 desenhos por uma comissão julgadora que analisará os seguintes critérios: adequação e fidelidade ao tema; criatividade; expressividade; apresentação, limpeza e conservação do suporte físico da obra. As 12 obras selecionadas comporão o calendário do CISCOPAR 2016 e cada autor selecionado receberá como premiação um tablet. (Sublinhado nosso)

4. O PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS levado a cabo pelo CISCOPAR, ao que tudo indica faz parte do **Programa Saúde na Escola – PSE**, do Governo Federal, instituído pelo Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.

5. Segundo o Ministério da Saúde, o objetivo central do programa “*saúde e prevenção nas escolas*” é a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, *visando reduzir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens às DST, à infecção pelo HIV, à AIDS e à gravidez não-planejada*, por meio de ações nas escolas e nas unidades básicas de saúde. Todavia, a despeito de uma suposta preocupação com o bem estar do público infanto-juvenil, o que se denota é que há evidente abuso de informação.

6. Tome-se como exemplo o livreto (“diário”) “**CADERNO DAS COISAS IMPORTANTES**”, que faz parte do citado Programa, e que já foi objeto de Representação junto a esta ilustre Promotoria. Este livreto (doc. 3, anexo) incita do início ao fim o adolescente à prática sexual, ressaltando apenas, de forma ardilosa, que existem doenças sexualmente transmissíveis e a chamada gravidez “não planejada” e apresenta (ainda que em linguagem vulgar) um “*elemento mágico*” – a **camisinha** - que irá “livrá-lo” destes “inconvenientes”, mesmo que para isso tenha que “omitir” que esta “informação” é fraudulenta.

7. Os Ministérios da Saúde e da Educação, com a pretensa finalidade de combater uma enfermidade física, faz tabula rasa da enfermidade espiritual e metafísica da permissividade. O ato sexual, conforme o “*Caderno das Coisas Importantes*” é reduzido ao **gozo e a satisfação**. Banaliza-se a sexualidade ao incitar sua **prática precoce**, reduzida a uma mera gestualidade física. Juízos de valor sobre o uso do sexo são rotineiros em todo material disponível aos profissionais de educação e saúde para atingir as finalidades visadas pelo Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, assim como se depreende da leitura do Manual “DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS” (Série Manuais nº 77, Brasília: 2007, p. 12):

A educação e a assistência à saúde relacionadas à vivência da sexualidade devem incorporar as dimensões de gênero, de orientação e identidade sexual, erotismo, emoção e reprodução [...]A abordagem da sexualidade deve, ainda, em um contexto mais ampliado, superar o enfoque historicamente vinculado às questões reprodutivas para adquirir uma abordagem que também a relacione ao prazer. [...] A todo cidadão deve ser assegurado o direito ao livre exercício de sua sexualidade. (sublinhado nosso)

Assim, se o ato sexual é apresentado desvinculado da fecundidade, através de uma relação duradoura e permanente, e reduzido única e exclusivamente ao prazer momentâneo, através de relações relâmpagos, então, se dá a *nivelação de todas as experiências sexuais*. O igualitarismo neste domínio faz com que todas - *experiências sexuais* - tenham o mesmo valor. As relações heterossexuais, homossexuais, bissexuais, auto-satisfações (masturbação, que o dito Caderno das Coisas Importantes ensina passo a passo como praticá-la), tornam-se equivalentes. Tudo está permitido em função do maior gozo. De outro modo em que consistiria o chamado “livre exercício de sua sexualidade”?

Observa-se igualmente que o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas faz proselitismo da chamada “TEOTIRA DE GÊNERO”, que recentemente foi SUPRIMIDA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO. Veja-se o que diz a respeito o **GUIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE**

SAÚDE E DE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS (Série Manuais, nº 76, Ministério da Saúde/Ministério da Educação/ UNESCO/ UNICEF/ UNFPA, Brasília: abril/2010, p. 47):

Até pouco tempo atrás acreditava-se que o modo de vida dos homens e das mulheres fosse totalmente determinado por suas características biológicas, havendo, portanto, um modo típico e diferenciado de pensar, sentir e agir para cada um dos sexos... Como parte desse questionamento das relações de poder, foi criado o conceito de gênero, para distinguir o sexo biológico do sexo social. Esse conceito foi construído a partir do “raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura”. (Ciência Hoje na Escola, 2001). As relações de gênero são socialmente construídas a partir da primeira infância e afetam a vida de todas as pessoas nos campos sexual, afetivo, profissional e social. (Sublinhado nosso)

8. Pelas razões acima apontadas, os que subscrevem a presente Representação pugnam pela intervenção desta egrégia Promotoria afim de que sejam assegurados os direitos abaixo consignados.

II. DO DIREITO

1. Conforme preceitua o artigo 229 da Constituição Federal “*os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores...*” e no mesmo sentido é a norma insculpida no artigo 1.634 do Código Civil, que prescreve que compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores, “*dirigir-lhes a criação e educação*”. De outra banda, segundo o comando do artigo 22 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), “*aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores...*”. Ademais, insta salientar que nos termos do artigo 12, 4, do Pacto de São José da Costa Rica, tratado internacional sobre direitos humanos do qual o Brasil é signatário, os pais têm o direito a que seus filhos recebam educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. Outrossim, nos termos do Art. 1.638, III do Código Civil perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.

2. Nesse sentido, entende-se que tanto o CISCOPAR e a direção do Colégio Esperança Favaretto Covatti, ao não comunicar antecipadamente os pais dos alunos sobre a palestra sobre DST/HIV/AIDS e tampouco sobre o seu conteúdo, exorbitaram de suas prerrogativas, atentando, portanto, contra as normas elencadas no “item 1”.

Outrossim, vale lembrar que conforme leciona o professor Armindo MOREIRA, os juízos de valor sobre o uso do sexo não são matéria para sala de aula, e ainda que:

Os hábitos sexuais e os sentimentos para com o sexo devem ser formados e orientados pelos pais ou por pedagogos para tal tarefa preparados. Assim, virgindade, castidade, anticoncepcionais, aborto, orgasmo, frigidez, namoro, prostituição, homossexualismo e outros temas desta natureza – não são assuntos para professor versar em sala de aula⁴⁶.

Na mesma linha de raciocínio é a acurada análise do Procurador Federal Guilherme SCHELB, em recente trabalho:

- A erotização precoce da infância no Brasil não é um fenômeno espontâneo, mas resultado de políticas públicas e estratégias da mídia, partidos políticos e organizações sociais.
- Há um consenso mundial entre juristas, psicólogos e publicitários de que o público infantojuvenil deve ser protegido da persuasão publicitária direta e indireta e de temas impróprios à sua compreensão.
- Crianças e adolescentes encontram-se em situação de vulnerabilidade psicológica, pois não possuem maturidade e cognição desenvolvidas para compreender muitos temas e fatos da vida. Se há consenso em relação à proteção da criança face a propagandas e publicidades comerciais – cujo objeto é o consumo de bens e serviços - mais razão há ainda para protegê-la da propaganda de práticas sexuais contrárias à sua identidade biológica de sexo, e que se destinam a erotizá-la ou estimulá-la à prática sexual.
- A Constituição e as leis são expressas ao proibir a exibição a criança ou adolescente de fotos ou imagens impróprias ao seu desenvolvimento psicológico, indicando ainda

⁴⁶ MOREIRA, Armindo. Professor não é Educador, 3. ed, Cascavel: 2012, p. 25.

dois limites às revistas e publicações dirigidas ao público infantojuvenil: os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

- Os temas da sexualidade adulta, em especial, os comportamentos sexuais especiais – bissexualidade, transsexualidade, homossexualidade, entre outros – são complexos e impróprios para crianças e adolescentes, dada sua vulnerabilidade psicológica.
- Informar, sugerir ou estimular criança a comportamento sexual especial, ainda que a pretexto de educação sexual e em material didático, constitui abuso contra a dignidade humana especial da criança.
- É direito fundamental da criança e do adolescente, desde seu nascimento, ser respeitado, preservado e educado conforme sua identidade biológica de sexo. Psicólogos, médicos, pedagogos e professores devem respeitar este direito fundamental da infância⁴⁷.

3. Resta evidente que a família é educadora e é a instituição educadora por antonomásia. Toda educação, toda instituição escolar deve partir dessa realidade, e o Estado há de reconhecer o direito natural dos pais no que atine à educação de seus filhos, como condição necessária para uma reta convivência social. A escola é uma instituição com uma finalidade própria: ensinar; por isso não pode ser manipulada nem instrumentalizada por ideologias ou interesses de partidos políticos, provocando-se a morte da escola quando se verifica dita instrumentalização.

Consoante a percuciente análise do jurista espanhol Jesús López MEDEL, *“na família está o conjunto de condições essenciais para que a ordem social justa exista, está a obediência, está a responsabilidade, está a autoridade, está o respeito, está a liberdade e a educação, está a vida espontaneamente ordenada, sacrificada e progressiva”*⁴⁸.

Tudo o que atenta contra tais direitos pessoais e familiares e, por isso mesmo, contra o bem comum, vai contra o fim do Estado e carece, portanto, de valor e de direito. É

⁴⁷ SCHELBO, Guilherme. Educação Sexual para Crianças e Adolescentes: Limites e Desafios, Brasília: 2014, p. 30-31.

⁴⁸ MEDEL, Jesús López. ¿A dónde va la educación?: La familia es escuela. Zaragoza, 1981, p. 58.

o caso do conteúdo do material apresentado nas referidas palestras apresentadas pelo CISCOPAR uma vez que reflete os valores e princípios que norteiam o “Programa Saúde e Prevenção nas Escolas”, do governo federal.

III. DO PEDIDO

Do exposto requer-se:

- a) A imediata sustação das Palestras promovidas pelo Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, do CISCOPAR, uma vez que, a despeito do suposto mal que visa combater, o conteúdo apresentado nas palestras é abusivo e faz juízos de valor sobre o uso do sexo, juízos esses que muitas vezes contrariam a convicção moral dos pais dos alunos;

- b) Em não sendo esse o entendimento de Vossa Excelência, que das Palestras participem apenas os alunos EXPRESSAMENTE AUTORIZADOS POR SEUS PAIS, que deverão ser PREVIAMENTE COMUNICADOS pela escola sobre sua realização e devidamente informados acerca de todo o seu conteúdo.

Toledo, 24 de agosto de 2015.